



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Av. Marcelo Deda Chagas, s/n, - Bairro Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP 49107-230
- www.ufs.br

RESOLUÇÃO Nº 62/2025/CONEPE

Aprova as alterações do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura do Campus São Cristóvão.

O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº4 de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a Resolução nº 14/2015/CONEPE, que dispõe sobre as Normas do Sistema Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe, e suas atualizações;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que institui Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

CONSIDERANDO a Resolução nº 28/2022/CONEPE, que regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO o parecer do relator, **Cons. MARCELO AUGUSTO COSTA MACIEL**, ao analisar o processo nº 23113.002951/2021-17;

CONSIDERANDO, ainda, a decisão unânime deste Conselho, em Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar alterações no projeto pedagógico dos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura Vespertino e Noturno, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, ofertado na modalidade presencial, conforme o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. O curso conferirá o grau de licenciado em Pedagogia.

Art. 2º Os cursos serão ministrados com a carga horária de 3.300 (três mil e trezentas) horas, nos turnos vespertino e noturno, sendo ofertadas anualmente **100** (cem) vagas, sendo **50** (cinquenta) vagas no primeiro semestre para o período vespertino e 50 (cinquenta) no segundo semestre para o período noturno.

Art. 3º Estas alterações entram em vigor no período letivo 2026.1.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, revoga as disposições em contrário e, em especial, as Resoluções nº 25/2008/CONEPE e nº 67/2011/CONEPE.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2025

REITOR Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza
PRESIDENTE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA**

**São Cristóvão – Sergipe
2025**

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta na íntegra a proposta de elaboração e implantação do Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica – DCNs (BRASIL, 2024), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia – DCNs/Pedagogia (BRASIL, 2006). O objetivo é definir os princípios orientadores que exprimem a direção do processo de formação docente na educação superior.

Esta proposta organiza e elabora a concepção, fundamentos e os conteúdos que compõem a proposta pedagógica do curso de Pedagogia – Magistério da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, Magistério em nível de Ensino Médio e Gestão Educacional, bem como estabelece a estrutura curricular do curso. Para tanto, buscou-se um equilíbrio entre os eixos de estudo sugeridos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação teórico-prática da ação docente, formação para a pesquisa e formação para trabalhar com as diferenças culturais, étnicas, sociais, religiosas bem como as diferenças entre as capacidades intelectuais, físicas e sensoriais.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pedagogia foi construído de forma democrática e reflete a intenção política do Departamento de Educação de formar professoras e professores da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, na Gestão escolar e outras atividades educacionais em instituições escolares e não escolares. Deste modo, o presente PPC é um guia da organização do curso de Pedagogia e sua concepção de ensino e aprendizagem, contendo diretrizes organizacionais e operacionais a fim de garantir a qualidade do ensino e a adequação às normas da educação nacional, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas pelo Ministério da Educação e das normas e finalidades institucionais.

1.1 Objetivos do Projeto Pedagógico de Curso

Ao estabelecer os meios de oferecer às(aos) estudantes uma formação global e crítica, capacitando-os para o exercício profissional, da cidadania e transformação da realidade, este PPC tem a finalidade de orientar e conduzir a formação de professoras e professores para a educação básica, especialmente, da escola pública. Entre seus objetivos de elaboração estão:

- a) sistematizar a criação do novo curso, no que se refere à concepção, estrutura, conteúdos, perfil do egresso, processos de avaliação e normas dos cursos de graduação da modalidade licenciatura;
- b) organizar didática e metodologicamente o curso de Pedagogia, estabelecendo os procedimentos necessários para o alcance dos objetivos propostos pelo corpo docente do Departamento de Educação (DED);
- c) contribuir com a formação do discente, bem como proporcionar melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

O processo interno de elaboração deste PPC pautou-se na construção democrática de seus pilares fundamentais, por isto, na metodologia de trabalho o Núcleo Docente Estruturante (NDE) ficou responsável pela elaboração de minutas de textos que, por sua vez, eram debatidas no Colegiado do Curso de Pedagogia e, então, encaminhadas ao debate no Conselho Departamental para aprovação final, depois das contribuições dos seus integrantes. A elaboração e atualização do PPC de Pedagogia foram efetivamente construídas pelos docentes e representa suas formas e concepções de educação e de formação. Ao ser aprovado no Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), serão concretizadas as intenções e projeções da formação da(o) Pedagoga(o) que o Departamento de Educação pretende oferecer ao sistema de ensino do Estado e à sociedade sergipana.

1.2 Fundamentos legais do Projeto Pedagógico de Curso

O PPC de Pedagogia foi construído em consonância com as seguintes orientações legais:

- a) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- b) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- c) Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a

- Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- d) Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - e) Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012 – estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - f) Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
 - g) Parecer CNE/CES nº 776/97 – orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação;
 - h) Parecer CNE/CES nº 67/2003, de 11 de março de 2003 – referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002;
 - i) Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia;
 - j) Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011 – institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
 - k) Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 – regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - l) Resolução CNE/CP nº 07, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências;
 - m) Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018; dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.
 - n) Instrumentos de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, publicados pelo INEP;
 - o) Resolução nº 01/79/CONSU – Aprova Regimento Geral da Universidade Federal de Sergipe e suas alterações;
 - p) Resolução nº 21/99/CONSU – homologa alterações no Estatuto da Universidade Federal de Sergipe propostas pela SESu/MEC e suas alterações;
 - q) Resolução nº 14/2015/CONEPE – aprova alterações nas Normas do Sistema Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe;
 - r) Resolução nº 24/2016/CONEPE – inclui nos Currículos Complementares dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe as Atividades Complementares, de caráter optativo;
 - s) Resolução nº 10/2018/CONEPE – regulamenta estágios curriculares obrigatório e não obrigatório de graduação e estágios para egressos/trainee no âmbito da Universidade Federal de Sergipe;
 - t) Resolução nº 38/2018/CONEPE – estabelece as condições e os procedimentos específicos para oferta de componentes curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presenciais;
 - u) Resolução nº 28/2022/CONEPE – regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe;
 - v) Plano de Desenvolvimento Institucional da UFS (PDI);
 - w) Projeto Pedagógico Institucional da UFS (PPI).

Além da legislação indicada, também estão sendo consideradas as demais legislações pertinentes à educação superior e aos cursos de graduação.

2. ELEMENTOS E ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

2.1 Histórico da Universidade Federal de Sergipe

A “Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi criada e mantida pela União sob a forma de fundação, nos termos do Decreto-Lei nº 269 de 28 de fevereiro de 1967.” (BRASIL, 2010, p.11), sendo integrada ao Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro com a incorporação dos cursos superiores até então existentes no Estado. A sua instalação efetivou-se em 15 de maio de 1968. Com sede central na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, localizada no Jardim Rosa Elze, município de São Cristóvão, a UFS é mantida com recursos da União, mas possui autonomia administrativa, pedagógica e disciplinar, sendo regida pela legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por outros atos normativos internos.

Desde então, a UFS vem passando por uma intensa reestruturação e expansão, potencializada, ao longo dos últimos dez anos, após sua adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A regulamentação do REUNI-UFS, conforme Resolução nº 021/2009/CONEPE, contribuiu para que houvesse a ampliação de cursos e aumento da oferta de vagas nos cursos existentes, gerando assim, as condições para a criação dos novos Campi no interior do Estado. O aumento de alunos(as) e servidores(as) em geral, foi acompanhado pela ampliação e melhoria dos espaços físicos da Universidade.

A visão estratégica da UFS tem contribuído não apenas para geração e difusão do conhecimento, mas, também, para formação de capital humano fundamental na construção de uma sociedade moderna, sustentável, e mais justa. Nesse sentido tem destaque a definição da sua “missão, visão e objetivos gerais”, que decorrem do contexto institucional e da percepção dos atores envolvidos no processo de tomada de decisão.

Missão:

- Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Visão:

- Ser uma instituição pública e gratuita que se destaque pelo seu padrão de excelência, no cumprimento de sua missão.

Objetivos gerais:

- Formar profissionais cidadãos, produzir, propagar e preservar conhecimentos de forma interativa com a sociedade, visando contribuir, assim, para o fortalecimento da democracia e a melhoria da qualidade de vida da população.
- Cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento clássico e/ou aplicado, propondo-se a:
 - a) formar recursos humanos de nível superior, em graduação e pós-graduação, para atender às necessidades locais, regionais e nacionais;
 - b) realizar pesquisas e incentivar atividades criadoras de saber nos campos do conhecimento filosófico, científico, técnico e artístico;
 - c) estender à comunidade, com a qual deverá manter permanente intercâmbio, os programas de ensino e pesquisa, através de cursos ou atividades similares, e da prestação de serviços especiais;
 - d) investigar e oferecer soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado, da região Nordeste e do país;
 - e) manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - f) estimular a elevação do desempenho institucional, alocando e valorizando recursos humanos e viabilizando recursos materiais para isso necessários e;
 - g) ser instrumento de equidade social, ofertando vagas indistintamente às diferentes camadas da população.

Com a finalidade de propiciar maior inserção social através da educação de nível superior, pública, gratuita e socialmente reconhecida, estimulando o desenvolvimento socioeconômico das regiões interioranas contempladas nesse processo, assim como o das regiões circunvizinhas, a UFS deu prosseguimento ao seu processo de expansão. Desta forma, além da sua sede central no município de São Cristóvão, a Universidade conta atualmente com os campi: Campus da Saúde Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior (Aracaju), instalado em 1989; Campus Prof. Alberto Carvalho (Itabaiana), instalado em 14 de agosto de 2006; Campus de Laranjeiras (Laranjeiras), instalado em 28 de março de 2007; Campus. Prof. Antônio Garcia Filho (Lagarto), instalado em 14 de março de 2011; Campus do Sertão (Nossa Senhora da Glória), instalado em 23 de novembro de 2015.

Há, também, outros espaços fora da sede e destes campi onde são desenvolvidas atividades acadêmicas, a exemplo do Campus Rural, utilizado pelos cursos da área de Ciências Agrárias, no município de São Cristóvão, e o Centro de Cultura e Arte (Cultart), localizado no Centro do município de Aracaju/SE. No ano de 2000, o campus de São Cristóvão respondia por 90% de alunos(as) da Universidade (os demais 10% estavam no Campus da Saúde em Aracaju). Em 2015, a interiorização da UFS fez aumentar a importância relativa dos ingressantes nos campi fora da sede, passando a representar 26% do total de ingressantes na UFS.

Em termos absolutos, o número de ingressantes na UFS passou de 2.226 para 5.879 alunos(as), entre 2005 e 2015. No campus de São Cristóvão, o crescimento foi de 2.034 para 4.348 alunos(as) e nos campi fora da sede o crescimento foi de 192 para 1.525 alunos(as). (COPAC, 2014, p. 3). A pós-graduação *stricto sensu* contava, em 2015, com 48 cursos de mestrados, sendo: 42 de mestrados acadêmicos e 6 de mestrados profissionais; e 14 de doutorados. No campus de São

Cristóvão, onde atualmente está localizado o Departamento de Educação, existem cinco Centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) – contempla em sua estrutura orgânica também o Campus Aracaju/Saúde (CAMPUSAJU); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação e de Ciências Humanas (CECH); Centro de Ciências Agrárias Aplicadas (CCAA).

Os Centros são os órgãos de execução de ensino, pesquisa e extensão, vinculados às respectivas áreas de conhecimento, subdividindo-se em Departamentos, que representam a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreendendo disciplinas afins.

O Departamento de Educação está integrado ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) juntamente com os demais departamentos: Departamento de Artes Visuais e Design, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Comunicação Social, Departamento de Teatro, Departamento de Filosofia, Departamento de Geografia, Departamento de História, Departamento de Letras Estrangeiras, Departamento de Letras Vernáculas, Departamento de Letras Libras, Departamento de Música, Departamento de Psicologia e Núcleo de Graduação em Ciências da Religião¹.

2.2 Histórico do curso

A formação docente do licenciado em Pedagogia enfrenta velhos desafios na atualidade face às exigências sociais e culturais brasileiras, fundadas nas profundas desigualdades sociais que produzem um sistema de ensino incapaz de oferecer ampla base de matrículas, manter a permanência dos estudantes e, sobretudo, a qualidade com referência social de educação. Por outro lado, as transformações da ciência e o desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação apontam para novos desafios às universidades e aos institutos de educação, chamados agora para responder aos anseios de formação de profissionais imersos nas chamadas culturas digitais, mas sobretudo, preparados para trabalhar com a diversidade, a inclusão, a interculturalidade e os direitos sociais daqueles adentram espaços educativos formais e informais.

O curso de Pedagogia, por seu termo, tem historicamente buscado construir sua identidade no perfil profissional que pretende formar, oscilando entre o bacharelado e a docência, entre as funções de natureza pedagógica nas dimensões teóricas e práticas e, entre a formação escolar e não escolar. Esse mo-

¹ Texto extraído do PDI-UFS (2016-2020)

vimento, por vezes, acompanhado por diferentes propostas de reforma curricular, procura atender a determinadas demandas sociais e culturais, propostas movidas por legislações e as próprias disputas de saberes de grupos dentro das instituições, que se materializam em busca de definição de um currículo que acompanhem determinados fins educativos balizados pelo momento histórico correspondente.

É nesse contexto que o curso de Pedagogia da UFS foi implantado (1967) e, inicialmente, oferecido pela Faculdade Católica de Filosofia do Sergipe (FREITAS *et al*, 1999, p.181). Sua finalidade era formar professores das séries iniciais e, ao mesmo tempo, contribuir com a formação de professores das séries finais do 1º Grau e do ensino de 2º Grau (tal como eram definidos). Como podemos observar nos estudos de Freitas (*et al* 1999, p. 181) no ano seguinte, foi fundada a Faculdade de Educação da UFS para preparar os “especialistas para atuarem na área educacional, formando recursos humanos capacitados, visto ser esta a demanda do setor e uma deficiência apresentada pela realidade do Estado”.

A história do curso da Faculdade de Educação da UFS reflete o contexto maior das instituições correlatas, bem como dos interesses socioeconômicos em pauta para a sociedade daquele momento, pois a reforma do 1º e 2º Graus havia alargado a base obrigatória da educação de 4 para 8 anos e, deste ponto de vista, o governo da Ditadura Militar entendeu que formação de professores era uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do país (BRETAS, 2005, p. 32).

Essa fase transcorreu no contexto dos anos de 1960, que representam, para a sociedade brasileira, um importante marco nas mudanças ocorridas na estrutura econômica, política e social do país. É a década herdeira de um nítido processo de industrialização de aporte tecnológico avançado, bancado pelo capital estrangeiro e sob a égide das multinacionais. Um movimento acompanhado por um processo acelerado de urbanização da população e, conjuntamente, de organizações político-sociais, tais como os partidos políticos e sindicatos de trabalhadores da indústria.

Tais mudanças pressionam o sistema de Ensino Superior a oferecer maior número de vagas para uma extensa

camada de jovens que vislumbravam a possibilidade de ocupar novas vagas em postos mais privilegiados da estrutura de trabalho, fenômeno já pesquisado por outros autores do ponto de vista da estrutura econômica e política. Para o nosso propósito, enfocaremos as reformulações destinadas ao Ensino Superior e, especialmente, as decorrências observadas na Faculdade de Educação da UFS. Como sabemos, a Reforma Universitária de 1968 decorre de relações mais estreitas entre o Brasil e Estados Unidos, consagradas no acordo MEC-USAID². Assim, a Lei nº 5.692/71, influenciada por tal acordo em seus princípios, cria a figura do especialista em educação para atuar na burocracia do Estado. Mantendo, deste modo, o espírito da racionalidade científica e técnica norte-americana, em bases cada vez mais tecnológicas.

Neste período, os objetivos do curso de Pedagogia da UFS não fugiam aos princípios político-ideológicos do contexto nacional³. Com a distensão da ditadura militar, o modelo norte-americano de organização da educação é questionado e, com ele, o papel dos especialistas, principalmente pelo atrelamento deste à burocracia do Estado.

Durante a primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada em 1981, inaugura-se o debate de reformulação dos cursos de Pedagogia como *locus* legítimo de formação do educador e não do especialista.

O processo de discussão, longe de ter caráter consensual, instalou nas instâncias colegiadas das faculdades e Departamentos de Educação um debate polarizado a respeito das habilitações. De um lado,

² O acordo MEC-USAID refere-se a uma série de convênios de assistência técnica e cooperação financeira entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), implementados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, com o objetivo modernizar e reformar a educação brasileira, com foco em áreas como administração universitária, formação de professores e desenvolvimento do ensino superior. Para análise mais detalhada cf. Fávero (1991); Romanelli (1993).

³ Embora não possamos, neste momento, detalhar rigorosamente os desdobramentos acadêmicos e institucionais por que passara a Faculdade de Educação da UFS, assinalamos que há projetos de pesquisa sendo desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS sobre esta discussão.

os que viam como uma necessidade a formação através das habilitações e, de outro, a defesa do professor competente capaz de planejar, executar e avaliar o ensino, cuja formação deveria se dar em nível superior para atuar na Educação da Infância. Essa última ganha corpo no debate nacional e local, de maneira que os cursos de Pedagogia reformulados na década de 1980-1990 foram fortemente influenciados por essa tendência — conciliar as habilitações tradicionais com a docência. Em nosso caso, o processo, reflexão e debate acompanhou o movimento nacional de formação do pedagogo com base na docência. De tal modo que as habilitações foram extintas e passou-se a formar para a gestão dos processos educacionais escolares e não-escolares e para a docência na Educação da Infância. Assim, aponta Freitas *et. al* (1998, p.194):

O campo de atuação do pedagogo encontra-se em fase de definições, já que muitos cursos aboliram as habilitações tradicionais e se dedicaram a formação dos profissionais para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, além do espaço consagrado destes profissionais para o magistério de nível médio.

No que se refere às controvérsias sobre a formação docente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, vem confirmar a dicotomia entre docência e especializações do campo pedagógico turvando, ainda mais, essa questão em vias de definições entre estudiosos, profissionais e entidades representativas do magistério. Pois, face a isso, o curso de Pedagogia da UFS passa por um processo de reavaliação curricular, frente as novas exigências da LDB, que vêm reafirmar a fragmentação imposta pelas habilitações (viés taylorista de formação) descaracterizando, assim, a luta pela consolidação da docência como eixo norteador do perfil profissional do pedagogo. (FREITAS *et al.*, p. 195).

No ano 2000, o Colegiado de Curso de Pedagogia desta Universidade promoveu uma avaliação envolvendo professores e alunos⁴. Após sistematização e organização dos dados, a análise apontou para uma reforma curricular, ajustando as novas demandas postas pelos alunos e professores. As questões colocadas pelos segmentos ouvidos trazem à luz aspectos pontuais de funcionamento do currículo do curso, preservado o caráter integrado da formação do pedagogo para atuar na Educação da Infância e na gestão educacional.

No que diz respeito à política de educação, entendeu-se que não seria prudente absorver acriticamente o modelo de

formação de professor proposto na atual LDB. Que em seu artigo nº 62 define a formação de professores da educação básica em cursos de nível superior, licenciatura, graduação plena na modalidade de Normal Superior. Mais adiante, o artigo nº 64 define a formação do especialista (administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica) em curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação. Afirmando, assim, a dicotomia entre a docência e a gestão escolar, contrariando as discussões levadas pelas entidades científicas e de representação profissional que, há mais de uma década, defendiam a docência como base da formação de todo educador.

Na esteira deste debate, a avaliação do curso apontou que os docentes universitários consideraram as diretrizes legais um retrocesso do ponto de vista da política educacional. Neste sentido, algumas questões foram levantadas tais como: a serviço de que ou de quem estabeleceu tal divisão? Do mercado capitalista? Dos que não aceitam o “ser professor” como identidade do “ser pedagogo?” O que, na verdade, confere prestígio a profissão do professor?

No embate entre bacharelado e licenciatura, o Colegiado comungou com as discussões levadas a cabo pelas entidades científicas organizadas, na defesa da docência como base de formação de todo educador, formados nas universidades. Defendeu que o curso de Pedagogia da UFS se propusesse a formar um profissional cada vez mais apto a compreender criticamente os problemas educacionais como um todo complexo, possibilitando-o exercer a profissão como prática transformadora.

⁴ Segundo os princípios norteadores dessa avaliação entendeu-se que ela deveria ser uma ação que tem um caráter pedagógico, transformador e a pesquisa, como estratégia de questionamento e investigação da realidade, cujo objetivo era possibilitar uma intervenção no curso consequente e responsável.

Neste sentido, a proposta incorporada pelo Colegiado e discutida pelo corpo docente definiu os núcleos de áreas de interesses prevendo a possibilidade de os alunos atuarem no magistério da educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na gestão escolar, na coordenação pedagógica, na educação de jovens e adultos e na educação especial.

Outros aspectos levantados foram com relação à questão da Departamentalização, sistema de créditos e articulação entre os cursos de licenciatura do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), o que indicou a necessidade de ser criado um fórum de debates sobre a estruturação das licenciaturas e as mudanças propostas pelo MEC, ação esta encampada pelo Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), criando uma comissão para a organização do Fórum das Licenciaturas (1998), especialmente para discutir o problema das práticas de ensino que compõem o currículo das licenciaturas. Tal comissão chegou a elaborar um relatório preliminar da situação, concluindo que metade dos cursos não dispunham de vagas para professores efetivos e, por essa razão, a oferta e condução da disciplina era, via de regra, precária e constituía um verdadeiro fracasso escolar tanto para professores quanto para os seus alunos.

A iniciativa da comissão não teve vida longa, pois por falta de participação e envolvimento dos professores dos cursos de licenciatura da UFS, o debate foi perdendo o interesse e a consequência mais imediata foi a retirada das disciplinas ligadas às práticas do Departamento de Educação para os respectivos cursos de licenciatura que compõem o CECH, como Letras, Geografia, por exemplo.

Com base nestes fatos observamos que a opção foi de cunho administrativo e formal quando deveria pautar-se mais nas questões político-pedagógicas da formação de professor da educação básica⁵.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, aprovado em 2008, como Resolução nº 25/2008/CONEPE, propunha a formação de professores para o ensino das disciplinas pedagógicas nos cursos de nível médio e para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e de atividades de gestão, coordenação, e assessoramento pedagógico em órgãos do sistema educacional e em espaços não escolares, proporcionando o acesso aos conhecimentos necessários ao exercício das funções de Planejamento, Supervisão, Orientação e Administração do Ensino. (UFS, RESOLUÇÃO nº 25/2008/CONEPE).

No mesmo documento, o perfil para o licenciado em Pedagogia, corresponde a se comprometer com a formação societária de bases radicalmente democráticas através de uma atitude ética de solidariedade, honestidade, sentimento de indignação frente as injustiças sociais e humanas e compromisso com as transformações que beneficiam a maioria da

população, objetivando a formação de um pedagogo/educador capaz de incorporar à sua prática profissional as dimensões do conhecer, analisar, sistematizar, propor e superar os desafios existentes na realidade socioeducacional atual (UFS/RESOLUÇÃO nº 25/2008/CONEPE).

No que tange às discussões sobre a atuação do pedagogo nas empresas e indústrias, consideramos que esta discussão não foi materializada ainda em forma de proposta. Embora, em nossa compreensão, a opção por uma proposta ampliada de formação em que os componentes técnicos, políticos e éticos se complementem, a atuação profissional do pedagogo nestas instituições estaria contemplada. Pois, os processos educativos e formativos que são ao mesmo tempo constituídos e constituidores das relações sociais, passam, hoje, por uma necessidade de reconceitualização, em virtude do que se chama crise mundial do trabalho. É necessário repensar as concepções e políticas voltadas para a educação e formação de mão-de-obra, definindo um campo político-ético-ideológico. Em outras palavras, significa marcar posicionamento: de um lado pode-se compreender o educativo/formativo e a qualificação desvinculada da dimensão ontológica do trabalho e da produção para o homem, reduzindo isso a uma questão de mercado-emprego ou, ao contrário, uma formação universitária voltada para a ampliação da cidadania, valorização do trabalho enquanto produção de existência humana e da educação enquanto elemento importante na formação do trabalhador e do cidadão.

⁵ Segundo as análises de Torres (2006) isso não tem sido estabelecido, entre os Departamentos do CECH, o que potencializa nas divisões hierárquicas entre os conhecimentos das disciplinas formadoras de alunos das licenciaturas a falta de clareza e compreensão do processo educativo como um todo.

2.3 Realidade Regional e Mercado de Trabalho

Após o breve histórico do curso de Pedagogia da UFS, faz-se necessário perfilar o estado atual da oferta, das condições e da manutenção do sistema escolar do Estado de Sergipe. O intuito é ampliar nosso conhecimento a respeito das demandas socioeducativas para pensar com base em dados seguros a realidade em que os egressos do curso irão atuar.

Se, como já afirmamos, estamos formando um profissional que deve fundir seu papel de cidadão em seu papel de educador e se, compreendemos a escola enquanto uma organização complexa cujo acesso e permanência são condições de participação em situação de igualdade da riqueza social, econômica, política e cultural da sociedade, então precisamos levantar as seguintes questões:

- 1) Como estão distribuídas as matrículas da Educação Básica no estado de Sergipe? Especialmente no Ensino Fundamental?
- 2) Qual o nível de aprendizagem no ciclo de alfabetização no estado de Sergipe?
- 3) Como está a oferta de vagas em creches e pré-escolas no estado de Sergipe?
- 4) Como está a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos – EJA, no estado de Sergipe?
- 5) Quais as condições de oferta do atendimento aos estudantes com deficiência?

As questões aqui elaboradas exigem um levantamento bastante minucioso nos bancos de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, para desenhar as condições de oferta e manutenção do sistema escolar sergipano. Este esforço nos permitirá ter uma visão abrangente das demandas escolares, muito embora não sejam conclusivos nem mesmo definitivos.

Pontuaremos, a seguir, cada questão separadamente para uma exposição mais clara e objetiva.

1) Como estão distribuídas as matrículas da Educação Básica no estado de Sergipe, especialmente, as do Ensino Fundamental?

Em 2022, a população do Estado estava estimada em 2.210.004 habitantes, sendo que mais de 1,5 milhão são residentes urbanos e um pouco mais de 500 mil no território rural (IBGE, 2022).

As informações sobre a demografia por faixa etária, em 2022, estavam assim distribuídas.

Tabela 1. População residente em Sergipe, por faixa etária, 2022

Faixa etária	População
de 0 a 04 anos	148.010

de 05 a 09 anos	156.741
de 10 a 14 anos	164.750
de 15 a 19 anos	172.544
de 20 a 24 anos	178.868
de 25 a 29 anos	175.310
de 30 a 34 anos	169.665
de 35 a 39 anos	177.339
de 40 a 44 anos	174.285
de 45 a 49 anos	146.857
de 50 a 54 anos	133.719
de 55 a 59 anos	117.307
de 60 a 64 anos	92.617
de 65 a 69 anos	70.472
de 70 a 74 anos	53.018
de 75 a 79 anos	35.714
de 80 a 84 anos	22.684
de 85 a 89 anos	12.085
de 90 a 94 anos	5.584
de 95 a 99 anos	1.904
100 anos ou mais	531
Total	2.210.004

Fonte: IBGE, 2022.

Para efeito de análise, apresentaremos abaixo a Tabela 2, que demonstra as dimensões políticas e administrativas da oferta de matrículas para a Educação Básica em seus níveis de ensino nas esferas públicas municipais, estadual e federal além da rede privada de ensino.

Tabela 2. Matrículas por nível de ensino, modalidade e dependência administrativa e localização da escola em Sergipe, 2021

Dependência administrativa e localização da escola	Matrícula no Estado de Sergipe, 2021						
	Ensino Regular					EJA	
	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	EJA Presencial	
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais		Fundamental	Médio
Estadual Urbana	0	0	22.794	42.459	65.001	4.779	13.027
Estadual Rural	0	0	816	1.528	3.675	73	567
Municipal Urbana	14.944	24.239	62.459	50.557	0	15.410	0
Municipal Rural	6.453	14.357	42.820	26.912	0	7.736	11
Federal	156	0	0	237	2.241	0	0
Privada Urbana	3.541	11.752	40.547	28.814	12.277	73	239
Privada Rural	156	301	726	342	0	0	0

Fonte: INEP/Brasil, 2022.

Conforme o relatório técnico produzido pelo Inep, com base no censo escolar de 2021, “foram registradas 529.689 matrículas de educação básica no estado de Sergipe, 18.244 a menos em comparação com o ano de 2017, o que corresponde a uma redução de 3,3% no total de matrículas “(BRASIL, 2022, p. 15).

Deste modo, o Estado de Sergipe retarda em garantir esse direito social básico à população infantil e juvenil, a

julgar pelos dados de matrícula disponíveis. Abaixo, apresentamos os dados do INEP que demonstram esta queda no número de matrículas no Ensino Fundamental, por ano. Contudo, ressalta-se que nos anos de 2020 e 2021, a ocorrência da pandemia causada pelo vírus do SARS-CoV-2, é fator relevante a ser considerado.

Tabela 3. Matrículas no Ensino Fundamental, Sergipe

Ensino Fundamental				
2017	2018	2019	2020	2021
334.473	331.297	328.558	322.615	320.638

Fonte: INEP/Brasil, 2022.

2) Qual o nível de aprendizagem no ciclo de alfabetização no estado de Sergipe?

Analisando-se os dados quantitativos qualitativamente, percebe-se que a educação nas escolas públicas em Sergipe não tem revertido a exclusão, uma vez que o *fracasso* persiste, demonstrado claramente pelas taxas de analfabetismo, de repetência, evasão e distorção idade/série. Desse modo, para que a avaliação seja pensada e constituída como um processo de construção e melhoria da qualidade educativa e social de uma determinada comunidade escolar deve-se, considerar, que a realidade não pode ser demonstrada unicamente por dados estatísticos; a realidade de uma instituição educativa é socialmente organizada e, como tal, socialmente significada.

No escopo deste texto, faremos uma breve análise dos resultados da 3ª edição da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, realizada no período de 14 a 25/11/2016 nas escolas públicas de Sergipe. Foram aplicados testes de Leitura, Escrita e Matemática. Os de Leitura apresentavam 20 questões de respostas objetivas, com quatro alternativas cada. O teste de Escrita contemplava três questões de respostas construídas, através das quais o aluno tinha que escrever duas palavras de estruturas silábicas distintas, com base em imagem, e produzir um pequeno texto, a partir do comando da questão. E o teste de Matemática contemplava 20 questões de respostas objetivas, com quatro alternativas cada.

A ANA na Rede Estadual de Ensino no Estado de Sergipe foi aplicada nas 10 Diretorias Regionais de Ensino (DRE) do Estado entre as 355 escolas de sua rede. Analisando-se o desempenho obtido na ANA/2016 segundo os dados disponíveis no INEP e no sítio da SEED/SE o alunado da DEA⁶ foi assim avaliado: Leitura nível 1 (elementar) e nível 2 (básico) com insuficiente, para os níveis 3 e 4 (adequado e desejável) o desempenho foi considerado como suficiente; Escrita nível 1 ao nível 3 (elementar) insuficiente, do nível 4 (adequado) ao nível 5 (desejável) suficiente; Matemática nível 1 e 2 (elementar) considerado como suficiente e, nível 3 (adequado) e nível 4 desejável considerado insuficiente.

Com relação ao desempenho na Ana/2016 a DRE-1⁷ não está diferente dos resultados obtidos na capital, a saber: Leitura nível 1 (elementar) e nível 2 básico com insuficiente, para os níveis 3 e 4 adequado e desejável o desempenho foi considerado como suficiente; Escrita nível 1 ao nível 3 (elementar) insuficiente, do nível 4 adequado ao nível 5 desejável suficiente; Matemática nível 1 e 2 elementar considerado como suficiente e, nível 3 adequado e nível 4 desejável considerado insuficiente.

Os resultados da DRE-2⁸ acompanham os dados obtidos na DEA⁹ e DRE-1: Leitura nível 1 (elementar) e nível 2 básico com insuficiente, para os níveis 3 e 4 (adequado) e desejável o desempenho foi considerado como suficiente; Escrita nível 1 ao nível 3 (elementar) insuficiente, do nível 4 adequado ao nível 5 desejável suficiente; Matemática nível 1 e 2 (elementar) considerado como suficiente e, nível 3 adequado e nível 4 desejável considerado insuficiente.

A DRE-3¹⁰ apresenta os seguintes resultados: Leitura nível 1 (elementar) e nível 2 (básico) com insuficiente, para os níveis 3 e 4 (adequado e desejável) o desempenho foi considerado como suficiente; Escrita nível 1 ao nível 3 (elementar) insuficiente, do nível 4 adequado ao nível 5 desejável suficiente; Matemática nível 1 e 2 (elementar) considerado como suficiente e, nível 3 (adequado) e nível 4 (desejável) considerado insuficiente.

A DRE-4, assim como nas demais DRE, mantêm os resultados obtidos por suas congêneres. As escolas da DRE-5 apresentam resultados insuficientes. A DRE-6 também repete resultado das anteriores. Enquanto a DRE-7 apresenta uma situação específica em um município: Nossa Senhora de Lourdes: só foi avaliada em Matemática como insuficiente nos níveis 1 e 2 e suficiente níveis 3 e 4. A DRE-8, com 8 municípios e 62 escolas, apresentou os seguintes resultados: Barra

dos Coqueiros: suficiente níveis 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Nos níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Itaporanga d’Ajuda: suficiente 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Laranjeiras; suficiente 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Nossa Senhora do Socorro: suficiente, níveis 3 e 4 – leitura, níveis 4 e 5 na escrita, e matemática – níveis 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Santo Amaro: suficiente 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. São Cristóvão: suficiente 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente.

⁶ Localizada na cidade de Aracaju.

⁷ Localizada na cidade de Estância.

⁸ Localizada na cidade de Lagarto.

⁹ Localizada na cidade de Aracaju.

¹⁰ Localizada na cidade de Itabaiana.

As escolas das cidades que compõem a DRE-9 ¹¹apresentam os seguintes resultados: Canindé – suficiente níveis 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Feira Nova – suficiente: níveis 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Monte Alegre: suficiente – níveis 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Nossa Senhora da Glória: suficiente – níveis 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente. Poço Redondo – suficiente 3 e 4 – leitura, 4 e 5 na escrita, e matemática 3 e 4. Níveis 1 e 2 em todas as áreas: insuficiente.

Em Sergipe, os resultados da rede pública estadual demonstram um quadro insuficiente especialmente nos níveis 1 e 2 de leitura, escrita e matemática, apresentando dados melhores nos níveis 3 e 4. As crianças não estão adequadamente alfabetizadas. Para serem consideradas alfabetizadas, necessitam comprovar habilidades na leitura e na escrita das palavras como ferramentas fundamentais para produzir novos conhecimentos, com autonomia, desenvolvendo a capacidade de se expressar, de ler e produzir textos de diferentes gêneros e desfrutar da literatura, das artes e das demais produções culturais. Essas habilidades e competências são adquiridas gradativamente, de modo que há diferentes níveis de capacidades que se espera da criança em cada ano de escolaridade. A ANA trabalha com Escalas de Proficiência que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho de alunos e da escola, de modo a rever estratégias de ensino e aprendizagem, que permitam a criança aprender com qualidade.

Desse modo, entende-se que todas as instâncias governamentais devem consolidar parcerias para fortalecer a qualidade da formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores; proporcionar a valorização salarial e melhores condições de trabalho, estimular a produção de materiais didáticos coerentes com a realização de atividades mais significativas para os alunos e ressignificar as formas de avaliação propostas na atualidade.

3) Como está a oferta de vagas em creches e pré-escolas no estado de Sergipe?

Estudos apresentados no Plano Estadual de Educação-PEE/SE (SERGIPE, 2015, p. 26) para a Educação Infantil definem que cabe aos municípios oferecer a Educação Infantil (EI) e o Ensino Fundamental (EF), prioritariamente. Em Sergipe não há oferta de EI na rede pública do Estado, o que fica demonstrado na Tabela 3. Todavia, na Meta 1 do PEE/SE ¹²a previsão era de atender, pelo menos, 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches até 2016 ou final do período de vigência do PEE.

Tabela 4. Matrículas na Educação Infantil, escolas públicas e privadas, 2021

Educação Infantil (creche/pré-escola)			
Público municipal	21.397	Público municipal	38.596
Público estadual	0	Público estadual	0
Público federal	156	Público federal	301
Privado	3.541	Privado	11.752
Total	25.094	Total	50.649

Fonte: INEP/Brasil, 2022.

Vale analisar a correspondência entre a população residente por faixa etária e seus níveis de ensino; no caso da população de 0 a 3 anos, observa-se que apenas 11% é atendida nas creches municipais e privadas, sendo que a rede municipal oferta a massa de matrículas no Estado, porém a rede privada chega a quase 50% dessa proporção.

Ao considerar os números acima, o avanço do atendimento ficará para os próximos prefeitos municipais que, por ventura, agirem com vontade política de cumprir a meta. Caso contrário, as crianças pequenas de hoje chegarão à escola só a partir dos 4 anos, porém não 100% delas.

¹¹ Localizada na cidade de Nossa Senhora da Glória.

¹² *Idem, ibidem*, p. 26

Com relação à população de 4 a 6 anos, observa-se que 83% das crianças acessaram a educação infantil na pré-escola, portanto, ainda é um desafio para as políticas de financiamento e planejamento educacional, em efetivo apoio aos municípios, chegarem à sua plena universalização, tal como prevê a Meta 1 do PEE/SE¹³.

4) Como está a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos – EJA, no estado de Sergipe?

Ao longo do processo de investigação, foi observado que a matrícula na EJA-EF, era bem considerável, especialmente nos anos finais deste nível de ensino. Uma hipótese provável é que o fracasso escolar, pouco resolvido entre as faixas etárias de 06 a 14 anos, produza o significativo número de matrícula na modalidade.

Tabela 5. Matrículas, EJA – EF e Médio, no estado de Sergipe, 2021

EJA Presencial

Fundamental	Médio
28.071	13.884

Fonte: INEP/Brasil, 2022.

A esmagadora maioria dos estudantes do EJA-EF concentra-se nos anos finais, portanto confirma a nossa hipótese de que são, em sua maioria, estudantes que frequentaram os anos iniciais e, por diferentes razões e formas, experimentaram o fracasso escolar e viram nessa modalidade de ensino a possibilidade de se manter estudando.

5) Quais as condições de oferta do atendimento aos estudantes com deficiência?

Ao analisar o processo histórico da educação no Brasil, sua constituição e desdobramentos, nos deparamos com o entendimento de educação especial na perspectiva inclusiva enquanto um apêndice do sistema geral do ensino. O sentido a ela atribuído foi de assistência a crianças e jovens com deficiência e não o de educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

As exigências educacionais historicamente foram determinando esta compreensão, fundamentada no entendimento de que somente o saber especializado garantia o atendimento ao estudante com deficiência. Por suas características intrínsecas, pode-se dizer que era considerado diferente da espécie, portanto, não podia aproveitar os processos correntes de escolarização e inclusão social, necessitando de formas especiais para realizar o que os considerados normais faziam de forma “espontânea”.

A educação especial, por sua vez, desenvolveu, por muitos anos, seu trabalho pedagógico praticamente centrado nas peculiaridades desta população, acrescentando na década de 1970 a pessoa com dotação e talento, quando começou a chamar as pessoas com deficiências, assim como, aquelas com dotação e talento, de excepcionais, mas continuou reduzindo sua ação de tal forma que o fundamental de sua prática transitava entre a abordagem clínica e assistencial.

Essa área da educação, hoje, em busca da superação de sua condição de apêndice, participa do processo de discussão e redimensionamento da educação na proposta da inclusão socioeducacional, tendo como protagonistas a sociedade civil e legislações. Essa mudança de paradigma demarca um momento histórico importante na caminhada para

efetivamente possibilitar um sistema educacional mais abrangente e menos excludente. Assim, carecemos de um ponto de vista mais claro da oferta do atendimento aos estudantes com deficiência no Estado de Sergipe. As deficiências compreendem em altas habilidades/superdotação¹⁴: condutas típicas, Transtorno do Espectro Autista - TEA, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência intelectual, deficiências múltiplas, deficiência visual e outras necessidades educativas especiais.

No Brasil, as matrículas na educação especial e nas salas de educação inclusiva foram ampliando-se relativamente rápido depois que o país assinou a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomthien, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994); conforme dados apresentados na Tabela 6.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 25

¹⁴ Nomenclatura que ainda se encontra em documentos do MEC, até o momento, mas que está sendo revista.

Tabela 6. Matrículas na Educação Especial no Brasil e em Sergipe, Nível Fundamental, Ano 2004, por Dependência Administrativa

Unidade Federativa	Dependência Administrativa	Educação Especial Ensino Fundamental
BRASIL	Total	201.375
	Estadual	49.045
	Federal	449
	Municipal	47.013
	Particular	104.868
	Total	201.375
SERGIPE	Estadual	467
	Federal	0
	Municipal	147
	Particular	444
	Total	1.058

Fonte: MEC/INEP/2004.

Atualmente, esse número já modificou consideravelmente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB/1996, entre outras, e, principalmente, a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, promulgada em 6 de julho de 2015 (LBI/2015), como pode ser observado na tabela a seguir

Tabela 7 – Matrículas na Educação Especial no Brasil, Nível Fundamental, Ano 2018, por Níveis de Ensino

Níveis Ensino	Sergipe	Brasil
Creches	23.721	3.587.292
Pré-escolas	58.539	5.157.892
Anos iniciais Ensino Fundamental	185.177	15.176.420
Anos Finais Ensino Fundamental	146.120	12.007.550
Ensino médio	77.939	7.709.929
Educação de Jovens e Adultos	42.620	3.545.988
Educação Especial	9.249	1.181.276

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

Os dados acima apresentados, ainda que gerais, podem indicar algumas características do atendimento da Educação Especial no Brasil e no Estado de Sergipe e um significativo avanço de 2004 a 2018: considerando que o ensino Fundamental já se universalizou no país, o número de estudantes atendidos ainda pode ser ampliado e a dimensão da perspectiva inclusiva melhorada no que se refere às práticas inclusivas, formação dos professores e uso de tecnologias que maximizem as possibilidades de aprendizado. Vale ressaltar, que, os dados de Matrículas das escolas de Educação Básica de Sergipe em 2018, já contempla um percentual de mais de 80% dos alunos inclusos em salas comuns, sendo desses, por

volta de 70% com Atendimento Educacional Especializado no contraturno e, possivelmente – pois os dados ainda não estão fechados e mudam constantemente – 20% só com Atendimento Educacional Especializado na escola comum. É sabido também que muitos estudantes não estão sendo contabilizados nas tabelas por estarem ainda em instituições filantrópicas. Portanto, a questão da educação dos estudantes com deficiência e a formação dos professores é, sem dúvida, mais uma demanda de estudo e pesquisa, importante, para os professores e alunos do curso de Pedagogia.

Por fim, podemos trazer algumas considerações a respeito da premente necessidade de formação docente, especialmente de pedagogos. Entendemos que os avanços nas políticas governamentais, considerados na perspectiva de formação e profissionalização dos profissionais da educação, evidencia a necessidade de uma efetiva política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, que incorpore além de elementos de valorização profissional vinculados à carreira, remuneração e condições de trabalho, sob uma gestão mais articulada, institucionalizando processos singularizados que contemplem de modo mais específico estratégias de formação inicial e continuada e de valorização efetiva dos profissionais vinculados ao exercício do magistério.

No que pesem os avanços alcançados visando a universalização da educação básica, o Estado de Sergipe apresenta imensos desafios, principalmente em relação à qualidade do ensino, à formação e valorização docente; aos déficits concernentes às taxas líquidas de matrícula no Ensino Fundamental e Médio; ao analfabetismo, inclusive o funcional e ao processo de inclusão educacional, dentre outros.

No que se refere à adequada formação dos docentes, percebe-se que o Estado de Sergipe apresenta 22.763 profissionais em funções docentes, 77,75 % possuem nível superior, sendo 85,15% licenciados (INEP, 2015).

Ressalta-se, em conformidade com o PEE/SE (2015, p. 139), que os docentes que integram o quadro permanente do magistério público estadual e possuem habilitação no curso médio na modalidade normal, passaram a compor o quadro permanente em extinção dos profissionais do magistério público estadual, após aprovação da Lei Complementar nº 213, de 16 de julho de 2011, que alterou o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Estado de Sergipe. O ingresso no magistério público estadual, a partir da vigência da supracitada Lei, passou a ser somente com o nível superior em licenciatura. Do total de professores atuando na educação básica de Sergipe, em 2013, 78,5% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental possuíam licenciatura, mas apenas 30,1% com licenciatura na área de atuação.

Já no Ensino Médio eram 91,4% licenciados e 66,7% com licenciatura na área em que atuam. Os dados evidenciam que há disciplinas, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, em que mais de 50% dos professores que lecionam não têm formação específica na área em que estão atuando.

Aos docentes em efetivo exercício nas redes públicas de ensino, estão sendo ofertados cursos de Mestrado Profissional. Estão em andamento os Mestrados Profissionais em Letras, já na segunda edição, com 95 (noventa e cinco) docentes em formação; em Matemática, também na segunda edição, com 40 (quarenta) docentes em formação; o de Ensino de História com 14 (quatorze) docentes formados e 36 (trinta e seis) em formação; e o de Física, iniciado em 2015 com 10 (dez) candidatos selecionados. Esses cursos são realizados em parceria com a Universidade Federal de Sergipe.

2.4. Dados de identificação do curso

Curso de Graduação em Pedagogia. Modalidade Licenciatura.

Turnos: Diurno e Noturno.

Grau conferido ao(a) egresso(a): Licenciado em Pedagogia Endereço: Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n.

Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE. CEP: 49100-000

A administração do curso funciona em período vespertino e noturno. O curso tem ingresso único, nos dois semestres letivos, correspondente à aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo ofertadas anualmente 100 (cem) vagas.

2.5. Justificativa do curso para a reforma curricular

No mês de maio de 2006, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia — DCNs/Ped. — e determinou o prazo de um ano para as reformulações do projeto pedagógico do curso segundo os princípios e condições de ensino e aprendizagem presentes nas Diretrizes. Tarefa que cabe às faculdades e Departamentos de Educação de todas as Instituições de Educação Superior do país.

Mas falar sobre a reforma do curso de Pedagogia já tem se tornado quase lugar comum para aqueles que dedicam sua carreira profissional para a formação de professores. O que não traz em si nenhuma surpresa, pois a questão da educação das novas gerações é um debate contínuo, assim, não seria diferente com a questão da educação do educador. Portanto, cabe aos formadores de profissionais da educação manter o propósito vivo deste debate e, especialmente, garantir a reflexão crítica e permanente em torno das demandas sociais da educação visando problematizar e encaminhar ações de formação do educador.

Para o Colegiado do Curso, o projeto pedagógico atual do curso de Pedagogia da UFS, afina-se às DCNs – Pedagogia pelo fato de já terem sido extintas as habilitações desde sua última reformulação (1993), devendo, portanto promover ajustes apontados, inclusive, pela avaliação interna do curso e pela Resolução.

Estas foram as considerações do processo de avaliação do curso de Pedagogia que indicam o ponto de partida para a reformulação da proposta pedagógica do curso, aliada à necessidade de adequá-la às DCNs – Pedagogia.

Após dez anos da implantação do curso de Pedagogia da UFS, nos encontramos novamente diante de um novo documento oficial que redireciona o processo de formação inicial e continuada dos professores(as) da educação básica e, ainda, com algumas sistematizações a respeito do funcionamento do referido curso na prática da estrutura curricular efetivada em 2008.

De modo geral, foi observado um primeiro problema que a nova estrutura curricular revelou em sua implantação, na verdade, um problema mais de implantação do que de concepção. Nas DCNs/Pedagogia (BRASIL, 2006) foram propostos três eixos articuladores da estrutura curricular: núcleo de estudos básicos, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleos integradores. Cada núcleo deveria se articular aos eixos temáticos capazes de garantir uma sólida formação do/a educador/a e de acordo com a trajetória das pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Educação. De modo geral, nenhum professor ou professora se opunham a esse princípio, mas faltou o principal para que ele se efetivasse na prática: reuniões pedagógicas entre os professores(as) do DED para que fosse discutida tal articulação no contexto de cada disciplina que compunham os eixos. Deste modo, o currículo foi acontecendo isoladamente em cada disciplina, acarretando com isso o efeito contrário do que se havia proposto. Portanto, nosso desafio é instituir no Departamento de Educação da UFS a prática de reuniões estritamente pedagógicas para aprendermos a fazer a tão propalada interdisciplinaridade que se deseja. É sempre importante lembrar que currículos com base interdisciplinar são mais complexos do que as antigas grades curriculares e, por isso mesmo, exigem uma atuação sistematizada de seus(suas) professores(as).

Nos estudos coordenados pelo Prof. Dr. Bernard Charlot (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2016, com as colaboradoras: Profas. Dras. Lianna Torres de Melo, Rita de Cássia Souza, Veleida Anahi), sobre as possíveis melhorias que podem ser implantadas no curso de Pedagogia, sugere-se evitar a prática fragmentária das atividades estudantis, ao passo que o corpo docente deve se esforçar a promover a relação teoria e prática.

A segunda questão importante a se destacar foi a diminuição de disciplinas que tematizam o processo de alfabetização, da didática e avaliação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental bem como, o papel e a função da coordenação pedagógica e da gestão escolar. Esse é um ponto nevrálgico do currículo de Pedagogia, incontornável e deverá, sem demora, ser corrigido nessa nova reformulação.

A terceira questão diz respeito à exigência da produção de uma monografia pelos(as) estudantes do curso. Observamos nestes dez anos que foi um fator importante, pois fez maiores exigências intelectuais para nossos(as) alunos(as) e, ao mesmo tempo, possibilitou que fossem disputar a seleção da Pós-Graduação em Educação em condição de igualdade de formação com estudantes de outras áreas do conhecimento. Um ganho nada desprezível, reconhecemos!

No entanto, fez vir à tona as reais dificuldades de elaboração de texto monográfico que exige maior grau de sistematização de conhecimentos teóricos e práticos, sem contar com os conhecimentos específicos da pesquisa científica. De modo geral, nossos(as) estudantes demonstraram falta de competências básicas para o desempenho razoável dessa tarefa, o que resultou em um aumento significativo de reprovações. Mas a questão trouxe outro problema que estava oculto no curso mesmo antes da exigência da produção de uma monografia: por que estudantes que são aprovados relativamente bem em quase todas as disciplinas que antecedem a monografia, demonstram incapacidade de escrita, de sistematização, de análise, de domínio de conteúdo, etc, só no momento individual de elaboração de seu trabalho final de curso? Tais problemas não deveriam já ter sido identificados nas disciplinas anteriores? Quais são nossos critérios de avaliação?

Definitivamente, esse nó górdio só será relativamente equacionado no debate entre os professores do curso para discutir os processos e critérios de avaliação e as novas direções com relação ao trabalho final de curso que deverá estar apresentado nesse PPC. Cabe a esse documento provocar nos professores do DED a discussão necessária e garantir espaço e tempo para a formulação dessa nova realidade.

Percebe-se, então, que tratamos com um grupo heterogêneo devido à suas próprias condições de vida, de trajetória escolar e circunstâncias socioeconômicas as quais, não se tem gerência para mudar tal situação, porém, a dinâmica do curso pode dar diferentes caminhos formativos para que, mesmo o estudante com muitas dificuldades que o impedem de se dedicar ao estudo, seja beneficiado de tais caminhos, além das tradicionais disciplinas do curso de Pedagogia.

Finalmente, vale anotar, aqui, o que os pesquisadores Bernard Charlot, Lianna de Mello Torres, Rita de Cássia Souza e Veleida Anahi da Silva Charlot, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, identificaram que os estudantes do curso de Pedagogia apresentam três situações com relação aos estudos: Um grupo composto por estudantes que não acumulam atividade de trabalho e responsabilidades familiares. Neste caso, sua condição de estudo é bem favorável à dedicação das tarefas acadêmicas. Há um segundo grupo que são estudantes que, além de estudantes são trabalhadores, assim, dividem seu tempo entre essas duas atividades. Finalmente, há aqueles estudantes que além de trabalhar e estudar são arrimo de família como pai ou mãe de filhos pequenos. Neste grupo, encontram-se as condições mais difíceis de dedicação ao estudo. Sugerem, os pesquisadores, apoio ao segundo grupo e atendimento permanente ao terceiro grupo.

Ainda, no despontar de horizontes de desafios, é importante trazer os estudos de Dutra (2017, p.158), que indica que após a expansão universitária de 2007, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de reduzir a taxa de retenção e evasão estudantil, porém os recursos da assistência estudantil são insuficientes. “Apesar de haver um significativo aumento dos recursos repassados às IFES para custeio da AE, esses ainda são bastante insuficientes para atender à crescente demanda decorrente dos programas voltados para expansão e democratização do Ensino Superior Federal, como o Reuni, o ENEM/SISU e a Lei de cotas”¹⁵

No que tange às dificuldades emocionais dos estudantes, que certamente interferem na vida acadêmica, a pesquisa da ANDIFES (2014, p.236), demonstra que 58,36% dos estudantes universitários brasileiros possuem ansiedade, 32,57% possuem insônia ou alteração significativa do sono, 44,72% possuem desânimo ou falta de vontade de fazer as coisas, 6,38% já tiveram ideia de morte e 4,13% já tiveram pensamento suicida. No Nordeste, os números são: 55,78% para ansiedade, 31,96% para insônia ou alteração significativa do sono, 41,84% para desânimo ou falta de vontade de fazer as coisas, 5,79% para ideia de morte e 3,55% para pensamento suicida, 79,38% dos universitários brasileiros apontam a existência de dificuldades emocionais que interferem em sua vida acadêmica. O curso de Pedagogia tem que estar preparado também para lidar com essas problemáticas.

Mais uma vez fica demonstrado o imperativo dos(as) professores(as) do DED se dedicarem a preparar, planejar e organizar sua prática pedagógica em coletivo e/ou em grupos menores por área de interesse, para ter a oportunidade de discutir sobre os casos de maiores dificuldades individuais de nossos(as) estudantes e, no limite da atuação do curso, poder ajudá-los(as) a superar tais condições emocionais. Tal exigência ganha uma relevância tão importante que deverá ser tratada em subitem exclusivo.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

Neste novo documento, além da Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura); - DCNs (BRASIL, 2024), observamos a base legal que vem sendo constituída desde 1995, que deve ser incorporada no novo PPC.

Quadro 1. Normativas nacionais que nortearam o novo Projeto Pedagógico de Pedagogia

BASE LEGAL

Lei nº 9.394, 20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Arts. nº. 61-67, define os profissionais da educação básica e as especificidades do trabalho, trazendo como princípios, sólida formação básica, associação entre teoria e prática, e aproveitamento de experiências anteriores. Define a formação em nível superior, embora ainda tenha mantido o nível médio e também sobre a formação continuada e o papel dos estados e municípios em garantir essa formação. Define o incentivo através de bolsas de iniciação à docência e os exames nacionais. Trata também da formação continuada, em programa de pós-graduação: mestrado profissional acadêmico e doutorado.
Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução CNE/CP, nº 2, 19 de fevereiro de 2002	Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Resolução nº. 1, de 15 de maio de 2006	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Parecer CNE/CEB nº 8/2010	Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública.
Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 14 de janeiro de 2010	Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010	Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012	Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012	Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.
Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
Lei nº 12.796, 4 de abril de 2013	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016	Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de novembro de 2017	Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020	Institui as diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, que estabelece normas educacionais excepcionais para diversos públicos, incluindo estudantes com deficiência.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021	Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022	Institui normas sobre Computação na Educação Básica, complementando a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).
Parecer CNE/CP nº 50/2023	Orientações específicas para o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação especial.
Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023	Define as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.
Parecer CNE/CP nº 41/2023	Diretrizes Nacionais para a oferta de EJA no Sistema Penitenciário de Segurança Máxima.
Parecer CNE/CES nº 576/2023	Revisão das diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024	Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).
Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025	Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática.
Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025	Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Fonte: Quadro organizado pelo NDE, 2018.

As diretrizes estabelecem como o entendimento de que a formação do magistério da Educação Básica é indispensável para a construção de um projeto nacional, em níveis e modalidades de educação, de modo a promover a criação de um Sistema Nacional de Educação, com valores pautados na inclusão, permanência em um padrão de qualidade, defendendo a diversidade e pluralidade cultural. Para tanto, as instituições formadoras em diferentes níveis e modalidades devem estar articuladas, com uma base comum nacional, para formação inicial e continuada. Isto requer articulação entre a graduação e pós-graduação, entre o ensino e a extensão. Calcado em proposta interdisciplinar, o currículo precisa proporcionar a produção e socialização do conhecimento, respeitando a realidade concreta dos sujeitos e, especialmente, a compreensão da educação como um direito fundamental. Nessa direção, a formação e valorização do magistério precisam ser asseguradas para proporcionar as condições efetivas de um trabalho coletivo e necessário a essa formação.

Nesse sentido, NDE, o Colegiado do Curso de Pedagogia e seu Conselho Departamental reafirmam a concepção de formação de professores presente em nosso PPC- Pedagogia, segundo a qual a aprendizagem no interior da Universidade acontece a partir do dissenso e consenso das e nas relações didáticas da sala de aula, nos eventos promovidos pelo Departamento, nas atividades de pesquisa e extensão e na própria proposição curricular devidamente debatida entre os pares e representação estudantil.

A instituição formadora, no âmbito das licenciaturas, deve assumir uma formação inicial que promova uma reflexão consistente sobre a concepção de educação e de sociedade, a fim de proporcionar uma formação técnica, política, ética, estética em uma ambiência político-pedagógica que não dissocie conteúdo e metodologia, didática e prática de ensino.

Nesse viés, reconhecemos o papel da docência como eixo formativo fundamental, capaz de articulações de conhecimentos científicos e culturais, de valores éticos e estéticos inerentes ao processo de aprendizagem. Além disso, reafirmamos a relevância da pesquisa como base no processo de formação pedagógica da/do docente, em sua função de criação e socialização de conhecimentos acerca desse processo formativo.

No esteio desta discussão, reafirmamos ainda a necessidade de mobilização, bem como de posicionamento político e crítico da Universidade Federal de Sergipe em defesa dos cursos de licenciatura e da Pedagogia, como área basilar e central na formação de professor, colocando-se a favor da educação, da formação docente sólida no país e da autonomia da universidade pública.

Além da adequação às diretrizes educacionais no âmbito nacional, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia justifica-se pela necessidade de adequações às normativas internas da Universidade Federal de Sergipe, a saber:

Quadro 2. Normativas internas criadas após a última reformulação do Projeto Pedagógico de Pedagogia

BASE LEGAL	
Resolução nº 14/2015/CONEPE	Aprova alterações nas Normas do Sistema
	Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe.
Resolução nº 24/2016/CONEPE	Inclui nos currículos complementares dos cursos de graduação da UFS as atividades complementares, de caráter optativo.
Resolução nº 10/2018/CONEPE	Regulamenta estágios curriculares obrigatório e não obrigatório de graduação e estágios para egressos/trainee no âmbito da Universidade Federal de Sergipe.
Resolução nº 38/2018/CONEPE	Estabelece as condições e os procedimentos específicos para oferta de componentes curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presenciais.
Resolução nº 40/2019/CONEPE	Regulamenta a oferta de componentes curriculares de Tópicos ou Tópicos Especiais na Estrutura Curricular Complementar dos Cursos de Graduação da UFS.
Resolução nº 38/2021/CONSU	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021/2025.
Resolução nº 04/2022/CONEPE	Aprova Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
Resolução nº 28/2022/CONEPE	Regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe.
Resolução nº 40/2022/CONEPE	Altera parágrafo único do Artigo 259 da Resolução nº 14/2015/CONEPE, que aprovou Normas do Sistema Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe.
Resolução nº 54/2022/CONEPE	Regulamenta a admissão de carga horária compartilhada entre docentes na oferta de componentes curriculares dos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe.
Resolução nº 49/2023/CONEPE	Altera a Resolução 47/2013/CONEPE, que estabelece critérios para avaliação da docência, das condições de ensino e autoavaliação, por discentes da Universidade Federal de Sergipe, como ferramenta de avaliação institucional.
Resolução nº 04/2024/CONEPE	Altera a Resolução nº 14/2015/CONEPE, que aprovou as Normas do Sistema Acadêmico da Universidade Federal de Sergipe e revoga a Resolução nº 68/2023/CONEPE.
Resolução nº 14/2024/CONEPE	Estabelece as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de pesquisa, ensino, extensão e estímulo à inovação tecnológica para discentes na Universidade Federal de Sergipe.
Projeto Pedagógico Institucional	Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Sergipe.
Plano de Desenvolvimento Institucional - UFS	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025 da Universidade Federal de Sergipe.

Fonte: Quadro elaborado pelo NDE, 2022.

2.6. Fundamentos teóricos e práticos do curso de Pedagogia

O projeto pedagógico de um curso é o documento definidor dos princípios orientadores que exprimem a direção a

ser impressa ao processo de formação profissional de Educação Superior. Ao organizar e elaborar a concepção, fundamentos e os conteúdos que compõem a proposta pedagógica do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - magistério da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental em instituições escolares e não escolares (hospitais, ONGs, Sindicatos, empresas, asilos, casas de reabilitação, etc) e Gestão Educacional, buscou-se um equilíbrio entre os eixos de estudo sugeridos pelas DCNs – Pedagogia (BRASIL, 2006) e da Resolução nº 4, de 19 de maio de 2024, bem como as diversas normativas para a educação básica relacionadas nos Quadros 1 e 2.

Nosso intuito maior visa à formação didático-pedagógica, teórica e prática da ação docente, formação para a pesquisa e formação para trabalhar com as diferenças culturais, étnicas, sociais, religiosas, sexuais, de gênero e as diferenças entre as capacidades intelectuais, físicas e sensoriais, tendo como perspectiva de maior abrangência as classes sociais em que os grupos identitários nascem e se constituem como sujeitos históricos e sociais.

A proposta do Curso formulada neste documento é resultante da caminhada descrita no histórico e teve como referência a prática educacional e a produção teórica em âmbito local e nacional sobre o Curso de Pedagogia, bem como as propostas que instituem as DCNs- Pedagogia, aprovadas no Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº. 1, de 15 de maio de 2006; em articulação com as disposições da Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Compreendemos que o contexto sócio-histórico brasileiro é marcado pela conformação de uma sociedade de origem escravocrata, de base coronelista, cuja extensão e intensificação das formas capitalistas se instauram de modo acelerado sem que o conjunto da população possa absorver e acomodar em seu modo de vida os direitos e deveres típicos das sociedades modernas. Deste modo, o conflito capital-trabalho, expresso na luta de classes, escreveu sua trajetória em descompassos entre as conquistas necessárias para a própria sociedade capitalista, como educação, saúde e habitação e, ao mesmo tempo, por disputas ideológicas nos espaços políticos e sociais.

Assim, é forçoso reconhecer que lidamos com um sistema educacional elitista cujos canais de acesso, se universalizados, como proclamam os órgãos oficiais, estão efetivamente bloqueados na medida em que não garantem condições materiais e objetivas que facultem uma escola de qualidade para todos. Por essa razão, as lutas travadas entre as classes sociais evidenciam a necessidade de um projeto que viabilize a socialização dos saberes. Desse modo, o trabalho prioritário a ser desenvolvido junto aos estudantes seria promover a compreensão crítica da realidade brasileira em seu contexto local, regional, nacional e global e, sobretudo desenvolver competências e habilidades para práticas educativas bem sucedidas nos espaços em que os mesmos atuem.

Portanto, não cabe ao curso de Pedagogia apenas formar professores para ampliar o contingente de profissionais, mas há de se aprofundar na formação deles uma consciência política que lhes permitam pensar um projeto societário e educacional em bases radicalmente democráticas. Por isso, o educador deve se apropriar de instrumentos intelectuais para consolidar seu pensamento crítico diante da realidade social e educacional e para, nessa realidade, desenvolver uma prática que vá além da escola (FERNANDES, 1987, p. 47).

O pedagogo é o profissional cuja formação concentra-se nas questões educacionais, tendo como centralidade o exercício da docência em sua trajetória no magistério público e privado em espaços escolares e não escolares. Se assim está proposto, devemos, antes de tudo, definir os conceitos de educação e educação escolar que são os objetos de estudo próprios do campo da investigação científica da Pedagogia. Entendemos a educação como uma prática social integrada no processo cultural amplo, constituidora da existência e experiência humana. A educação escolar é parte dessa dimensão que se desenvolve através de uma ação deliberada que, a partir da era moderna, está organizada pelo Estado e acomoda instituições públicas e privadas de caráter laico ou confessional.

A relação entre uma dimensão e outra, conforme nossa perspectiva, é a linha mestra da formação de profissionais da educação que deve avançar do plano meramente abstrato para a realidade educacional mais ampla da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, estabelecer relações desse universo com a realidade local, regional.

No que diz respeito à escola, esta proposta aponta para a sua compreensão historicamente situada, portanto, produtora e socializadora do conhecimento sistematizado que constitui o patrimônio cultural, científico, técnico e artístico da humanidade.

Conforme o parágrafo único do Art. 3º das DCNs - Pedagogia (2006), a formação do licenciado em Pedagogia deve compreender: “[...] a escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania”.

Vale salientar, que existe um conceito formal de cidadania, construído nos ideais liberais que a define enquanto promulgação de direitos e deveres. Entretanto, o que desejamos é reafirmar a impossibilidade da construção de um conceito de cidadania que não incorpore a estreita vinculação entre ética e política.

Outro fator importante está na própria conjuntura da construção da ciência no mundo e o papel da Pedagogia. A discussão crítica e fundada dos paradigmas epistemológicos da ciência pode favorecer a criação de conhecimentos, estratégias e práticas sociais que contribuam para a formação de pedagogos/as para que trabalhem no sentido de minimizar a exclusão, defendendo a escola pública, gratuita e de qualidade como também o acesso às condições de formulação e proposições de uma ciência edificante, capaz de promover transformações no âmbito educacional e social.

Por isso, definimos que a natureza do curso de Pedagogia se expressa na centralidade das questões de ordem educacional em seus aspectos sociológicos, históricos, filosóficos, culturais e do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do ser humano. Deste ponto de vista, a formação do profissional da área de educação deve pautar-se em uma ampla base formal, cultural e política, norteadora de uma relação de responsabilidade desse profissional com a educação, com a escola pública e com sociedade em geral. Leva-se em conta a natureza inclusiva e intercultural de diferentes grupos sociais que adentram a escola e outros espaços educativos.

Diante destes princípios, afirmamos na formação do pedagogo/educador o aprofundamento do compromisso com a educação da infância, da adolescência, da juventude e do adulto no reconhecimento de uma identidade profissional cujas raízes filosóficas e históricas se ligam a um tempo social e cultural dessas temporalidades humanas (ARROYO, 2000, p. 32).

Quanto às práticas educativas em espaços escolares e não escolares (sindicatos, ONG's, hospitais, empresas, ação de educação complementar, etc.) cabe ao educador/a compreender os processos e formas de organização e produção dos conhecimentos, saberes e práticas sociais dos sujeitos pertencentes aos diferentes grupos e colocá-los em conflito e em diálogo permanente.

Num contexto mais amplo da produção da vida material e cultural de uma sociedade excludente como a nossa, a prática educativa deve contemplar a compreensão crítica dos processos históricos e simbólicos de exclusão, vivenciados por amplos segmentos da população. E que, indistintamente, estão presentes na vida da criança, do adolescente, do jovem e do adulto que adentram a escola. Presentes também nos preconceitos que atingem a população negra, os povos indígenas, os povos do campo, das margens dos rios e mangues e das florestas, os povos ciganos, as mulheres, os grupos de diferentes orientações sexuais, de identidade de gênero e pessoas com deficiências. Neste caso, é imprescindível refletir a exclusão da escola e na escola, sobre os processos migratórios internos e outros elementos que promovam o diálogo e a integração dos diversos.

No momento atual, as políticas afirmativas e inclusivas estão em pauta na direção de todos os níveis de ensino e voltadas para grupos que, historicamente, sofreram e sofrem discriminações de todas as ordens. Por isso, para definir a educação inclusiva precisamos avançar, e muito, para além do discurso e da ação de manter sujeitos presentes e numericamente computados nas matrículas. Essa ideia não passa de uma visão equivocada de inclusão. Seu real significado se dará a partir da reflexão educativa cujos temas, problemas, processos e formas específicas da educação dessas populações sejam debatidos no conjunto das questões fundamentais da educação regular como direito social. A educação inclusiva, neste sentido, não diz respeito ao conteúdo de uma ou outra disciplina, de um ou outro professor, mas de todos aqueles que defendem a teoria e a prática não excludente, seja por motivo cultural, religioso, étnico, de orientação sexual, gênero ou diferenças físicas, intelectuais, mentais e/ou sensoriais.

Finalmente, resta ainda discutir questões ligadas à autonomia do profissional da educação. Em nosso entendimento, ela deve estar vinculada não só ao domínio dos conteúdos que vai ensinar, mas também à sua formação moral, seus valores e princípios que se manifestam nas relações professor-professor, professor-família do aluno, professor-aluno e professor-funcionário. Neste sentido, criar competência não significa apenas o domínio de conteúdos, metodologias e transmissão de informação, mas uma ferramenta para equacionar sua prática, sua reflexão e suas propostas de intervenções pedagógicas. Suas habilidades como um saber-fazer do professor que se aprimora de forma constante.

O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe desenvolve uma formação para educadores voltada para a formação integral, priorizando as relações entre o corpo docente e discente e o compromisso social no campo da educação.

2.7. Princípios orientadores do curso

A concepção do curso expressa no presente projeto pedagógico está referendada em um processo de estudos, reflexões e análises envolvendo a Comissão de Reformulação, o Colegiado e o NDE do referido curso que considerou as discussões geradas pela Resolução nº 4/2024 entre outros documentos legais elencados nesse projeto, trabalhos de pesquisa dos professores do Departamento de Educação e produções de outros pesquisadores que abordam criticamente a questão da formação do pedagogo no Brasil. Nesse contexto, estudos como os de Pimenta (1999), Candau (2006), Nóvoa (2012) e Tardif (2012) apontam preocupações com a qualidade da educação, trazendo no bojo de suas reflexões a importância de diferentes saberes para a formação docente. Esse processo de reestruturação do PPC ensejou o aprofundamento de questões fundamentais, no sentido de um olhar mais crítico às normatizações existentes em âmbito nacional, mas, essencialmente, a revisão do papel do pedagogo à frente das questões presentes no contexto contemporâneo.

Desse modo, a concepção do Curso de Pedagogia da UFS baseada em alguns princípios a seguir elencados, pressupõe:

- a) Pedagogia enquanto práxis:** a indissociabilidade entre teoria e prática, no exercício das funções pedagógicas pressupõe que o conhecimento significativo deve emergir da prática e a ela retornar, mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes em sua própria realidade;
- b) Interdisciplinaridade/multidisciplinaridade:** em uma relação de reciprocidade e de intercâmbio dos conhecimentos, no sentido de superação da concepção fragmentária rumo a uma concepção mais dialética e unitária do conhecimento;
- c) Educação Inclusiva e Diversidade Social e Cultural:** o reconhecimento e a valorização das diferenças, em suas múltiplas dimensões, especialmente no que se refere à diversidade econômica, étnico-racial, sexual, de gênero e identidade de gênero, geracional, cultural e regional. O que implica uma abordagem humanista dos conhecimentos para fortalecer as relações de inclusão e o entendimento da diversidade presente na sociedade brasileira;
- d) O processo de alfabetização como eixo fundante da formação do pedagogo :** a imperiosa necessidade de que as(os) jovens pedagogas(os) se apropriem dos conceitos de alfabetização e letramento e os estendam para os campos do conhecimento da matemática, ciências, artes, história, geografia, tecnologias digitais e corporeidade, ao longo da formação em diferentes componentes curriculares;
- e) Autonomia do saber pensar:** como base para o desenvolvimento da competência de intervenção profissional crítica e reflexiva nos complexos e múltiplos contextos da realidade educacional brasileira;
- f) Arte, estética e imaginário:** como dimensões indissociáveis das práticas pedagógicas da realidade infantil;
- g) Ecologia e sustentabilidade:** como formação do sujeito contemporâneo em suas dimensões críticas e éticas, de cidadania corresponsável pela vida sustentável no planeta;
- h) Cultura digital na formação docente:** a compreensão de que as tecnologias digitais da comunicação e informação exigem metodologias próprias nas práticas pedagógicas e nos modos de aprender e interagir com o universo da cibercultura;
- i) Múltiplas linguagens e comunicação social na formação continuada docente:** dimensão da leitura crítica de diferentes linguagens artísticas, estéticas, midiáticas e dos meios de comunicação social e de sua divulgação.
- j) Indissociabilidade entre docência e gestão do trabalho pedagógico:** a organização da gestão escolar pressupõe a compreensão do exercício da docência, na mesma medida em que a docência pressupõe a gestão do trabalho pedagógico em sala de aula e das relações educativas.

As questões conceituais e posições até aqui desenvolvidas, constituem-se em pressupostos para a formação do pedagogo. Com base nesses princípios, o projeto e currículo do curso de Pedagogia redefinidos buscam ampliar a perspectiva de atuação profissional dos acadêmicos para a intervenção competente em diferentes áreas do conhecimento, em espaços escolares e não escolares:

- a) Docência em Educação Infantil;
- b) Docência em anos iniciais do Ensino Fundamental;
- c) Docência em Educação de Jovens e Adultos;
- d) Gestão da Educação;

- e) Coordenação pedagógica;
- f) Docência na Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- g) Docência e Culturas Digitais;
- h) Produção de artefatos didático-pedagógicos;
- i) Práticas educativas não escolares.

2.8. Objetivos do Curso Geral:

· Conferir o grau de Licenciado em Pedagogia para atuar na docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de crianças, adolescentes, jovens e adultos, bem como atuar em atividades de gestão, coordenação e assessoramento pedagógico em órgãos do sistema educacional e em espaços educativos não escolares.

Objetivos específicos:

- Formar o professor capaz de exercer a docência no ensino infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em diferentes espaços educativos;
- Formar o profissional em educação para atuar nas atividades de planejamento, organização e execução de projetos e programas educativos em órgãos do sistema educacional e em espaços não escolares;
- Elaborar propostas, projetos e materiais didáticos e de natureza tecnológica voltados para o desempenho de atividades educativas e;
- Produzir pesquisa e divulgação do conhecimento científico-tecnológico na área educacional, em contextos escolares e não escolares.

2.9. Áreas de atuação:

Docência: entendida em seu sentido amplo, como trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas e, no sentido estrito, como relações multifacetadas envolvendo procedimentos didático-pedagógicos intencionais, numa abordagem interdisciplinar, inclusiva e intercultural. Podendo atuar no atendimento educacional especializado nas escolas. Abrangendo as seguintes modalidades:

- a) Educação Infantil em instituições escolares e não escolares que abrigam crianças de 0 a 5 anos de idade;
- b) anos iniciais do Ensino Fundamental em instituições escolares e não escolares que atendem crianças de 6 a 10 anos de idade, incluindo as modalidades Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação de Jovens e Adultos;
- c) função pedagógica de tutoria na modalidade de Educação a Distância;
- d) projetos de ação educativa em contextos escolares e não escolares (Ongs, movimentos sociais, empresas, sindicatos, hospitais, etc)

Gestão Educacional: entendida como organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e nos processos educativos formais e não formais. Podendo atuar:

- a) na gestão da unidade escolar da Educação Básica, numa perspectiva de atuação democrático-participativa;
- b) na gestão e supervisão de sistemas de ensino, que agrupam um conjunto de unidades escolares da Educação Básica, atuando na instância das diretorias de ensino ou em secretarias municipais de educação, tendo em vista o princípio da gestão democrática;
- c) Em processos avaliativos e investigativos em diferentes instituições escolares e não escolares;
- d) Na produção e elaboração de material didático para as diferentes modalidades de ensino perspectiva do desenho universal.

2.10. Perfil Profissional

O profissional da educação deve, antes de tudo, se comprometer com a formação societária de bases radicalmente democráticas através de uma atitude ética de solidariedade, honestidade, sentimento de indignação frente às injustiças sociais e humanas e compromisso com as transformações que beneficiam a maioria da população. Nesse sentido, objetiva-se a formação de um pedagogo(a)/educador(a) capaz de incorporar à sua prática profissional as dimensões do conhecer, analisar, sistematizar, propor e superar os desafios existentes na realidade socioeducacional atual.

A(o) pedagoga(o) é a(o) professora(o) da infância e, por isto, o campo de maior domínio de seu saber é o processo

de alfabetização e letramento específico ao ato de ensinar a ler e escrever e, no sentido amplo, da extensão destes conceitos para outros campos do conhecimento e de outras linguagens verbais e não verbais, a saber:

Competências:

- compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação escolar e não escolar;
- analisar e criar processos educativos que possam interferir como estratégia de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável em ambientes escolares e não escolares;
- compreender e analisar a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento das teorias pedagógicas;
- conhecer e analisar os fundamentos das políticas públicas, em especial, no campo educacional e, a partir delas, intervir nas diferentes instâncias, visando propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares, de forma a eliminar as discriminações e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- dominar e aplicar os conteúdos a serem socializados, seus significados em diferentes contextos e sua articulação disciplinar, no domínio pedagógico;
- dominar práticas pedagógicas próprias para o processo de alfabetização e letramento para o ensino da leitura e escrita, bem como estender estes conceitos a outros campos do conhecimento e de outras linguagens verbais e não verbais;
- sistematizar e avaliar os processos, a investigação da prática pedagógica e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional;
- compreender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação.

Habilidades:

- valorizar o diálogo como meio de construção de consenso entre opiniões, posições e ideias, respeitando divergências;
- resolver conflitos sem, contudo, isolar os conflitantes, aprendendo cada vez mais no convívio com seus pares e situações;
- pensar criticamente não só como forma de perceber as injustiças históricas e sociais, mas, principalmente, a partir desse olhar crítico, propor alternativas criativas, esperançosas e solucionadoras de problemas;
- participar de projetos educativos e sociais na consciência de seu ser político;
- identificar processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta, que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais *locus* educativos;
- analisar criteriosamente a produção escrita e de leitura de seus estudantes para criar situações de alfabetizar e letrar de acordo com seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional;
- buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- apresentar disposição e dedicação em seus empreendimentos;
- sistematizar, organizar e coordenar ideias referentes à sua formação tanto no seu modo de expressar-se oralmente quanto em sua escrita;
- assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá;
- apresentar qualidades pessoais de se auto-compreender enquanto indivíduo singular e constituído na interação com o outro, com seu grupo social e como elemento pertencente à espécie humana;
- orgulhar-se de sua nacionalidade, sua origem social, sua etnia, seu gênero, sua história e profissão.

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia é organizada em disciplinas obrigatórias e optativas, bem como atividades de vivência pedagógica em espaços escolares e não escolares.

2.11. Estágio Supervisionado na Formação em Pedagogia

O estágio supervisionado é um momento-chave para a formação dos futuros educadores, promovendo não apenas

a aprendizagem prática, mas também a reflexão crítica e o desenvolvimento das competências necessárias para atuar com qualidade, de forma inclusiva, na educação básica.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que estabelece as diretrizes para a formação inicial de professores, introduziu mudanças significativas no estágio curricular supervisionado dos cursos de licenciatura, incluindo o de Pedagogia. Dentre as mudanças inauguradas pela resolução, está a previsão de carga horária total de 400h de Estágio Supervisionado, totalmente presencial, devendo a experiência de estágio iniciar-se no primeiro semestre do curso, com supervisão obrigatória e ativa. Essas alterações afetam diretamente o estágio específico em Pedagogia, tanto em sua estrutura, organização quanto no papel formativo dentro do curso.

O estágio ganha novos contornos na resolução, com ênfase em práticas pedagógicas mais dinâmicas e significativas, numa perspectiva de formação docente mais integrada, crítica, reflexiva, inclusiva e tecnológica; preconizando a incorporação de estratégias que promovam a autonomia do estagiário, para que ele se torne capaz de avaliar e ajustar suas práticas pedagógicas. Busca-se desenvolver a autonomia profissional do pedagogo, preparando-o para a tomada de decisões e a solução de problemas em sala de aula e demais espaços de atuação pedagógica, de maneira crítica e reflexiva. Tais direcionamentos estão presentes desde a primeira reformulação do curso de Pedagogia da UFS, que culminou na elaboração do PPC de 2008, bem como nas discussões mais recentes travadas no processo de construção deste PPC.

Além da observância das diretrizes exaradas pelas normativas nacionais: Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia (licenciatura) e Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica; a escrita desta seção está em consonância com as Normas de Estágio do Curso de Pedagogia (em anexo), a Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes em âmbito nacional, bem como, com a Resolução nº 10/2018/CONEPE/UFS, que regulamenta estágios curriculares obrigatórios de graduação no âmbito da Universidade Federal de Sergipe; considerando a Orientação Normativa nº 02, de 24 de junho de 2016 que estabelece orientações sobre: a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; a necessidade de atualização das normas relativas ao estágio no âmbito da UFS; a necessidade de adequação do Regimento Interno da Reitoria à atual estrutura da UFS; e, é resultado de um processo de permanente interlocução dos professores responsáveis pelos estágios supervisionados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, que a partir de suas experiências concretas, refletem sobre a função da prática de estágio na formação pedagógica.

Desse modo, coerente com as referidas normatizações, o Estágio Curricular Obrigatório, previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFS terá como objetivos:

- I. propiciar a futura inserção do estudante no mundo do trabalho;
- II. promover a articulação da UFS com o mundo do trabalho e/ou com a comunidade;
- III. favorecer a adaptação social e psicológica do estudante à sua futura atividade profissional;
- IV. possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades previstas no perfil do egresso, e,
- V. atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

Nesse contexto, cumpre valorizar os conhecimentos, saberes e práticas dos sujeitos envolvidos no processo, adquiridos dentro e fora do ambiente acadêmico, incluindo experiências profissionais anteriores e concomitantes à formação, colocando-as em diálogo com o conhecimento técnico-científico pertinente à área pedagógica.

Entendemos que a formação do professor se inicia antes mesmo de sua trajetória acadêmica e constitui-se em formação contínua durante toda a sua vida profissional, instaurada em processos complexos, principalmente porque as práticas educativas acontecem nas conflituosas relações entre as determinações sociais e as exigências promovidas pelo sistema de ensino. É fundamental repensar a formação docente a partir de uma visão crítica das práticas pedagógicas, mas essencialmente, evidenciar o conceito de práticas considerado nesse texto.

Comungamos com Tardif (2002) ao apresentar três concepções de prática:

A primeira, que considera a prática enquanto arte; a segunda, enquanto técnica; e, finalmente, a terceira concepção, na qual nos deteremos, que considera a prática educativa enquanto interação que privilegia o desenvolvimento de uma consciência profundamente social, uma vez que os educadores,

em sua ação, não trabalham com coisas e nem com objetos, mas com os seus semelhantes dotados, também, de liberdade (TARDIF, 2002, p. 220).

O autor traz um conceito que cabe em nossa discussão, na perspectiva de assumir nesse PPC o compromisso com a adoção de práticas contextualizadas, problematizadoras da realidade e do cotidiano escolar e a promoção da autonomia dos sujeitos do processo. Entendendo a prática enquanto práxis, assumimos a indissolubilidade entre a teoria e a prática. A relação entre a teoria e a prática no Curso de Pedagogia deverá ser promovida pela aproximação das disciplinas com questões discutidas no processo de ensino aprendizagem em espaços educativos formais e não formais. Essa relação é abordada mais especificamente nas atividades de estágio supervisionado, onde o aluno deverá cumprir 420 (quatrocentas e vinte) horas de Estágio Curricular, assegurando experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares, estando organizado da seguinte forma:

- I. Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação;
- II. Estágio Supervisionado na Educação Infantil;
- III. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- IV. Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos;
- V. Estágio Supervisionado em Gestão Educacional.

O Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação terá carga horária de 60 horas, enquanto cada um dos demais Estágios Supervisionados terá carga horária de 90 horas, abrangendo as etapas de orientação, observação dirigida, vivência na unidade de estágio e socialização de resultados. A vivência na unidade de estágio poderá variar entre atividades de: observação, regência, intervenção, pesquisa, conforme previsto nos respectivos programas de cada componente curricular, em consonância com a regulamentação legal pertinente. O estágio poderá ser realizado em escolas da rede pública e privada de ensino e em instituições educativas não-escolares, respeitados o nível de ensino e a modalidade de atuação correspondente a cada estágio.

Além dos Estágios Curriculares obrigatórios, o aluno desenvolverá vivências pedagógicas em ambientes escolares e não escolares, na disciplina “Vivências Pedagógicas e Formação Docente”.

As práticas de estágio no curso de Pedagogia são momentos de promoção do contato com a docência e a gestão, contribuindo para uma articulação entre os componentes curriculares e a prática. O Estágio é um momento de integração da matriz curricular em que o graduando pode assumir a sua identidade profissional e segundo ANDRADE (2005, p. 2), sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade, com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula. Enquanto componentes que habilitam os acadêmicos para o exercício profissional nos níveis abrangidos pela sua formação, o estágio supervisionado deve ser compreendido enquanto espaço de amadurecimento, permeado de intensas vivências, profícuas reflexões e decisões estratégicas acerca da atuação profissional no campo pedagógico.

A preparação para o acesso do aluno ao campo de estágio será mediada por considerações e fundamentação teórica voltadas ao conhecimento das implicações que envolvem os diferentes espaços formativos, conforme nos alertam Pimenta e Lima (2011):

Se considerarmos o campo de poder, tanto da universidade, como da escola, podemos perceber a complexidade que envolve o estágio e as práticas executadas em seu interior. É possível compará-lo a uma ponte em que os estagiários viverão a tensão desse jogo de forças. A nossa preocupação, na postura de orientadores formadores, é quanto às aprendizagens e lições decorrentes dessa passagem dos estagiários (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 107).

Neste sentido, o aluno será preparado para olhar a escola e seus componentes curriculares como um espaço de formação de sua identidade profissional, e nosso enfoque será incentivá-lo para que perceba o trânsito entre universidade e escolas, como uma ponte em que acontece uma livre circulação de saberes educativos.

As atividades desenvolvidas no estágio proporcionam ao aluno ricas oportunidades de construção de conhecimentos, subsidiando o processo de atualização dos conteúdos disciplinares. Além disso, incentivam o desenvolvimento das potencialidades individuais e promovem a articulação entre a universidade, a escola e a comunidade.

· Condições de realização dos Estágios Curriculares Obrigatórios:

Conforme preconizado pela Resolução CNE/CP nº 04/2024, as atividades do estágio serão distribuídas ao longo

do curso, começando desde o primeiro semestre, com progressão cuidadosa: inicialmente com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e gradualmente incorporando ações docentes. Para tanto, contará com supervisão de docente com formação e experiência compatíveis com as atividades do estagiário, sob a supervisão técnica de profissionais de referência das escolas, redes e sistemas de ensino, que orientem e dialoguem com os licenciandos.

Os discentes do Curso de Pedagogia, durante todo o período de frequência das disciplinas dos Estágios, são orientados e acompanhados sistematicamente pelo Professor Orientador. O número máximo de estudantes por Orientador Pedagógico será de até 5 (cinco) alunos por turma de estágio, cabendo ao coordenador de estágio obrigatório quando do processo de elaboração da oferta semestral, auxiliar a distribuição, junto à Chefia Departamental, da demanda por vagas de Estágio Curricular Obrigatório pelos orientadores(as) de estágio disponíveis, nas áreas afins. Por se tratar de atividade de orientação coletiva, torna-se necessário a abertura de turma para ministração das orientações pedagógicas referentes à base teórico-metodológica da prática de estágio.

Compete ao Colegiado do Curso em articulação ao Núcleo Docente Estruturante, estabelecer os critérios que normatizem os procedimentos necessários às equivalências de estágios, de caráter obrigatório, sendo atendidas às diretrizes curriculares nacionais e, ou outras legislações em vigor, incluindo-se como possibilidade de equivalências, a participação dos discentes em Programa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, ambos vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como o aproveitamento da regência de classe no nível de ensino correspondente aos estágios do curso, desde que concomitante à matrícula no respectivo componente curricular.

O Departamento, em consonância com o art. 48, capítulo XII, da Resolução Nº 10/2018/CONEPE elegerá um coordenador de Estágio do Curso: docente efetivo (a) da UFS, escolhido pelo Departamento, responsável pela coordenação, administração e funcionamento dos estágios do curso e membro nato da comissão de Estágio Curricular do Centro/Campus a quem compete acompanhar as atividades de estágio curricular dos cursos de graduação, discutir problemáticas comuns e propor soluções conjuntas, além de articular campos de estágio na visão multidisciplinar.

A orientação de estágio pelo professor orientador da UFS deverá observar as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso, e ocorrer mediante:

- I. Socialização de saberes visando à integração ensino-serviço pela valorização do supervisor técnico como mediador do processo de ensino-aprendizagem;
- II. O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário pode acontecer utilizando-se de entrevistas e reuniões, visitas e consultoria técnica, efetivando-se o registro e a avaliação das atividades por meio de fichas comprobatórias e relatórios;
- III. A participação na orientação do estagiário para elaboração de produção acadêmica proveniente da experiência vivenciada no estágio possibilitará criação de: portfólio, banner, oferta de oficinas de formação, elaboração de propostas de intervenção, apresentações em seminários, artigos e outras publicações. Assegurando assim o momento do estágio supervisionado como um espaço para produção de pesquisas, sobre a problemática da escola e demais temas, tendo em vista as diferenciadas fontes provenientes da cultura escolar da instituição.

O Estágio de Introdução ao Campo da Educação é concebido como espaço de convergência e integração para vivenciar os saberes do processo de formação docente a partir da observação sistemática das práticas educativas na educação básica, bem como da inserção em contextos educativos formais e não formais, a fim de articular marcos teóricos do processo formativo e a problematização da realidade social. Através desse percurso, busca-se favorecer a compreensão acerca da organização e funcionamento da escola, no âmbito das relações que a determinam; observar e levantar dados acerca da realidade da escola campo de estágio no que se refere à sua organização, estrutura e funcionamento; realizar a caracterização física, pedagógica e social da unidade de estágio; analisar criticamente, com base nas leituras realizadas no decorrer do curso, as situações observadas no transcurso da experiência de estágio mediante produção de sistematização final.

A realização dos Estágios na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos é desenvolvida em três etapas.

A primeira etapa, denominada de Observação e Planejamento, tem como objetivo preparar o aluno para a prática de estágio, bem como favorecer a articulação entre os fundamentos teóricos metodológicos e a vivência profissional. A observação, como já enfatizado anteriormente, deve propiciar ao graduando o contato com a realidade da sala de aula.

Quanto ao Planejamento, diz respeito à elaboração de um plano de atividades, e/ou planos de aulas mediante projeto de estágio ou conteúdos propostos pela professora regente da escola.

As práticas e regência se constituem da segunda etapa, em que o aluno procura executar seu plano de estágio, vivenciando situações reais da prática docente, confrontando-as com os conhecimentos teórico-metodológicos adquiridos ao longo do curso, em relação a: definição de objetivos, seleção de procedimentos e materiais didáticos, execução e avaliação do processo pedagógico.

A terceira etapa consiste na redação do Relatório de Estágio, conforme orientações fornecidas pelo professor do componente curricular. A socialização dos resultados da experiência de campo transcorrerá mediante entrega do relatório escrito e também por meio de apresentações em sala de aula e/ou em seminários abertos ao público, com o objetivo de tecer análises, reflexões e encaminhamentos que possam se reverter em benefícios, do ponto de vista pedagógico, não apenas para a instituição em que foi realizada a prática de Estágio, mas sobretudo, como um espaço de aprendizado, compartilhamento e reflexão crítica acerca das experiências vivenciadas.

O Estágio em turmas da Educação Infantil consiste especificamente no primeiro contato do acadêmico com a realidade escolar. Por isso, inicialmente é realizada uma abordagem teórica que proporciona o entendimento sobre o significado e importância do estágio, bem como ciência quanto às diretrizes sobre legislação do Estágio. Em seguida, os alunos são direcionados às escolas para o processo de observação e práticas pedagógicas. Tal como observa Carvalho (2012), a primeira etapa do estágio na escola é a observação e deve:

Apresentar aos futuros professores condições para detectar e superar uma visão simplista dos problemas de ensino e aprendizagem, proporcionando dados, significativos do cotidiano escolar que possibilitem uma reflexão crítica do trabalho a ser desenvolvido como professor e dos processos de ensino e aprendizagem em relação ao seu conteúdo específico. [...] Agora o futuro professor irá à escola observar a aula não como um aluno que deve aprender um determinado conteúdo, mas como um profissional interessado em detectar as condições de ensino e de não ensino; analisar as interações construtivas e destrutivas entre professor e alunos; ver como o papel do professor interfere no clima da aula e discutir qual a visão que o conteúdo ensinado transmite aos alunos (CARVALHO, 2012, p. 11).

O Estágio Supervisionado na Educação Infantil procura integrar as dimensões teóricas e práticas envolvendo o cuidar, o educar e o acolher no exercício da docência na Educação Infantil junto às crianças de zero a cinco anos (0 a 5 anos).

O Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental proporciona o desenvolvimento de atitudes, habilidades, competências e conhecimentos necessários à formação do educando, em consonância com as prerrogativas de atuação no ensino fundamental, tal como proposto no Artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do currículo;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O estágio em turmas da Educação de Jovens e Adultos possibilitará que os alunos do Curso de Pedagogia vivenciem diferentes aprendizados em escolas que oferecem educação para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental, conforme preconiza o artigo 37 da Lei nº 9394/96. O objetivo principal desse estágio é que os graduandos compreendam a educação de jovens e adultos (EJA), conforme enfatizam Jardimino e Araújo (2014), na perspectiva da educação como direito fundamental de toda pessoa humana.

No Estágio em Gestão Educacional, os acadêmicos entram em contato com a realidade escolar, fazem um levantamento pormenorizado de dados, colhendo aspectos da gestão e coordenação da escola, através de um roteiro de coleta, aplicado sob a supervisão do/a professor/a orientador/a de estágio. Em seguida, identificam um problema específico e elaboram um plano de ação, utilizando os conhecimentos de gestão para apresentar à unidade escolar, como requisito ao cumprimento da prática de estágio.

As estratégias de aprendizagem utilizadas nos estágios implicam o desenvolvimento de atividades em que os alunos participem ativamente, por meio da elaboração de projetos didáticos, formulação de propostas de intervenção, execução de tarefas supervisionadas, avaliação de procedimentos e resultados, análises de contexto; contribuindo para a construção e disseminação de saberes úteis à sociedade.

· **Formalização do processo de estágio:**

No que diz respeito ao campo de estágio e à relação entre a Universidade e essas unidades de ensino, são firmados “Termos de Compromisso”, conforme artigo 15 da Resolução Nº 10/2018 CONEPE, estipulando as condições para a realização das atividades. No caso das escolas da rede pública, é mantido contato prévio com as secretarias de educação, que intermediam o processo de autorização para a execução do estágio. Após a devida autorização das secretarias, municipal ou estadual, é feito contato com as escolas, escolhidas estrategicamente, para realizar a alocação dos alunos nas turmas disponíveis.

Aos alunos residentes no interior do Estado e comprovadamente sem condições de realizar o estágio em Aracaju ou regiões metropolitanas, será facultada a possibilidade de efetivar o Estágio Supervisionado na própria cidade, desde que a escola escolhida ofereça as condições necessárias e que sejam cumpridas todas as prerrogativas legais.

O Estágio Supervisionado não estabelece vínculo empregatício de qualquer natureza. No caso do Estágio não obrigatório, é permitido ao estagiário receber bolsa, ou outra contraprestação que venha a ser acordada, ressaltando-se o disposto na legislação previdenciária. Concomitante à realização do estágio supervisionado, as atividades do Curso de Pedagogia na UFS seguirão acontecendo normalmente, por isso, deve haver compatibilidade de horários entre jornada de atividade de estágio do graduando, seu horário de aula e o horário de funcionamento da escola que oferece o estágio.

É de fundamental importância que os alunos compreendam a estrutura e o funcionamento das unidades de ensino, e que possam vivenciar de modo significativo o cotidiano pedagógico e as práticas de gestão, a fim de entender a importância da experiência de estágio supervisionado em sua formação pedagógica, a saber:

a) Planejamento das atividades de Estágio

Os professores orientadores dos estágios supervisionados acompanham de variadas formas os discentes em todas as etapas do trabalho: na coleta de dados; no planejamento; na regência de classe e finalmente na orientação para a elaboração do relatório final.

O relatório é exigido nos quatro estágios, se constituindo requisito parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia. A cada semestre, a Comissão de Estágio deverá realizar reuniões para reavaliar as práticas dos estágios e efetivar o redimensionamento dos roteiros de atividades, que nortearão a atuação dos estagiários nas escolas-campo.

b) Acompanhamento do cumprimento do Estágio

O acompanhamento dos Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia é realizado pelos professores responsáveis pelas respectivas atividades que acompanham todas as etapas envolvidas na realização de Estágio, organizando e alocando os alunos nas escolas conveniadas de acordo com a demanda. Estes contam com o apoio dos supervisores técnicos nas unidades escolares, para supervisionar as atividades desenvolvidas no campo de estágio.

Todas as informações acerca do desempenho dos alunos são registradas em ficha própria para esse fim, contendo critérios de avaliação das práticas realizadas. Cabe ao professor orientador efetuar o levantamento dos alunos que já estão atuando com regência de classe no nível de ensino correspondente para que, após a devida comprovação, sejam feitos o registro, o acompanhamento e a orientação para escrita do Relatório de Atividades.

c) Aproveitamento de atividades para equivalência de Estágio

Serão consideradas como atividades a serem automaticamente aproveitadas para equivalência de estágio: a atuação profissional comprovada e concomitante à atividade; o Programa Residência Pedagógica e o Programa de bolsas de Iniciação à Docência. Para obter o aproveitamento automático das atividades em curso do estágio supervisionado, os estudantes devem atender aos seguintes critérios:

- Realizar matrícula nas atividades de estágio pleiteadas dentro do período e de acordo com a evolução do curso;
- Participar de todas as atividades do estágio curricular, em conformidade com a programação do professor de estágio;
- Apresentar documentação comprobatória correspondente à área de atuação do estágio em curso;
- Elaborar o relatório de acordo com as orientações e modelo disponibilizado.

Em observância aos critérios acima relacionados, cada professor de estágio supervisionado, ao final do semestre letivo, colocará as notas correspondentes às atividades aproveitadas e socializadas.

d) Relatório de atividades de estágio

O Relatório Final de Estágio deverá conter informações acerca da unidade escolar e todos os envolvidos em suas atividades. A coleta de tais informações dar-se-á na forma de entrevistas com o diretor, professores, bem como com outros profissionais da escola e da Diretoria de Ensino local, a fim de que o futuro profissional tenha uma visão do funcionamento da unidade escolar como um todo.

As atividades relacionadas a esta modalidade partem de um roteiro de informações que encaminhará as entrevistas, contemplando ambiente físico da escola; sistemas de registro e documentação; relações interpessoais; papel do professor; questões sobre o contexto em que se insere a escola; métodos pedagógicos e avaliativos; bem como o modelo de gestão adotado e possíveis dificuldades enfrentadas pela unidade. Encerrado o período de regência, caberá ao estagiário organizar as informações obtidas, estruturando-as de maneira a caracterizar os estágios nos respectivos níveis de ensino.

O Relatório de Estágio deverá conter a explanação clara e objetiva das atividades desenvolvidas na escola–campo, com: **Apresentação**, ressaltando a importância do Estágio (o que representa, para que serve, como se situa na formação pedagógica, qual a relação com as demais disciplinas do curso); **Descrição das observações realizadas**, em que são apresentados os dados colhidos no período de observação e o relato sobre os contatos mantidos com as professoras e direção da escola; **Detalhamento da preparação para a prática**, onde é descrito o planejamento das atividades. (Exemplo: preparação dos planos de aula, confecção de recursos didáticos etc); **Descrição das atividades realizadas a cada dia**: o estagiário irá descrever minuciosamente as atividades desenvolvidas, levando em consideração as anotações do diário de campo; Os **depoimentos individuais** enfatizam o que a atividade de regência e a experiência significou para cada aluno/a; Nas **considerações finais** são tecidas conclusões, reflexões, relacionando a prática realizada com a base teórica da disciplina ou com outras abordagens teóricas vistas em demais disciplinas do Curso de Pedagogia. É imprescindível colocar as **Referências**, com as obras de autores citados direta ou indiretamente no corpo do relatório. Outras obras que versem sobre o tema em questão podem ser incluídas desde que concorram para o enriquecimento do trabalho. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) deverão ser rigorosamente obedecidas.

Podem ser também incluídos como anexos documentos comprobatórios, fotografias e demais dispositivos que possam enriquecer o relatório.

Após revisão final, os trabalhos são avaliados pelo professor orientador de estágio e encaminhados para devolutiva às unidades de ensino.

e) Orientação de Estágio

Os ministrantes das atividades de estágio são profissionais com titulação e formação compatíveis ao exercício da função, além de possuírem reconhecida experiência no campo pedagógico.

O professor responsável por cada uma das atividades que envolvem os estágios curriculares atua como orientador da prática de estágio. Contam com o auxílio do supervisor técnico na unidade-campo de estágio. O/a professor/a de estágio atua efetuando levantamento das unidades de ensino, contatos com as escolas e as Secretarias de Educação, mapeamento prévio de informações para a alocação dos alunos nas turmas, enfim, oferecendo todo o suporte para a execução do estágio. Cabe exclusivamente ao professor orientador das atividades de estágio: ministrar aulas, fornecer orientações quanto à elaboração do plano e do relatório de estágio, realizar a avaliação dos alunos, emitir pareceres, corrigir trabalhos e atribuir notas.

O estágio é um lugar de produção do conhecimento; uma prática que precisa ser intencional e fundamentada. Somente desta forma é possível realizar a articulação teoria e prática. Nesse sentido, no PPC de Pedagogia, o estágio não é

só *locus* da formação do professor, mas se constitui em espaço de atuação singular em que os estagiários se percebem profissionais da educação, iniciando uma jornada contínua, com a construção e ressignificação de conceitos e sentidos sobre a profissão.

2.12. Relação do curso com as políticas Institucionais da UFS

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia articula-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI da UFS (2021-2025), tendo em vista que "expressa um diagnóstico da Universidade, sua missão, visão, políticas acadêmicas e administrativas, fundamentadas em sua realidade institucional, estabelecendo objetivos e metas estratégicas para o período de 2021 a 2025" (PDI/UFS, 2021-2025).

A reestruturação do PPC exige uma análise das condições objetivas disponíveis para oferta do curso e uma avaliação qualitativa do conjunto de referências conceituais e técnicas que integram as políticas da universidade contemplada no PDI, situando e mediando as ações de ensino, pesquisa e extensão a fim de operacionalizar as políticas acadêmicas em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e eficácia.

O PDI/UFS 2021-2025, reafirma, assim com esse Projeto, que a dimensão central está relacionada à qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com enfoque na melhoria dos indicadores de desempenho acadêmico. Em termos do alinhamento entre a política institucional da Universidade Federal de Sergipe – UFS de consolidação do processo de expansão recente e as diretrizes presentes no dispositivo legal relativo à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional são estabelecidas como fulcro das ações do PDI/UFS 2016-2020 com as seguintes dimensões ou eixos temáticos:

- Qualidade e desempenho acadêmico;
- Infraestrutura física de ensino, pesquisa e extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Relação e comunicação com a sociedade;
- Gestão organizacional e desenvolvimento de pessoal, e
- Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.

Desta forma, buscando atender às diretrizes e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão normatizadas no PDI/UFS 2021-2025, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia está conectado com as políticas públicas institucionais da UFS/MEC, estimulando a participação de discentes e docentes em programas que busquem aprimorar a qualidade e desempenho acadêmico, por meio da melhoria da infraestrutura física de ensino, pesquisa e extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação, da relação e comunicação com a sociedade, da gestão organizacional e desenvolvimento de pessoal, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia estimula, apoia e integra a participação dos professores, alunos e funcionários no Programa de Monitoria, no Programa de Iniciação Científica Voluntária – PICVOL, no Programa de Iniciação Científica – PIBIC, O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão – PIBIX, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no Programa de Residência Pedagógica – PRP, no Programa Mais Alfabetização – PMALFA, dentre outros que contemplem os poderes públicos Federal, Estadual ou Municipal.

2.13. Formas de integração entre graduação e pós- graduação

A pós-graduação tem papel estratégico na integração com os cursos de graduação. Segundo o PDI (2021-2025) algumas ações que podem contribuir são: incentivar a integração de disciplinas da graduação com as da pós-graduação; privilegiar, nos eventos acadêmico-científicos, o envolvimento direto dos alunos da graduação juntamente com a pós-graduação e estimular a orientação da Iniciação Científica por alunos da Pós-graduação.

A divulgação dos resultados, ainda que parciais, das pesquisas científicas entre os alunos de graduação ou mesmo entre os demais pesquisadores pode induzir à produção conjunta e ampliação do escopo de pesquisa. É fundamental para a pós-graduação o compartilhamento da produção científica, na promoção da integração entre estes níveis de ensino, e devem estar previstos nos cursos que tenham programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em suas áreas específicas de conhecimento.

2.14. Formas de incentivo à iniciação, à pesquisa e à extensão

As professoras e professores do DED constituem e mantêm grupos de pesquisa em diferentes dimensões do fenômeno social da educação. Através dos grupos, as(os) estudantes são convidadas(os) a participarem como parte fundamental de sua formação. Destaca-se os grupos:

- Conquer - Laboratório de Estudos Queer. Líder: Alfrâncio Ferreira Dias
- EDAPECI - Grupo Educação a Distância e Práticas Educacionais Comunicacionais Interculturais. Líder: Florisvaldo Rocha
- EduC-Me - Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Memória. Líder: Eliana Sampaio Romão; vice-líder: Antonio Vital
- EDUCON - Grupo de Estudos e Pesquisas "Educação e Contemporaneidade". Líder: Veleida Anahi Silva, vice-líder: Bernard Charlot
- FOPTIC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação. Líder: Carlos Alberto Vasconcelos
- GEPHED - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas. Líder: Joaquim Tavares da Conceição; Vice-líder: Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
- GPECS - Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Subjetividades. Líder: Dinamara Garcia Feldens; vice-líder: Marizete Lucini
- GPEH- Grupo de Pesquisa em Ensino de História: Aprendizagem histórica em Espaços escolares e não escolares. Líder: Fábio Alves dos Santos; vice-líder: Itamar Freitas Oliveira
- GPEHI – Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade. Líder: Marizete Lucini, Vice-líder: Dinamara Garcia Feldens
- GPFIMA – Grupo de Pesquisa Formação Interdisciplinar e Meio Ambiente. Líder: Maria José Nascimento Soares
- GPMS - Grupo de Pesquisa Música e Sociedade. Líder: Gláucio Machado
- GREPHES – Pesquisa sobre História e Ensino Superior. Líder: Josefa Eliana Souza
- INTERCEDE – Grupo de Pesquisa Interfaces de Conhecimentos e Diálogos em Educação. Líder: Andréa Hermínia de Aguiar Oliveira
- NUCA – Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Tecnologia. Líder: Anne Alilma Silva Souza Ferrete, vice-líder: Lilian Cristina Monteiro França.
- RESSALT - Grupo de Pesquisa Relações de Saberes e Subjetividades: Alfabetização, Linguagens e Trabalho. Líder: Suzana Mary de Andrade Nunes; vice-líder: Margarida Maria Teles.

Do mesmo modo, através de seminários de estudos, as(os) professoras(es) do DED são convidadas(os) a expor seus respectivos grupos de pesquisa destacando seus membros, sua(as) temática(s), sua(s) abordagem(ns), sua(s) pesquisa(s) e seus produtos.

Assim, as(os) professoras(es) são incentivadas(os) a participarem dos editais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Pibic, publicados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, bem como dos editais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão – Pibix, publicados pela Pró-Reitoria de Extensão.

Vale ressaltar que a própria estrutura curricular do curso dedica parte de suas disciplinas como Fundamentos da Investigação Científica, Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II, para conteúdos e metodologias para a formação acadêmica do pesquisador em educação.

O Departamento de Educação da UFS, por meio dos professores, submete propostas de execução de projetos de pesquisa e planos de atividades para que possam assegurar, institucionalmente, a iniciação científica dos estudantes do curso de Pedagogia com fins de envolvimento com a pesquisa e estratégia de encaminhamento aos cursos de Pós-Graduação, sobretudo, voltados às áreas das Ciências Humanas ou em linhas interdisciplinares em Instituições de Ensino Superior (IES) nacionais e internacionais.

As avaliações e pesquisas sobre os bolsistas de Iniciação Científica (IC) do Pibic evidenciam que eles adquirem competências de análise crítica e criativa, de maturidade intelectual e maior capacidade de discernimento para enfrentar as dificuldades cotidianas em diferentes situações. Assim, a iniciação científica configura-se como um caminho para a autonomia intelectual do jovem, que passa a ter a possibilidade real de construir um raciocínio crítico e criativo, o que, seguramente, beneficia a sua formação como estudante de Graduação e Pós-Graduação mediante a possibilidade de articulação entre os vários conhecimentos, rompendo com a lógica disciplinar, bem como, promovendo a superação da dicotomia teoria e prática.

O Pibic se materializa no DED, ao passo que ratifica a ação integrada por meio das práticas *inter, trans* e *multidisciplinares*, à medida em que pode fomentar o diálogo entre profissionais, professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento, em torno de projetos de pesquisas que exigem o rompimento de barreiras entre teoria e a prática, por meio da leitura metodológica dos campos epistemológicos. Além disso, a IC permite a produção de conhecimentos comprometidos com o avanço das ciências, articulados aos problemas educacionais e sociais que afetam a população.

Com isso, o bolsista de IC tem a possibilidade não só de aprender a fazer pesquisa, mas também de construir instrumentais de análise e reflexão sobre a realidade; abstrair e elaborar conhecimentos nas diferentes modalidades e abrangências do Curso de Pedagogia da UFS: escolas, creches, hospitais, empresas, dentre outros espaços de atuação.

Em atenção e correspondência institucional às dimensões da Pesquisa e da Extensão, a equipe de professores do Departamento de Educação (DED) constitui Grupos de Estudo e Pesquisa registrados na Coordenação de Pesquisa (COPEs) via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e pelo diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), percursos preliminares para submissão de propostas em acordo com os regulamentos dos Editais publicados pela UFS.

Nesse sentido, a maneira mais eficaz dos futuros pedagogos se envolverem efetivamente em projetos de pesquisa é pela participação em programas de Iniciação Científica, embora haja outros espaços destinados à formação científica do estudante no curso de Pedagogia da UFS, seja por meio do cumprimento das atividades que compõem a matriz curricular do curso: Estágios Supervisionados e TCC; seja por meio de atividades de componentes disciplinares que visam a articulação entre a teoria à prática no processo de formação do professor pesquisador.

Dada a decisão do PIBIC de envolver as instituições na IC com o repasse na tarefa de administrar uma cota expressiva de bolsas concedidas por agências de fomento para o desenvolvimento da pesquisa: CNPq, CAPES, FAPITEC/SE e a COPEs (quota institucional universitária) exigiu-se o empenho da própria comunidade universitária na definição das regras e das condutas para melhor operacionalização do Programa. No entanto, a crise econômica no Brasil tem comprometido o incentivo às pesquisas no país, diminuindo drasticamente o repasse das verbas para agências de fomento, conseqüentemente, concedendo um menor quantitativo de cotas e, em algumas situações, até o bloqueamento de bolsas destinadas a IC, de modo que se já havia um questionamento acerca da pequena parcela de estudantes contemplados pelo PIBIC, mais recentemente, as restrições aumentam ao acenar para o possível fim do Programa, sobretudo, em áreas das Humanas.

Sendo assim, faz-se imprescindível o empenho da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação para manter o número de estudantes bolsistas em pesquisas de iniciação científica, apesar também de aventar que os cortes das verbas da educação superior impeçam honrar os compromissos assumidos pelas universidades, que, por sua vez, venham atingir, concretamente, as pesquisas de IC financiadas pela UFS.

3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o que foi exposto até o presente, a concepção de currículo não poderia se resumir à simples ideia de um rol de componentes curriculares com suas cargas horárias e conteúdos a serem ministrados isoladamente. Sabemos que toda proposta curricular é uma construção social e histórica, dependente de numerosas condições, conflitos e interesses.

Neste sentido, procuramos entender o currículo como uma dimensão política da educação que, segundo Gimeno (1998) é a expressão da função social da escola, um instrumento imprescindível para a compreensão da prática pedagógica relacionado ao conteúdo da profissionalidade docente. É também o ponto de entrecruzamento entre diferentes instâncias hierárquicas da estrutura institucional da educação e, por isso, ponto central de referência para a melhoria da qualidade de ensino. Enfim o currículo se define como:

[...] projeto cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo e abarca várias dimensões, implicando unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide em nível de plano normativo, ou oficial, e em nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem (PACHECO, 2005, p. 37).

Todavia, o currículo escolar não transmite uma cultura geral tal como é entendida pelos antropólogos e sociólogos, mas, antes, opera uma seleção deliberada dessa cultura, o que exige um consenso social e pedagógico nada fácil de atingir, visto nossa escassa experiência no debate de construção curricular e, ainda, a pluralidade cultural que

compõe a comunidade escolar. Mas nossos problemas não param por aí, não estamos falando de uma seleção cultural que deve ser disseminada na escolarização elementar, mas numa escolarização de nível mais elevado que é a educação superior. Portanto, estamos falando de formação profissional da área de educação bem como, da produção cultural e científica em que gravita o currículo de formação docente.

Se assim procede, parece importante definir alguns princípios que podem nortear a construção desse currículo e tornar real a concepção do curso aqui exposta:

1. As disciplinas/atividades devem ser articuladas por núcleos de estudos, tendo em vista a relação interdisciplinar na organização dos conhecimentos e procedimentos de trabalho;
2. Todos os núcleos de estudos devem abranger um amplo campo cultural, político, social, econômico e pedagógico. Entendendo este último como um saber disciplinar, prático pedagógico e de experiência profissional;
3. Em época de profusão dos novos conhecimentos, tornam-se mais necessários os conhecimentos tradicionais para a contextualização dessa mesma profusão, a fim de evitar os riscos dos modismos pedagógicos;
4. Compreensão de que devemos formar um professor que atuará em instituição de caráter coletivo, cuja função é cada vez mais globalizadora na formação do indivíduo;
5. Consciência e humildade de reconhecer que as atuais exigências morais e éticas da profissão docente exigem novas respostas, sobre as quais o passado não responde mais e o presente não constitui as novas;
6. Reconhecimento de que os modos de comunicação, interação social e pessoal atravessam, necessariamente, pelos meios das atuais tecnologias digitais por meio da cibercultura;
7. É prioritário que os futuros professores se apropriem da realidade cotidiana da escola através de sua inserção no cotidiano escolar, da pesquisa rigorosa e formuladora de uma base teórica consistente.

Nessa perspectiva, o currículo deve assentar-se numa base comum nacional, o que não significa dizer um rol de disciplinas básicas, mas a garantia de uma escolaridade de qualidade para todos os que da escola participam. Temos condição de entender que a prática social direciona a prática pedagógica, sendo assim, não se trata de definir conteúdos programáticos em cada disciplina/atividade, mas de inventariar problemáticas sociais e educacionais fazendo valer as bases científicas, culturais e políticas de cada disciplina/atividade que compõem o curso de formação do profissional da educação.

A lógica da construção curricular não é pensada linear e sequencialmente, mas em

[...] complexidades crescentes, de múltiplos percursos da articulação e da construção coletiva. Lógica que incorpora a totalidade da cultura como conteúdos a serem transmitidos e recriados no decorrer do curso. É da totalidade que emanam os conteúdos a serem transmitidos e recriados no decorrer do curso. É da totalidade que emanam os conteúdos dos currículos, os métodos próprios de cada disciplina, os percursos necessários ao seu desenvolvimento, os princípios e as bases curriculares pensadas (ALVES, 1999, p. 80).

Essa rede de complexidade segue um sentido horizontal que pensa a formação coletiva do professor, quer do Ensino Infantil, quer das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, quer do ensino da Educação Inclusiva, quer na gestão e/ou coordenação pedagógica ou, ainda, quer para o ensino das disciplinas do Magistério formação de Ensino Médio. No sentido vertical, é pensada a articulação de todos os níveis de formação da educação mais geral à mais técnica.

O processo assim exposto centraliza a pesquisa como ponto de partida e chegada na metodologia e procedimento de ensino na graduação.

Neste amplo campo que abrange a prática educacional o currículo move-se na constante tensão entre o movimento geral e o movimento específico, nos espaços coletivo e individual da construção do conhecimento.

· **Estruturação por Núcleos:**

Considerando a Educação em Espaços Escolares e Não Escolares, o curso de Pedagogia estruturar-se-á por meio de núcleos, a saber:

- I. Núcleo de Formação Geral;
- II. Núcleo de Fundamentos e Práticas;
- III. Núcleo de Integração Curricular com a Comunidade;
- IV. Núcleo de Integração Acadêmica e Profissional.

Cada núcleo se articulará através de um conjunto de disciplinas/atividades que, em diferentes proporções, estarão presentes em todos os períodos semestrais, a fim de garantir uma sólida formação do(a) educador(a) e de acordo com a trajetória e experiências formativas propostas pelo curso de Pedagogia. São eles:

I) Núcleo de Formação Geral: Campos do Conhecimento Educacional

Este núcleo é organizado por um conjunto de componentes curriculares formadores articulados entre os marcos teóricos conceituais das ciências da educação, das diferentes linguagens e processos de investigação e das práticas/vivências educativas em diferentes ambientes institucionais ou comunitários. Em conformidade com a Resolução CNE/CP Nº 4/2024, as disciplinas integrantes deste núcleo correspondem a Estudos de Formação Geral – EFG, “composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas” (BRASIL, 2024, p. 9).

II) Núcleo de Fundamentos e Práticas: Docência e Gestão Educacional

É um núcleo que tem por espinha dorsal disciplinas e atividades voltadas para o exercício da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, em espaços escolares e não-escolares, que atendem crianças, jovens e adultos, articuladas com propostas investigativas através de projetos interdisciplinares de intervenção em espaços educativos, prioritariamente, bem como elaboração de materiais didáticos; atuação em gestão educacional e demais serviços que demandem apoio pedagógico. Em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 4/2024, as disciplinas integrantes deste núcleo correspondem a Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: “composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos” (BRASIL, 2024, p. 10).

III) Núcleo de Integração Curricular com a Comunidade: Práticas Extensionistas

Tem como finalidade promover aprendizagem e socialização de saberes por meio de projetos, vivências, observações, produções, práticas, ações educativas em espaços escolares e não escolares; junto à comunidade, estreitando os laços entre universidade e atuação social. Coerente com a Resolução CNE/CP Nº 4/2024, quanto ao Núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, “realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES” (BRASIL, 2024, p. 10).

IV) Núcleo de Integração Acadêmica e Profissional: Projetos Integradores

Os componentes curriculares integrantes deste núcleo têm a finalidade de ressignificar as trajetórias formativas da educação escolar pela qual nossos estudantes vivenciaram os diversos sentidos do ensino e aprendizagem, por meio da imersão nas unidades de estágio, articulando experiências práticas com estudos realizados no curso. Em conformidade com a Resolução CNE/CP Nº 4/2024, tais disciplinas correspondem ao núcleo de Estágio Curricular Supervisionado – ECS, que “tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor” (BRASIL, 2024, p. 10).

· Articulação por Eixos:

Os núcleos pensados na proposta de reformulação curricular do curso de Pedagogia, por sua vez, se articulam nos seguintes eixos temáticos:

- Campos do Conhecimento Educacional;
- Docência e Gestão Educacional;
- Práticas Extensionistas e;
- Projetos Integradores.

A organização das disciplinas por eixos temáticos favorece o estabelecimento de projetos integradores que articulem à formação pedagógica, ações extensionistas, experiências de estágio e demais componentes curriculares de caráter eminentemente prático. Com isso, não se pretende cristalizar a noção do currículo numa “grade fechada”, ao contrário, trata-se de propor uma **matriz flexível**, que potencialize o trabalho interdisciplinar, fomentando o diálogo e a

livre articulação entre os docentes que ministram disciplinas afins, aproveitando as conexões entre os conhecimentos trabalhados ao longo do curso.

Para fins organizativos, o quadro 3, apresenta os núcleos por eixos temáticos e seus respectivos componentes curriculares.

Quadro 3. Eixos Temáticos e Componentes Curriculares

Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	CR	CH	TIPO
Campos do Conhecimento Educacional	Fundamentos Filosóficos da Educação	04	60	OB
	Fundamentos Socioantropológicos da Educação	04	60	OB
	História da Educação	04	60	OB
	História da Educação em Sergipe	04	60	OP
	História do Brasil República	04	60	OP
	História Social da Criança	04	60	OB
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I	04	60	OB
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II	04	60	OB
	Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas	04	60	OB
	Estatística Aplicada à Educação	04	60	OP
	Direitos Humanos e Educação	04	60	OB
	Produção e Recepção de Texto I	04	60	OB
	Educação Ambiental e Práticas Comunitárias	04	60	OB
	Teorias do Currículo	04	60	OB
	Educação das Relações Étnico-Raciais	04	60	OB
	Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS	04	60	OB
	Educação e Culturas Digitais	04	60	OB
	Educação, Comunicação e Tecnologias Digitais	04	60	OB
Docência e Gestão Educacional	Alfabetização e Gênero Textual	04	60	OB
	Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem	04	60	OP
	Didática	04	60	OB
	Produção de Materiais Didáticos e Tecnologias Assistivas	04	60	OP
	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Educação do Campo	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva	04	60	OB
	Fundamentos e Práticas em Pedagogia Hospitalar	04	60	OP
	Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância	04	60	OB
	Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância	04	60	OB
	Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância	04	60	OB
	Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância	04	60	OB
	Saberes e Conhecimentos da História na Infância	04	60	OB
	Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância	04	60	OB
	Educação e Corporalidade	04	60	OB
	Educação, Gênero e Sexualidade	04	60	OB
	Brinquedos e Brincadeiras na Infância	04	60	OP
	Cinema e Infância	04	60	OP
	Cultura Brasileira	04	60	OP
	Trabalho e Educação	04	60	OB

	Política e Gestão Educacional	04	60	OB
	Avaliação Educacional	04	60	OB
	Política Pública e Financiamento da Educação	04	60	OP
	Organização do Trabalho Pedagógico	04	60	OB
	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04	60	OB
	Literatura Infanto-Juvenil	04	60	OP
	Tópicos Especiais em Educação	04	60	OP
	Alfabetização e Letramento de Pessoas com Deficiência na Perspectiva do Desenho Universal-DUA	04	60	OP
	Fundamentos da Educação a Distância	04	60	OP
	Objetos Digitais de Aprendizagem	02	30	OP
	Metodologia do Ensino da Música I	04	60	OP
	Fundamentos de Educação Musical I	04	60	OP
	Fundamentos de Educação Musical II	04	60	OP
	Técnica Vocal e Fisiologia da Voz	02	30	OP
	Inglês Instrumental	04	60	OP
	Vivências Pedagógicas e Formação Docente	04	60	OB
	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	120	OB
	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	120	OB
	Atividades Complementares em Pedagogia	-	210	OB
Práticas Extensionistas	Grupo de Optativas de Extensão	04	60	OB
Projetos Integradores	Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação	-	60	OB
	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	-	90	OB
	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	90	OB
	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	-	90	OB
	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	-	90	OB

Legenda:

OB: Obrigatório OP: Optativo

3.1. Plano de integralização do Curso

Os Cursos de Pedagogia, Licenciatura (Curso: 410 – vespertino e Curso: 414 - noturno) serão ministrados com a carga horária de **3.300** (três mil e trezentas) horas de efetivo trabalho acadêmico.

A integralização do curso vespertino será cumprida em, no mínimo **8** (oito) semestres ou **4** (quatro) anos, no máximo, **12** (doze) semestres ou **6** (seis) anos.

A integralização do curso noturno será cumprida em, no mínimo **10** (dez) semestres ou **5** (cinco anos), no máximo, **14** (quatorze) semestres ou **7** (sete) anos.

Com menos de **3.300** (três mil e trezentas) horas dedicadas às atividades formativas articuladas pelos núcleos, a estrutura curricular do curso de Pedagogia está assim organizada:

- 900** (novecentas) horas - Núcleo de Formação Geral (Quadro 4);
- 1920** (mil, novecentas e vinte) horas - Núcleo de Fundamentos e Práticas (Quadro 5);
- 60** (sessenta) horas - Núcleo de Integração Curricular com a Comunidade (Quadro 6);
- 420** (quatrocentas) horas - Núcleo de Integração Acadêmica e Profissional (Quadro 7).

Quadro 4. Componentes Curriculares Obrigatórios do Núcleo de Formação Geral - Campos do Conhecimento Educacional

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
EDU0362	Fundamentos Filosóficos da Educação	04	60
EDU0363	Fundamentos Socioantropológicos da Educação	04	60
EDU0364	História da Educação	04	60
EDU0367	História Social da Criança	04	60
EDU0075	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I	04	60
EDU0076	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II	04	60
EDU0381	Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas	04	60
EDU0365	Direitos Humanos e Educação	04	60
LETRV0059	Produção e Recepção de Texto I	04	60
EDU0380	Educação Ambiental e Práticas Comunitárias	04	60
EDU0374	Teorias do Currículo	04	60
EDU0379	Educação das Relações Étnico-Raciais	04	60
LETRL0034	Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS	04	60
EDU0368	Educação e Culturas Digitais	04	60
EDU0392	Educação, Comunicação e Tecnologias Digitais	04	60
TOTAL		60	900

Quadro 5. Componentes Curriculares Obrigatórios do Núcleo de Fundamentos e Práticas – Docência e Gestão Educacional

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
EDU0372	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento	04	60
EDU0375	Alfabetização e Gênero Textual	04	60
EDU0373	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática	04	60
EDU0369	Didática	04	60
EDU0376	Educação e Corporalidade	04	60
EDU0390	Educação, Gênero e Sexualidade	04	60
EDU0383	Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância	04	60
EDU0384	Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância	04	60
EDU0385	Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância	04	60
EDU0388	Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância	04	60
EDU0386	Saberes e Conhecimentos da História na Infância	04	60
EDU0387	Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância	04	60
EDU0366	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I	04	60
EDU0371	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II	04	60
EDU0370	Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva	04	60
EDU0378	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04	60
EDU0382	Fundamentos e Práticas da Educação do Campo	04	60
EDU0085	Trabalho e Educação	04	60
EDU0389	Política e Gestão Educacional	04	60
EDU0377	Avaliação Educacional	04	60
EDU0109	Organização do Trabalho Pedagógico	04	60
EDU0108	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04	60
EDU0391	Vivências Pedagógicas e Formação Docente	04	60
EDU0409	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	120
EDU0410	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	120
EDU0411	Atividades Complementares em Pedagogia	-	210
-	Optativa 1	04	60
-	Optativa 2	02	30
TOTAL			1920

O estudante poderá cumprir, a seu critério, a carga horária das Optativas 1 e 2 (Quadro 8), cujo total obrigatório é

de 90h.

Quadro 6. Componentes Curriculares Obrigatórios do Núcleo de Integração com a Comunidade – Práticas Extensionistas

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
-	Grupo de Optativas de Extensão	-	60
TOTAL		-	60

O estudante poderá cumprir, a seu critério, a carga horária do Grupo Optativas de Extensão (Quadro 9), cujo total obrigatório de 60h, somadas às 270h de práticas extensionistas previstas nos componentes obrigatórios do currículo padrão, integralizam a carga horária de práticas extensionistas do curso, que é de 330h.

Quadro 7. Componentes Curriculares Obrigatórios do
Núcleo de Integração Acadêmica e Profissional – Projetos Integradores

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
EDU0404	Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação	-	60
EDU0405	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	-	90
EDU0406	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	90
EDU0406	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	-	90
EDU0408	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	-	90
TOTAL		-	420

Quadro 8. Componentes Curriculares de Caráter Optativo – Currículo Complementar

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
EDU0082	História da Educação em Sergipe	04	60
EDU0393	Estatística Aplicada à Educação	04	60
EDU0395	Brinquedos e Brincadeiras na Infância	04	60
EDU0402	Cinema e Infância	04	60
PSIC0093	Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem	04	60
EDU0394	Alfabetização e Letramento de Pessoas com Deficiência na Perspectiva do Desenho Universal-DUA	04	60
EDU0396	Fundamentos da Educação a Distância	04	60
EDU0399	Política Pública e Financiamento da Educação	04	60
EDU0397	Literatura Infante-Juvenil	04	60
EDU0398	Tópicos Especiais em Educação	04	60
EDU0400	Produção de Materiais Didáticos e Tecnologias Assistivas	04	60
EDU0403	Objetos Digitais de Aprendizagem	02	30
EDU0401	Fundamentos e Práticas em Pedagogia Hospitalar	04	60
SOCIA0010	Cultura Brasileira	04	60
ETR0429	Inglês Instrumental	04	60
HIST0016	História do Brasil República	04	60
MUSIC0025	Fundamentos de Educação Musical I	04	60
MUSIC0026	Fundamentos de Educação Musical II	04	60
MUSIC0047	Metodologia do Ensino da Música I	04	60
MUSIC0092	Técnica Vocal e Fisiologia da Voz	02	30
EDU0412	Atividades Complementares em Pedagogia		60

Quadro 9. Componentes Curriculares do Grupo de Optativas de Extensão

Código	Componentes Curriculares	Créditos	CH
---------------	---------------------------------	-----------------	-----------

EDU0231	Atividade de Extensão Integradora de Formação I – SEMAC	-	15
EDU0413	Atividade de Extensão Integradora de Formação II – SEMAC	-	15
EDU0414	Atividade de Extensão Integradora de Formação III– SEMAC	-	15
EDU0415	Atividade de Extensão Integradora de Formação IV – SEMAC	-	15
EDU0416	Atividades de Extensão	-	15
EDU0417	Atividades de Extensão	-	30
EDU0418	Atividades de Extensão	-	45
EDU0419	Atividades de Extensão	-	60
EDU0420	Ação Complementar de Extensão – ACEX	-	30
EDU0421	Ação Complementar de Extensão - ACEX	-	60
EDU0232	UFS-Comunidade	-	30
EDU0233	UFS-Comunidade	-	60

3.2. Matriz Curricular do Curso de Pedagogia - Licenciatura - Vespertino (CURSO: 410)

3.2.1. Integralização do curso

Duração: de 8 semestres letivos a 12 semestres letivos **Carga Horária Total: 3.300h**

Carga Horária Obrigatória: 3.150 horas

Carga Horária Optativa: 150 horas (Disciplinas: 90 horas/ Optativas de extensão: 60 horas)

Carga Horária por semestre: Mínima: 285h Média: 360h Máxima: 420h

PRIMEIRO PERÍODO

Código	Componente curricular	Tipo	CR	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática		Pré-requisito
						Exercício	Extensão	
EDU0362	Fundamentos Filosóficos da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0363	Fundamentos Socioantropológicos da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0364	História da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0365	Direitos Humanos e Educação**	D	4	60	30	15	15	-
EDU0075	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I	D	4	60	60	0	0	-
EDU0404	Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação	A	-	60	30	30	0	-
Subtotal			20	360	300	45	15	

SEGUNDO PERÍODO

EDU0076	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II	D	4	60	60	0	0	EDU0075 (PRO)
EDU0366	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I	D	4	60	45	15	0	-
EDU0367	História Social da Criança	D	4	60	45	15	0	-
LETRV0059	Produção Recepção de Texto I	D	4	60	60	0	0	-
LETRL0034	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	D	4	60	45	15	0	-
EDU0368	Educação e Culturas Digitais**	D	4	60	30	15	15	-
Subtotal			24	360	285	60	15	

TERCEIRO PERÍODO

Código	Componente curricular	Tipo	CR	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática		Pré-requisito
						Exercício	Extensão	
EDU0369	Didática*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0370	Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva	D	4	60	30	15	15	-

EDU0371	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II	D	4	60	45	15	0	EDU0366 (PRO)
EDU0372	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento	D	4	60	45	15	0	-
EDU0373	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática	D	4	60	30	15	15	-
EDU0374	Teorias do Currículo**	D	4	60	45	15	0	-
Subtotal			24	360	225	90	45	

QUARTO PERÍODO

EDU0375	Alfabetização e Gênero textual	D	4	60	30	15	15	EDU372 (PRO)
EDU0108	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	D	4	60	45	15	0	-
EDU0376	Educação e Corporalidade	D	4	60	30	15	15	-
EDU0405	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	A	-	90	30	60	0	EDU0371 (PRO)
EDU0377	Avaliação Educacional	D	4	60	45	15	0	-
EDU0378	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos*	D	4	60	45	15	0	-
Subtotal			20	390	225	135	30	

QUINTO PERÍODO

EDU0379	Educação das Relações Étnico-Raciais	D	4	60	30	15	15	-
EDU0406	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	A	-	90	30	60	0	EDU0378 (PRO)
EDU0380	Educação Ambiental e Práticas Comunitárias*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0381	Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas*	D	4	60	45	15	0	-
EDU0382	Fundamentos e Práticas da Educação do Campo*	D	4	60	30	15	15	-
-	Optativa 1	D	-	-	-	-	-	-
Subtotal			16	330	165	120	45	

SEXTO PERÍODO

EDU0383	Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0384	Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância*	D	4	60	30	15	15	EDU0375 (PRO)
EDU0385	Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância*	D	4	60	30	15	15	EDU0373 (PRO)
EDU0386	Saberes e Conhecimentos da História na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0387	Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0388	Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
-	Optativa 2	D	-	-	-	-	-	-
Subtotal			24	360	180	90	90	

SÉTIMO PERÍODO

EDU0389	Política e Gestão Educacional	D	4	60	45	15	0	-
EDU0407	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	A	-	90	30	60	0	EDU0375 e EDU0369 (PRO)
EDU0085	Trabalho e Educação	D	4	60	45	15	0	-

EDU0390	Educação, Gênero e Sexualidade	D	4	60	45	15	0	-
EDU0409	Trabalho de Conclusão de Curso I	A	-	120	60	60	0	EDU0381 (PRO)
Subtotal			12	390	225	165	-	
OITAVO PERÍODO								
EDU0410	Trabalho de Conclusão de Curso II	A	-	120	60	60	0	EDU0409 (PRO)
EDU0391	Vivências Pedagógicas e Formação Docente*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0109	Organização do Trabalho Pedagógico	D	4	60	30	15	15	-
EDU0408	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	A	-	90	30	60	0	EDU0389 (PRO)
EDU0392	Educação, Comunicação e Tecnologias Digitais**	D	4	60	60	0	0	-
Subtotal			12	390	210	150	30	
EDU0411	Atividades Complementares em Pedagogia	A	-	210	210	0	0	-
TOTAL OBRIGATÓRIO			152	3150	2025	855	270	-
Componentes Curriculares Optativos			6	90	-	-	-	-
Grupos de Optativas de Extensão			-	60	-	-	-	-
TOTAL DO CURSO			158	3300	-	-	-	-

Legenda: D: Disciplina A: Atividade Pré-Requisito Obrigatório (PRO); Pré-Requisito Recomendativo (PRR)

* Componentes curriculares de caráter eminentemente prático

**Componentes curriculares que poderão ser ofertados na modalidade à distância, respeitando-se os critérios legais

3.3. Matriz Curricular Curso de Pedagogia Licenciatura Noturno (CURSO 414)

3.3.1. Integralização do curso

Duração padrão: 10 semestres letivos a 15 semestres letivos

Carga Horária Total: 3.300h

Carga Horária Obrigatória: 3150h

Carga Horária Optativa: 150 horas (Disciplinas: 90 horas/ Optativas de extensão: 60 horas)

Carga horária por semestre: Mínima: 225h Média: 300h Máxima: 420h

PRIMEIRO PERÍODO

Código	Componente Curricular	Tipo	CR	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática		Pré-requisito***
						Exercício	Extensão	
EDU0362	Fundamentos Filosóficos da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0363	Fundamentos Socioantropológicos da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0364	História da Educação	D	4	60	60	0	0	-
EDU0075	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I	D	4	60	60	0	0	-
EDU0404	Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação	A	-	60	30	30	0	-
Subtotal			16	300	270	30	0	

SEGUNDO PERÍODO

EDU0076	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II	D	4	60	60	0	0	EDU0075 (PRO)
EDU0366	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I	D	4	60	45	15	0	-
EDU0367	História Social da Criança	D	4	60	45	15	0	-

LETRV0059	Produção e Recepção de Texto I	D	4	60	60	0	0	-
EDU0365	Direitos Humanos e Educação**	D	4	60	30	15	15	-
Subtotal			20	300	240	45	15	

TERCEIRO PERÍODO

EDU0369	Didática*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0370	Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva	D	4	60	30	15	15	-
EDU0371	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II	D	4	60	45	15	0	EDU0366 (PRO)
EDU0368	Educação e Culturas digitais**	D	4	60	30	15	15	-
LETRL0034	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	D	4	60	45	15	0	-
Subtotal			20	300	180	75	45	

QUARTO PERÍODO

EDU0373	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática	D	4	60	30	15	15	-
EDU0108	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	D	4	60	45	15	0	-
EDU0376	Educação e Corporalidade	D	4	60	30	15	15	-
EDU0372	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento	D	4	60	45	15	0	-
EDU0374	Teorias do Currículo**	D	4	60	45	15	0	-
Subtotal			20	300	195	75	30	

QUINTO PERÍODO

EDU0405	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	A	-	90	30	60	0	EDU371 (PRO)
EDU0377	Avaliação Educacional	D	4	60	45	15	0	-
EDU0380	Educação Ambiental e Práticas Comunitárias*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0378	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos*	D	4	60	45	15	0	-
EDU0375	Alfabetização e Gênero Textual	D	4	60	30	15	15	EDU0372 (PRO)
Subtotal			16	330	180	120	30	

SEXTO PERÍODO

EDU0383	Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0384	Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância*	D	4	60	30	15	15	EDU0375 (PRO)
EDU0385	Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância*	D	4	60	30	15	15	EDU0373 (PRO)
EDU0406	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	A	-	90	30	60	0	EDU0378 (PRO)
-	Optativa 1	D	-	-	-	-	-	-
Subtotal			12	270	120	105	45	

SÉTIMO PERÍODO

EDU0379	Educação das Relações Étnico-Raciais	D	4	60	30	15	15	-
EDU0390	Educação, Gênero e Sexualidade	D	4	60	45	15	0	-
EDU0386	Saberes e Conhecimentos da História na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0387	Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0388	Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância*	D	4	60	30	15	15	-
Subtotal			20	300	165	75	60	

OITAVO PERÍODO

EDU0389	Política e Gestão Educacional	D	4	60	45	15	0	-
EDU0407	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	A	-	90	30	60	0	EDU0375 e EDU0369** (PRO)
EDU0109	Organização do Trabalho Pedagógico	D	4	60	30	15	15	-
EDU0381	Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas*	D	4	60	45	15	0	-
-	Optativa 2	D	-	-	-	-	-	-
Subtotal			12	270	150	105	15	

NONO PERÍODO

EDU0408	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	A	-	90	30	60	0	EDU0389 (PRO)
EDU0085	Trabalho e Educação	D	4	60	45	15	0	-
EDU0409	Trabalho de Conclusão de Curso I	A	-	120	60	60	0	EDU0381 (PRO)
EDU0382	Fundamentos e Práticas da Educação do Campo*	D	4	60	30	15	15	-
Subtotal			8	330	165	150	15	

DÉCIMO PERÍODO

EDU0410	Trabalho de Conclusão de Curso II	A	-	120	60	60	0	EDU0409 (PRO)
EDU0391	Vivências Pedagógicas e Formação Docente*	D	4	60	30	15	15	-
EDU0392	Educação, Comunicação e Tecnologias Digitais**	D	4	60	60	0	0	-
Subtotal			8	240	150	75	15	
EDU0411	Atividades Complementares em Pedagogia	A	-	210	210	0	0	
TOTAL OBRIGATÓRIO			152	3150	2025	855	270	
Componentes Curriculares Optativos			6	90	-	-	-	
Grupos de Optativas de Extensão			-	60	-	-	-	
TOTAL DO CURSO			158	3300	-	-	-	

Legenda: D:

Disciplina A: Atividade

Pré-Requisito Obrigatório (PRO); Pré-Requisito Recomendativo (PRR)

* Componentes curriculares de caráter eminentemente prático.

**Componentes curriculares que poderão ser ofertados na modalidade à distância, respeitando-se os critérios legais.

3.4. Estrutura Curricular Complementar do Curso de Pedagogia Licenciatura (Curso 410 – Vespertino e Curso 414 – Noturno)

A estrutura complementar corresponde ao conjunto de componentes optativos/atividades complementares, necessários à integralização dos créditos do curso, respeitando-se a legislação vigente na UFS.

Código	Componente Curricular	Tipo	CR	C.H Total	C.H Teórica	CH Prática		Pré-requisito
						Exercício	Extensão	
EDU0082	História da Educação em Sergipe	D	04	60	30	30	0	-
EDU0393	Estatística Aplicada à Educação	D	04	60	45	15	0	-
HIST0016	História do Brasil República	D	04	60	60	0	0	HIST0117(PRO)

EDU0394	Alfabetização e Letramento de Pessoas com Deficiência na perspectiva do Desenho Universal-DUA	D	04	60	30	30	0	-
PSIC0093	Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem	D	04	60	60	0	0	-
EDU0395	Brinquedos e Brincadeiras na Infância	D	04	60	30	30	0	-
EDU0396	Fundamentos da Educação a Distância**	D	04	60	30	30	0	-
EDU0397	Literatura Infanto-Juvenil	D	04	60	45	15	0	-
EDU0398	Tópicos Especiais em Educação	D	04	60	45	15	0	-
EDU0399	Política Pública e Financiamento da Educação**	D	04	60	30	30	0	-
EDU0400	Produção de Materiais Didáticos e Tecnologias Assistivas	D	04	60	30	30	0	
SOCIA0010	Cultura Brasileira	D	04	60	45	15	0	SOCIA0003 (PRR)
LETR0429	Inglês Instrumental	D	04	60	30	30	0	-
MUSIC0025	Fundamentos de Educação Musical I	D	04	60	60	0	0	-
MUSIC0026	Fundamentos de Educação Musical II	D	04	60	60	0	0	MUSIC0025 (PRO)
MUSIC0047	Metodologia do ensino da Música I	D	04	60	60	0	0	-
MUSIC0092	Técnica Vocal e Fisiologia da Voz	D	02	30	30	0	0	-
EDU0401	Fundamentos e Práticas em Pedagogia Hospitalar	D	04	60	30	30	0	-
EDU0402	Cinema e Infância	D	04	60	30	30	0	-
EDU0403	Objetos Digitais de Aprendizagem	D	02	30	30	0	0	-
EDU0412	Atividades Complementares em Pedagogia	A	-	60	60	0	0	-

Grupo de Optativas de Extensão – Carga horária a ser integralizada 60 horas

Código	Componente Curricular	CR	CH Total	CH Teórica	CH Prática (Extensão)
EDU0231	Atividade de Extensão Integradora de Formação I – SEMAC	-	15	-	15
EDU0413	Atividade de Extensão Integradora de Formação II – SEMAC	-	15	-	15
EDU0414	Atividade de Extensão Integradora de Formação III– SEMAC	-	15	-	15
EDU0415	Atividade de Extensão Integradora de Formação IV – SEMAC	-	15	-	15
EDU0416	Atividades de Extensão	-	15	-	15
EDU0417	Atividades de Extensão	-	30	-	30
EDU0418	Atividades de Extensão	-	45	-	45
EDU0419	Atividades de Extensão	-	60	-	60
EDU0420	Ação Complementar de Extensão (ACEX)	-	30	-	30
EDU0421	Ação Complementar de Extensão (ACEX)	-	60	-	60

EDU0232	UFS-Comunidade	-	30	-	30
EDU0233	UFS-Comunidade	-	60	-	60

Monitorias

Código	Componente Curricular	CR	CH Total
DAA0006	Monitoria I	02	30
DAA0007	Monitoria II	02	30
DAA0008	Monitoria III	02	30
DAA0009	Monitoria IV	02	30

3.5. Metodologias de Ensino-Aprendizagem

Pensar a escolha, elaboração, implementação de metodologias de Ensino- Aprendizagem no ensino superior nos leva a refletir: **de tudo o que sei**, o que é verdadeiramente importante para os meus alunos? **Apesar de tudo que sei**, meus alunos conseguem apropriar-se dos ensinamentos da aula? **Para além do que sei**, é possível conduzir meus alunos?

Quando nos reunimos no Departamento de Educação da UFS para debatermos a reformulação do curso de Pedagogia, parece-nos pertinente e oportuno apresentar uma proposta didático-acadêmica que verse sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, como metodologia de ensino própria para esse nível de escolaridade, pautada na dialogicidade para o processo de Ensino e Aprendizagem.

Os docentes como um *corpus* pensante da Universidade, devem atuar na formação de professor a partir de uma ampla base cultural, formal e política, por isso, não é demais nos posicionarmos a favor da pesquisa em sua dimensão educativa, de formação de competência humana e entendê-la como princípio educativo na formação de educadores que, anos após anos, passam por nós e atuam nas escolas públicas de nosso Estado.

O desafio está colocado: romper com a prática educativa calcada no ensino, sem, contudo, entender que a indissociabilidade é quando o professor faz ensino e tem projeto próprio de pesquisa e extensão. A exigência faz-se em retomar a reflexão teórico-prática sobre ensino e aprendizagem para fazermos avançar a prática pedagógica que se dá na educação superior na direção desta indissociabilidade.

Essa palavra, como argumenta Cunha (1998, p. 10), é muito forte. É algo que acontece de modo global no interior do processo educativo. E, deste modo, só pode ocorrer na interação entre professor e alunos, mediados por situações problemáticas que os fazem investigar, confrontar e perscrutar uma determinada realidade educacional.

Sendo o conhecimento científico o objeto específico do trabalho do ensino superior, a metodologia científica é um eixo que deve tornar-se absolutamente familiar ao aluno. Razão pela qual a pesquisa e a educação devem ser sistematicamente organizadas de modo a incluir sempre a percepção emancipatória do sujeito à medida que se constitui pelo questionamento sistemático da realidade.

No caso específico dos componentes curriculares do curso de Pedagogia, procuramos compreender que o ato de ensinar não está garantido pelo acúmulo de conhecimentos de diferentes correntes teóricas e filosóficas de diferentes épocas. Mas, sim, e, antes de tudo, significa a capacidade de cada uma em pensar a experiência humana e, ao mesmo tempo, proporcionar condições de desenvolvimento de autorreflexão crítica da experiência subjetiva.

A compreensão supra, conduz ao entendimento de que os componentes curriculares não são apenas conteúdos que navegam nas correntes das Ciências Sociais para determinar uma concepção de homem e de cultura e, daí, pensar que tipo de educação deveria formar tal ou qual homem para tal ou qual cultura. Entendemos que cada componente curricular do curso de Pedagogia deve representar parte de um campo de saber teórico/prático que centraliza a intersecção da educação como prática social e da educação escolar como objeto de estudo segundo as suas respectivas abordagens.

Na esteira desse pensamento, concluímos que o papel de cada componente curricular na formação docente é a radicalidade do pensamento sobre a experiência educacional, resguardada a autonomia docente na proposição de metodologias de ensino que contemplem a realização de diferentes atividade de ensino como aula expositiva, seminários, rodas de conversa, debates, leitura de obra de arte, filmes, conjunto de reportagens veiculadas por diferentes mídias,

música, fotografia, sites, enfim recursos que possam acionar um processo de leitura que demande a atitude de parar e pensar, de olhar, de sentir e questionar, invocando a interrogação e a curiosidade.

A proposição de metodologias dialógicas pode permitir ao aluno reconhecer-se como construtor de significados em sua relação com o objeto em questão e com o mundo de forma mais ampla.

Estes pressupostos complementarão o objetivo primeiro de qualquer componente curricular que pretenda a superação do senso comum à consciência crítica e criativa do aluno, ficando claro para eles que não se trata de um trabalho aleatório e espontâneo, mas de uma metodologia e procedimento intencionalmente escolhidos para se chegar a uma reflexão passando por processos e que nos inquietam, provocam, fazem pensar e sintetizar.

Feita essa primeira abordagem, passamos ao tratamento teórico do sentido e lugar da metodologia de ensino na formação do educador. Nesse ponto, a abordagem de um texto teórico ou filosófico, como o consideramos, pode pautar-se nas diretrizes de leitura, análise e interpretação do texto proposto por Severino (1999), em seu já conhecido livro “Metodologia do trabalho científico”. Finalmente, garantida a compreensão e análise do texto ou de conjunto de texto, propõe-se a pesquisa em sua finalidade de problematizar o tema em questão. Como este processo é bastante trabalhoso e complexo, sugere-se que os componentes curriculares, organizados por eixos temáticos, façam previamente a organização de modo interdisciplinar para compor uma problemática plausível de estudo.

Cabe aqui um exemplo: imaginemos que as disciplinas de Fundamentos Filosóficos da Educação, História da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação tendo como objeto de estudo o homem, sua natureza e suas relações valerem-se de leituras de textos clássicos que discutem o tema segundo sua abordagem. Um conjunto da problemática plausível às três disciplinas seria:

- No conjunto dos estudos realizados quais as possibilidades, legitimidade, valor e limites do sistema educativo proposto por tal ou qual pensamento teórico e/ou filosófico?
- Qual a relação entre tal pensamento e educação?
- Quais as relações entre meios e fins?
- Há relação entre teoria e prática?
- Quais os valores têm-se liberdade de questionar e quais se têm obrigação de seguir?
- É possível redefinir os objetivos desse sistema educativo para a educação brasileira?

A problemática, assim colocada exige outra postura diante da leitura do texto científico: por parte do aluno é mais que ler e entender, mas interpretar nas suas entrelinhas, avaliar, sistematizar e aplicar à realidade. Por parte do professor, exige retomar os debates em momentos pontuais, socializar os avanços, pontuar os caminhos e fazer da sala de aula uma coletividade de estudo. Ao fazer desta prática uma sistemática de estudo, as alunas e alunos devem produzir um texto próprio e original, tentando responder às questões acima colocadas.

Trata-se de um exemplo ilustrativo, para demonstrar que mesmo em disciplinas eminentemente teóricas, é o caráter da crítica problematizadora e da atitude investigativa, que deve pautar a condução do processo de ensino-aprendizagem e, à medida que avançamos para as disciplinas de caráter mais prático, a diversidade de metodologias contribui para que os/as pedagogos/as em formação experimentem e desenvolvam as suas próprias práticas de ensino, favorecendo-se, para tanto, da instituição de verdadeiros laboratórios de aprendizagem nas múltiplas disciplinas de caráter eminentemente prático, que envolvem a adoção de metodologias interativas e inovadoras, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL), ensino por projetos, aprendizagem colaborativa, uso de tecnologias digitais, produção de materiais didáticos e ferramentas de gestão educacional.

O objetivo é o desenvolvimento de competências que permitam ao futuro educador refletir sobre sua prática pedagógica, atuar de maneira crítica frente às questões sociais, culturais e educacionais e integrar valores éticos e democráticos no ensino, com destaque também para a sua atuação política. Daí a importância do envolvimento dos estudantes e em discussões sobre temas que transversalizam o currículo: como direitos humanos, inclusão social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade, preparando-os para a atuação em contextos educacionais diversificados e desafiadores.

A Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024 propõe que a formação do futuro professor de Pedagogia seja interdisciplinar, integrando saberes das diferentes áreas do conhecimento e promovendo um aprendizado que articule teoria e prática. No que se refere à interdisciplinaridade, a organização das disciplinas por eixos temáticos favorece o

estabelecimento de projetos integradores que articulem à formação pedagógica, ações extensionistas, experiências de estágio e demais componentes curriculares de caráter eminentemente prático, potencializando um trabalho integrado entre os docentes que ministram disciplinas afins.

Outro ponto fundamental é o desenvolvimento das Competências Socioemocionais, para que os futuros educadores sejam capazes de atuar no desenvolvimento socioemocional dos seus educandos. Daí a incorporação no currículo de atividades que favoreçam o desenvolvimento das competências socioemocionais dos alunos, como autoconhecimento, gestão de emoções, empatia e resolução de conflitos, auxiliando os professores em formação a desenvolverem sua própria inteligência emocional e habilidades de interação social.

A avaliação deve ser encarada de forma processual, formativa, reflexiva e diagnóstica, com o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo dos alunos e da sua prática pedagógica, permitindo que os estudantes acompanhem seu próprio processo de aprendizagem e ajustem suas práticas pedagógicas conforme as necessidades.

É deste modo que a presente proposta de metodologia de ensino pretende contribuir para a formação de profissionais da educação com qualidade formal e ética para intervir na realidade da sociedade brasileira e, mais propriamente, na realidade educacional onde irá atuar.

3.6. Prática como Componente Curricular

Na estrutura curricular dos cursos de Licenciatura, a Prática como Componente Curricular é contemplada em componentes curriculares relacionados à formação pedagógica que incluem atividades de caráter prático, superando a carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas. Abaixo, indicamos a carga horária prática prevista pelas disciplinas:

- Direitos Humanos e Educação: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I: 1 crédito, 15 horas;
- História Social da Criança: 1 crédito, 15 horas;
- Língua Brasileira de Sinais: 1 crédito, 15 horas;
- Educação e Culturas Digitais: 01 crédito, 15 horas
- Didática: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Educação Inclusiva: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática: 1 crédito, 15 horas;
- Teorias do Currículo: 1 crédito, 15 horas;
- Alfabetização e Gênero Textual: 1 crédito, 15 horas;
- Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: 1 crédito, 15 horas;
- Educação e Corporalidade: 1 crédito, 15 horas;
- Política e Gestão Educacional: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Educação do Campo: 1 crédito, 15 horas;
- Avaliação Educacional: 1 crédito, 15 horas;
- Educação Ambiental e Práticas Comunitárias: 1 crédito, 15 horas;
- Educação das Relações Étnico-Raciais: 1 crédito, 15 horas;
- Educação, Gênero e Sexualidade: 1 crédito, 15 horas;
- Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos: 1 crédito, 15 horas;
- Organização do Trabalho Pedagógico: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da História na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Trabalho e Educação: 1 crédito, 15 horas;
- Vivências Pedagógicas e Formação Docente: 1 crédito, 15 horas.

Somadas, as atividades práticas previstas nas 31 (trinta e uma) disciplinas aqui indicadas, atingem 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) horas.

3.7. Atividades de Extensão nos componentes curriculares dos cursos de Pedagogia

Conforme Barbosa (2023), a extensão universitária é um componente essencial na formação integral dos estudantes, especialmente nos cursos de Pedagogia, onde a interface entre teoria e prática se revela crucial. Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), a integração das atividades de extensão nos componentes curriculares do curso de Pedagogia não apenas cumpre um mandato legal, mas também reforça o compromisso da universidade com a transformação social e a educação continuada.

Legalmente, a extensão é reconhecida como indissociável do ensino e da pesquisa pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Estes documentos sublinham a necessidade de as universidades gozarem de autonomia para integrar a extensão ao currículo, promovendo uma educação que não se limita aos muros acadêmicos, mas que se estende à comunidade, proporcionando um aprendizado recíproco entre universidade e sociedade.

Especificamente no curso de Pedagogia, as atividades de extensão são vitais para que os futuros educadores compreendam os desafios reais do ensino e desenvolvam habilidades práticas que serão aplicadas em suas carreiras profissionais. Tais atividades permitem aos estudantes participar de projetos que impactam diretamente a educação básica, colaborando com a formação de professores e melhoria de práticas pedagógicas, conforme destacado na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.

A Resolução nº 7 de 2018 do Ministério da Educação amplia essa visão ao estabelecer diretrizes para que a extensão seja efetivamente integrada como um componente curricular, promovendo assim uma formação mais abrangente e responsiva às necessidades sociais. Isso ressalta a importância de políticas educacionais que incentivem a interação dinâmica entre alunos, professores e a comunidade, criando um ambiente de aprendizado mutuamente enriquecedor.

No curso de Pedagogia da UFS, a experiência da extensão é mobilizada como teoria e prática em todos os componentes curriculares, conforme a Resolução n. 47/2020/CONEPE e a Resolução 28/2022/CONEPE. Sobretudo nos componentes que veiculam conteúdo substantivo relacionado à comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente e tecnologia, a extensão está inscrita nos planos de curso, na condição de objeto de estudo, de investigação e difusão, mediada por iniciativas como cursos, oficinas, eventos, engajamentos em campanhas, projetos e movimentos sociais, sendo inclusive contabilizada como objeto de avaliação da aprendizagem.

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, estabelece novas diretrizes para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação básica, incluindo os cursos de licenciatura em Pedagogia. A curricularização da extensão determina a inserção de atividades acadêmicas de extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Nesse sentido, as práticas de extensão realizadas no âmbito da formação pedagógica serão registradas por meio de portfólios, relatórios, fotografias, memoriais, dentre outras formas de registro, permitindo o acompanhamento do processo formativo dos licenciandos, por meio de observações críticas, relatos de experiência e outras evidências das aprendizagens requeridas para a docência e a gestão educacional.

Além disso, a resolução enfatiza a importância de integrar as atividades de extensão aos componentes curriculares obrigatórios, promovendo o protagonismo estudantil e aproximando a instituição da comunidade, gerando impacto social através da integração da carga horária em programas e projetos voltados para a sociedade.

A implementação da curricularização da extensão visa fortalecer a formação dos futuros profissionais da educação, promovendo uma aproximação entre a teoria e a prática pedagógica, e incentivando a participação ativa dos estudantes em projetos que atendam às demandas da sociedade, garantindo uma formação mais integrada e comprometida com a realidade educacional e social. A seguir, indicamos a carga horária de extensão prevista pelas disciplinas:

- Direitos Humanos e Educação: 1 crédito, 15 horas;
- Educação e Culturas Digitais: 1 crédito, 15 horas
- Didática: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática: 1 crédito, 15 horas;
- Alfabetização e Gênero Textual: 1 crédito, 15 horas;

- Educação e Corporalidade: 1 crédito, 15 horas;
- Educação Ambiental e Práticas Comunitárias: 1 crédito, 15 horas;
- Educação das Relações Étnico-Raciais: 1 crédito, 15 horas;
- Organização do Trabalho Pedagógico: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da História na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância: 1 crédito, 15 horas;
- Vivências Pedagógicas e Formação Docente: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva: 1 crédito, 15 horas;
- Fundamentos e Práticas de Educação do Campo: 1 crédito, 15 horas.

Somadas, as atividades práticas previstas nas 18 (dezoito) disciplinas aqui indicadas, atingem 270 (duzentas e setenta) horas, que por sua vez, somadas ao total de 60 (sessenta) horas a serem cursadas em componentes do grupo de optativas de extensão (Quadro 9), integralizam a carga horária em extensão para o curso: 330 (trezentas e trinta) horas, conforme regulamentação pertinente.

3.8. Apoio aos Discentes

O Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da UFS ao reformular o seu Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) não só pretende atender as demandas legais institucionais, que são legítimas, mas entende a necessidade de que, para edificar uma educação ajustada às dimensões social, política e econômica, sobre as quais estamos totalmente imersos pelos discursos historicamente construídos, é também necessário submetermos às lentes avaliativas do que foi bem-feito e do que poderá ser repensado para ser melhorado e ajustável aos almejados ideais republicanos.

Na UFS, os discentes de Pedagogia, podem contar com o apoio dos setores administrativo, técnico e técnico-pedagógico, a fim de poder dar suporte ao processo de desenvolvimento formativo do futuro profissional da educação. Com isso, foram pensadas estratégias de acompanhamento individualizado e coletivo, pelos quais os discentes podem recorrer ou serem contemplados, nos seguintes casos: encontro de acompanhamento individualizado remoto ou presencial com o docente da disciplina, com hora agendada oito (08) dias antes, por meio de e-mail para secretaria do DED; em caso de falta com justificativa apresentada por atestado médico ou similar, o discente pode requerer encontro de duração de 1 (uma) hora com o docente da disciplina, agendamento individualizado oito (08) dias antes, para reposição e abono dessa falta; requerimento de equivalência de atividades de práticas (Estágios Supervisionados e Monografia) dos discentes que participarem dos Programas de Formação à docência (PIBID, Residência Pedagógica) e de Monografia I e II, quando o discente executou plano de atividades do PIBIC, em todas as etapas, alcançando nota acima de 8,0 (oito) pontos; acompanhar o desenvolvimento formativo do discente, especificamente, em casos de dificuldade de aprendizagem para que elas sejam superadas. Esse acompanhamento será feito com designação do próprio docente da disciplina ou outro docente designado pela coordenação da unidade acordado com o docente; o docente que perceber deficiências de aprendizagem, seja por razões estruturais da educação; seja por deficiências cognitivas de origem física ou mental do discente, deve encaminhar o nome à coordenação da unidade e/ou membro do Colegiado, que poderá convocá-lo para identificar as questões comprometedoras e criar estratégias pedagógicas para saná-las.

No curso de Pedagogia, a assistência estudantil é seguramente, estratégia especial no combate às desigualdades sociais entre os estudantes e as políticas orientadoras são promotoras de ações que visam prevenir a evasão escolar, permitindo a permanência e desempenho acadêmico por meio de condições favoráveis à continuidade dos estudos, independentemente, de sua condição física ou socioeconômica. Desse modo, toma por base legal os programas de Assistência Estudantil propostos na Resolução n.º 04/2006/CONSU, n.º 11/2014/CONSU e n.º 43/2013/CONSU, na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), por meio do Setor de Assistência Estudantil (SAES) e da Divisão de Ações Inclusivas (DAIN). Estes setores viabilizam entre outras ações: residência universitária; acompanhamento pedagógico e psicossocial; alimentação; cultura; inclusão; transporte, bolsas viagens.

Na atualidade, também é oferecido a Ação - Apoio pedagógico para a realização de ação tutorial no Departamento de Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH. Contudo, intenciona-se qualificar esta ação, através da implantação de um projeto de educação tutorial, coordenado por um professor tutor e voltado para ações de oferta sistemática de oficinas de leitura, conhecimento lógico-matemático e interpretação de textos acadêmicos para alunos de

graduação.

4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação/DED da UFS, subsidiado por uma concepção de avaliação formativa, tem por base o enfoque do viés qualitativo, onde a avaliação é muito mais que mensuração. A avaliação apresentada nesta proposta deve ser democrática, participativa e formativa, não pode ser reduzida a dimensões quantificáveis, uma vez que as relações de ensino e aprendizagem estão constituídas de valores. Avaliação não é neutra; é, como toda ação educativa, uma ação política e faz cumprir também função reguladora; é um julgamento de valor construído em uma relação social particular entre os envolvidos no processo.

Desse modo, o PPC do Curso elege critérios coerentes com esse paradigma para proceder o acompanhamento avaliativo do processo ensino-aprendizagem; certamente com um diagnóstico permanente do próprio projeto de curso, em consonância com as metodologias de avaliação e a matriz curricular proposta neste documento.

Pode-se dizer que a verificação da aprendizagem no Curso de Pedagogia resgata a função formativa da avaliação, se sobrepondo à questão normativa, porém sem deixar de considerar o que prescreve a Resolução Nº 14/2015/CONEPE que aprova as normas acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe: apesar de ter o caráter formativo, a avaliação do ensino e da aprendizagem também é somativa e deverá basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência a Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura do Curso de Pedagogia.)

Os procedimentos e acompanhamentos da avaliação de ensino e aprendizagem no PPC de Pedagogia da UFS, busca a coerência com os princípios contemplados e defendidos no referido Projeto, especialmente no que se refere a autonomia do saber pensar: como base para o desenvolvimento da competência de um profissional preparado para intervenção crítica e reflexiva nos complexos e múltiplos contextos e conjunturas apresentados pela realidade educacional brasileira. Outro princípio que agrega valor a presente proposta de avaliação é a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade traduzida em avaliações mais coletivas que busquem valorizar o intercâmbio dos conhecimentos como uma proposição que viabiliza e pressupõe uma atitude aberta a ser assumida frente ao processo pedagógico e por fim o princípio da valorização das diferenças, em suas múltiplas dimensões: diversidade econômica, étnico-racial, sexual, de gênero e identidade de gênero, geracional, cultural e regional; o que implica uma abordagem mais inclusiva, humanista e qualitativa dos conhecimentos e da avaliação.

Compartilha-se do pensamento de Bastos (2015) de que:

A prática avaliativa fundamenta-se na visão de mundo daquele que avalia e no conhecimento dos educadores que definem e executam uma proposta educacional num dado momento histórico. O modo específico de conceber o conhecimento está intrinsecamente ligado à forma de condução da vida, das atividades profissionais e na forma de avaliar e conduzir o processo educativo. (BASTOS, 2015, p.41)

A avaliação implica uma reflexão crítica sobre a prática para redirecionar caminhos, e possibilitar uma tomada de decisões. Com o conceito de uma avaliação inclusiva, formativa e diagnóstica, valoriza-se a autonomia, a participação e o desenvolvimento de competências para uma aprendizagem mais comprometida com as expectativas, interesses e necessidades dos envolvidos no processo. Assim, deve-se avaliar para constatar a assimilação da produção de saberes e conhecimentos, ressignificar posicionamentos e o desenvolvimento de discentes e docentes, frente aos desafios postos nas diversas áreas de conhecimento do curso.

A avaliação distancia-se de posturas autoritárias, discriminatórias e torna-se ferramenta na direção do acompanhamento de todo o processo ensino-aprendizagem, de forma sistemática, contínua, articulada, integrada para a busca do desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à formação profissional de qualidade.

Neste sentido, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, no âmbito de uma proposta integradora considera a aferição da aprendizagem como:

Avaliação como processo contínuo, diagnóstico, formativo – o processo de aprendizagem ocorre de forma contínua e integrada e do mesmo modo a avaliação se alinha a essa premissa. Com isso, o professor deverá prever instrumentos diversos e momentos distintos para efetuar a avaliação. A avaliação traz uma dimensão reflexiva e crítica, e

assume uma forma diagnóstica realizada no cotidiano da sala de aula. A legislação vigente traz como objetivo da formação docente, além da ampliação da cidadania e capacitação técnico- profissional, a aplicação de saberes úteis na vida cotidiana.

Desta forma, o processo de avaliação deve privilegiar a expressão destes saberes por meio de questões associadas à vida profissional e social. A esta associação da avaliação aplicada à realidade chamamos de contextualização, devendo os professores dirigirem seus instrumentos de avaliação para tal princípio, notadamente no aproveitamento/articulação de atividades de extensão e de pesquisa desenvolvidas no âmbito das disciplinas, além de aplicação de provas e exames contextualizados, sendo recomendável, ao menos, dois momentos e instrumentos de avaliação a cada semestre.

Recomenda-se procedimentos que objetivem verificar a aprendizagem através de procedimentos coerentes com metodologias de intervenção profissional e com base nos princípios acima referidos. Apresentamos algumas possibilidades de avaliação que poderão ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e que deverão ser inseridos nos planos de Disciplinas de cada educador:

4.1. Procedimentos/instrumentos de avaliação no PPC de Pedagogia

- I. Solução de estudos de casos: possibilita ao educando a capacidade de análise de problemas e a busca de soluções e, assim, estimular para o enfrentamento de situações do cotidiano;
- II. Avaliação objetiva – múltipla escolha: poderá viabilizar o critério da objetividade;
- III. Avaliação contextualizada: permite a organização de respostas que promovem o pensamento reflexivo e a crítica, síntese ou análise do tema discutido, bem como a capacidade de síntese, racionalização de ideias e clareza de expressão;
- IV. Seminários: promovem a capacidade de observação e crítica, a articulação e integração dos educandos em grupos de estudos de forma sistemática;
- V. Trabalhos escritos (relatório, resumo, resenha, artigo): possibilitam o desenvolvimento de narrativas de atividades práticas, possibilitando a análise e discussão;
- VI. Provas: possibilitam a aferição do conhecimento produzido e sala de aula de forma individual para um melhor planejamento do discente e docente no processo de desenvolvimento da disciplina;
- VII. Elaboração de projetos acadêmicos, a exemplo dos projetos de pesquisa para a realização do TCC e projetos de intervenção, especialmente no âmbito dos estágios supervisionados: promovem o pensamento crítico e científico, capacidade de análise e de intervenção na realidade;
- VIII. Participação nas atividades (práticas e nas aulas): avaliação parcial, sistemática e contínua, como parte do processo de aprendizagem em cada unidade disciplinar;
- IX. Avaliações coletivas: para uma maior articulação dos conteúdos problematizados no curso, envolvendo duas ou mais disciplinas por período;
- X. Constituição de Portfólio: registros de processos formativos ao longo do curso de Pedagogia.

4.2. Avaliação em cada disciplina

Sistematicamente, os docentes e discentes do curso farão avaliação da disciplina, dos programas de ensino, das metodologias adotadas e recursos didáticos utilizados, dos mecanismos de avaliação da aprendizagem adotados, a fim de ir consolidando um diagnóstico que oportunize identificação de fragilidades e potencialidades para aperfeiçoamento.

4.3. Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

A autoavaliação do curso ocorrerá através da realização de seminários pedagógicos de avaliação, envolvendo a comunidade acadêmica visando à socialização de experiências novas, à discussão de problemas pertinentes ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com o intuito de somar esforços para que sejam enfrentados os desafios do ensino superior no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

O curso de Pedagogia também terá como instrumento avaliativo os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, bem como as avaliações periódicas dos cursos que são realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP/MEC.

A fim de acompanhar o desempenho acadêmico, serão aplicados questionários de avaliação e autoavaliação a serem respondidos por professores(as) e alunos(as), com o apoio do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH, abordando cinco dimensões que envolvem as condições do trabalho docente e discente, a saber: condição socioeconômica,

estrutura física e material da UFS, condições de realização para estudo, condições de preparação de aulas e canais de comunicação entre docentes e discentes, com apoio do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH.

E, por fim, das medidas avaliativas da UFS via sistema, assim como a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação interna por ela realizada, que complementarará o processo avaliativo realizado e auxiliará no incentivo à vivência de práticas inovadoras e criativas para avaliar a aprendizagem dos (as) alunos(as), tomando por base o desenvolvimento de competências e habilidades básicas para a sua formação.

5. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O Departamento de Educação da UFS faz parte do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH, que abrange um total de 12 (doze) Departamentos e 1 (um) Núcleo e está localizado no térreo do Prédio Departamental III. O Departamento de Educação oferece o Curso de Pedagogia nos turnos vespertino e noturno conta com 32 (trinta e dois) docentes efetivos de dedicação exclusiva de 40 (quarenta) horas semanais; sendo 32 (trinta e três) doutores (as) e uma (03) mestres; um técnico administrativo efetivo e dois funcionários recepcionistas terceirizados. Está localizado no 1º piso do Prédio Departamental III, à direita da escada e a esquerda fica o Departamento de Filosofia.

O espaço é organizado em forma de U, do lado direito há uma sala de secretária conjugada com a diretoria - nesta, são projetados e executados os expedientes administrativos, assim como o atendimento aos docentes, discentes e comunidade interna e externa a UFS - uma sala de práticas, que é utilizada como sala de aula com práticas que transcendem a dimensão teórica; um auditório, que atende às demandas internas e externas do DED, que é utilizado para eventos promovidos pelo Departamento; uma sala de informática, onde funciona o Projeto Um Computador por Aluno – UCA; uma sala de professores, para atendimento individual ou em pequenos grupos de discentes em atividades como reuniões de grupos de pesquisa e extensão, com orientandos de Estágios e TCCs e um sala de arquivo (guarda toda memória administrativa e pedagógica do DED). Separados pelo corredor, encontram-se: do lado esquerdo, oito salas de professores como a mesma finalidade descrita na primeira sala; uma sala do Colegiado usada para reuniões das comissões do próprio Colegiado, NDE, Comissão de Estágios, Comissão de Atividades Complementares etc.; uma sala do Diretório Acadêmico Livre dos Estudantes de Pedagogia – UFS e por último uma dispensa.

O Departamento funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, **das 07h às 22h20**. As salas de aula do Curso de Pedagogia acontecem nos prédios das didáticas do Campus de São Cristóvão, são salas de aulas tradicionais com carteiras, lousas, ar- condicionado e datashows.

6. REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, N. & GARCIA, R.L. A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação de professores na vivência de um processo. In: ALVES, N. (org.) **Formação de professores**. Pensar e fazer. 5ªed. São Paulo: Cortez, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis: Uberlândia/MG, 2016.

ARROYO, M. **Ofício de mestre**. Imagens e autoimagens. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**:

1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1 a 6, de 1994. – Brasília: Câmara de Deputados, Coordenações de Publicações, 2000.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução**

CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura Diretrizes Curriculares 2006. Brasília, CNE/CP, 2006.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução**

CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, CNE/CP, 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRETAS, S. A. **A rede municipal de ensino superior do Estado de São Paulo:** novas questões sobre velhos problemas. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/CAR – Campus de Araraquara. 2005.

BRETAS, S. A. **A pesquisa no ensino superior:** A indissociabilidade entre ensino e pesquisa em outra perspectiva In: Anais do VI Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Águas de Lindóia, SP, 2001.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina** – Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CUNHA, M.I.; **O professor universitário na transição de paradigmas.** Araraquara, SP: DUTRA, 2017.

FAVERO, M.L.A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada:** Atcon e Meira Mattos – São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

FERNANDES, F. A Formação do professor na sociedade brasileira. In PRADO JR, B., (et al). **Descaminhos da educação pós 68**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERNANDES, F. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. **Estudos CEBRAP**, nº 1, 1971, p. 25- 46.

FERREIRA, N.T. **Cidadania:** uma questão para a educação. Os princípios do estado moderno e a cidadania brasileira, analisados do ponto de vista da prática educacional. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREITAS, A. G. B. et. al Retrospectiva histórica do curso de Pedagogia. In ROLLEMBERG, M. S. T. & SANTOS, L.A. (orgs.) **UFS – História dos cursos de graduação** – São Cristóvão – SE, 1999.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação . **Revista Educação e Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, abril 2004, vol. 30, nº 1, p. 11-30.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa educacional no Brasil** – Brasília: Plano Editora, 2002.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In FRIGOTTO (org.) **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 6. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

GIMENO, S. J. **O currículo.** Uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho - Porto Alegre: Artmed, 1998.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: <http://portal.mec.gov.br/index> .

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos:** sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

PACHECO, J.A. **Escritos curriculares** – São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil.** 15. ed – Petrópolis: Vozes, 1993.

SAVIANI, D. **O espaço acadêmico da Pedagogia no Brasil: perspectiva histórica.** Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos>.

SCHON, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SCHWARTZMAN, S. Educação e desenvolvimento: onde estamos, para onde vamos? Texto preparado para o Seminário “**Brasil e Desenvolvimento**” – Instituto de Economia: UFRJ, 2003.

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG). **Indicadores do desenvolvimento sergipano 2015.** Dimensão educação. Governo de Sergipe. SEPLAG. Aracaju, 2015

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Estadual de Educação de Sergipe** – PEE/SE. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 8 de dezembro de 2015, nº 27.291. Aracaju – SE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estatuto da Universidade Federal de Sergipe.** Edição de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI (2021-2025).** São Cristóvão, 2021.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho científico.** 23ª ed., São Paulo, Cortez, 2007

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, L. M. **A questão das licenciaturas versos a estrutura administrativa e acadêmica do CECH:** necessidade de reformar ou transformar? – Departamento de Educação – UFS, mimeo, 2006.

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

7.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

EDU0362 - FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Relação entre educação e filosofia. A Educação ao longo da história e suas questões filosóficas. A formação do professor. O pensamento educacional frente ao processo de globalização.

Bibliografia básica

BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso da servidão voluntária.** Trad. Casemiro Linarth. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Col. A obra prima de cada autor).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Trad. Álvaro Lorencini, São Paulo/SP: Editora UNESP, 1999.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Trad. Francisco CockFontanarella. 5ª edição, São Paulo: Editora Unimep. 2006.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massagana, 2010. (Coleção Educadores MEC).

PAGNI, Pedro Angelo e SILVA, Divino José da (Org.). **Introdução à filosofia da educação** – temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.

ROTTERDAM, Erasmo. **De Pueris (Dos meninos).** Trad. Luiz Feracine: São Paulo/ Ed. Escala, s/d.

Bibliografia complementar

BOTO, Carlota. **A Liturgia escolar na idade moderna.** Campinas/SP: Papyrus, 2017.

BOTO, Carlota. **A instrução pública e projeto civilizador** – o século XVIII como interprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FORTES, Luiz R. Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História, nº 22).

MENEZES, Edmilson e OLIVEIRA, Everaldo de. **Modernidade Filosófica: um projeto, múltiplos caminhos.** São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

SANTOS, Antônio Carlos dos. **Intermitências Filosóficas** – Reflexões sobre ação política. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOETARD, Michel. **Johann Pestalozzi**. Coleção Educadores MEC. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

EDU0363 - FUNDAMENTOS SÓCIOANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Origens histórico-sociais da Sociologia. Objeto e método da Sociologia em Durkheim, Marx e Weber. Relação entre educação e sociedade. A produção do conhecimento da sociologia da educação no Brasil. Antropologia e Educação: conceituação de cultura e diferentes paradigmas socioculturais. Diversidades socioculturais: questões étnicas, de gênero e políticas.

Bibliografia básica

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. **Danças e Folguedos**: iniciação ao folclore sergipano. Aracaju/SE: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e do Lazer, 1998.

ARAÚJO, Liana Matos. **Juventudes e quadrilha junina**: estilos de vida e sociabilidades no cenário do consumo cultural em Sergipe. São Cristóvão, 2015. (Dissertação (Mestrado em Antropologia/ UFS)

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

DANTAS, Beatriz Góis. **Mensageiros do lúdico**: mestres de brincadeiras em Laranjeiras. Aracaju/SE: Criação, 2013.

DANTAS, Beatriz Góis (Org.). **Encontro cultural de Laranjeiras** – 40 anos do Simpósio. Aracaju/SE: IHGSE, 2015.

HAVILAND, William A.; PRINS, Harald E. L.; WALRATH, Dana; McBRIDE,

Bunny. **Princípios de Antropologia**. Trad. Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial. 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

MATOS, Cândida Margarida Oliveira; SOUTO, Enedina Maria Soares; AIRES, Lídia Marcelle Arnaud; SILVA, Patrícia Santos. **Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**. Aracaju/SE: UNIT, 2014.

CARVALHO, Alonso Bezerra. **Max Weber: modernidade, ciência e educação**. São Paulo: Vozes, 2005.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965. ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores sociais da História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, Martins. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

MATOS, Cândida Margarida Oliveira; SOUTO, Enedina Maria Soares; AIRES, Lídia Marcelle Arnaud; SILVA, Patrícia Santos. **Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**. Aracaju/SE: UNIT, 2014.

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora34, 1994.

BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: editora Autêntica. 2011.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A condição do sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

GONZALEZ, Wânia R. C. **Educação e desencantamento do mundo**: contribuições de Max Weber para a Sociologia da Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro, 2000. (Doutorado em Educação /Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

NOGUEIRA, Maria Alice & NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, s/d.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Max Weber entre a paixão e a razão**. 3º Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

WEBER, Marianne. **Weber uma biografia**. São Paulo: Casa Jorge Editorial, 2003.

BEZERRA, Felte. **Problemas de Antropologia** – Do estruturalismo de Lévi-Strauss. Rio de Janeiro/RJ: Gráfica Ouvidor, 1976.

DANTAS, Beatriz Góis. **XOCÓ** – grupo indígena de Sergipe. Aracaju/SE: Opção Gráfica, 1997.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Coletado em: <http://www.scielo.br/pdf>

FIGUEIREDO, Wilmar & ZACCHI, Marina (Orgs.). **Divina Pastora**: caminhos da renda irlandesa. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2013.

FREITAS, Marcel de Almeida. **O Cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje**. In: Ponta de Lança: Revista de História, Memória e Cultura. Grupo de História Popular do

Nordeste. Universidade Federal de Sergipe. Vol.5, nº 9 (out.2011/abr.2012), São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

GONZÁLES, Leopoldo Jesús Fernández & DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. O Método na Antropologia da Educação. **Cadernos de Antropologia da Educação**. Vol. 4. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva & ARAGÃO, Ivan Rêgo. Memória, Patrimônio e Atrativo Turístico: A Doçaria na Festa do Nosso Senhor dos Passos, em São Cristóvão-Sergipe. **Revista Rosa dos Ventos Dossiê Turismo e Gastronomia 4(III)** 384-396, jul-set, 2012.

TOJI, Simone. O Patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no “uso da diversidade”. In: **Revista CPC**. USP: São Paulo, n.12, p. 55-76, maio/out. 2017.

ZACCHI, Marina Sallovitz; CHAGAS, Marta Maria; BARRETO, Rosângela (Orgs.). **Renda Irlandesa**: catálogo de produtos da renda irlandesa em Sergipe. Aracaju/SE: IPHAN, 2014.

EDU0364 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Estudo das concepções e práticas educativas ocorridas nos continentes europeu e americano entre os séculos XVI e XX. Gênese e consolidação da chamada Escola Moderna. Discursos e modelos pedagógicos em circulação no período. Educação escolar e Estado Nação. Transformações do mundo do trabalho e práticas educativas.

Bibliografia básica

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. 606 p.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (V. 1, 2 e 3)

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo, SP: Ática, 2007.

Bibliografia complementar

BRETAS, Silvana Aparecida. **A Criação da Universidade Federal de Sergipe**: história, política e formação da comunidade acadêmica (1950 - 1970). São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2014.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade S. Francisco, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **A Cartilha do Barnabé**: a educação pública municipal no governo Conrado de Araujo 1959-1963. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1996.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Série educação contemporânea)

MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. (Coleção história da educação.)

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911 - 1926). São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2013.

EDU0365 – DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO**

Créditos: C.H. total: 60h C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 C.H. Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Conceito de Direitos Humanos e de educação como direito. História, fundamentos e princípios dos direitos humanos e relações com o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. direitos humanos e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito educacional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Formação para a cidadania: educação e direitos humanos em ação. Direitos humanos e práticas educativas. Transversalidade e transdisciplinaridade na educação em direitos humanos. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

ADORNO, Sérgio. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. In: MICELI, Sérgio (org.) O Que Ler na Ciência Social Brasileira. Vol 4. São Paulo: Ed. Sumaré/Anpocs, 2002.

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Polícia e Direitos Humanos**: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

- BICUDO, Hélio Pereira. **Direitos humanos e sua proteção**. São Paulo: FTD, 1997.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Educação e metodologia para os direitos humanos**: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- CALDEIRA, Teresa. **Direitos Humanos ou privilégio de bandidos? Novos Estudos** CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 30:162-174, jul.1991.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos**: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico- metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos**: sugestões pedagógicas / Paulo César Carbonari. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010. In: <http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2009/03/direitos-humanos-sugestoes-pedagogicas.pdf>.
- MARQUES, V. T. ; SPOSATO, KARYNA BATISTA ; LOURENCO, Luiz Claudio . **Direitos Humanos na Democracia Contemporânea**: velhos e novos embates.. 1. ed. Rio de Janeiro: BONECKER, 2018. v. 3. 226p.
- PAGLIUCA, José Carlos Gobbi. **Direitos Humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro, MESQUITA NETO, Paulo de. **Direitos Humanos no Brasil**: perspectivas no final do século. Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Pesquisas, n. 11, São Paulo,1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Lua Nova, 1997, nº 39.
- SILVA, Aída Maria Monteiro & TAVARES, Celma (Orgs.). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez editora, 2010.
- SILVEIRA, V. O. ; SPOSATO, K. B. ; LOPES, A. M. D. . **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2015. v. 1. 682p .
- TOSI, Giuseppe. **História e atualidade dos direitos do homem**. In: In Neves, Paulo Sérgio da Costa; Rique, Célia D. G.; Freitas, Fábio F. B. (orgs). **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Bagaço.
- Bibliografia complementar**
- COMPARATO, Fábio K. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos - Introdução** (p. 13 a 81). 7a Ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 12. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- GONÇALVES, Tamara Amoroso. **A proteção à liberdade sexual feminina como expressão da tutela da dignidade humana**: os direitos sexuais da mulher na contemporaneidade – p. 32 a 53, em Manual dos Direitos da Mulher. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- LAFER, Celso. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)** p. 297 a 329 em História da Paz MAGNOLI, Demétrio (organizador). São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SEDA, Edson. **Construir o Passado ou Como Mudar Hábitos, Usos e Costumes, tendo Instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Ed. Malheiros, 1993.
- EDU0075 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM I**
- CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: -**
- Ementa:** A Psicologia como Ciência: teorias, métodos e pesquisas. Psicologia do Desenvolvimento: especificidades, interdisciplinaridade e interfaces com a educação. Desenvolvimento Humano: abordagens clássicas, modernas e contemporâneas. Ciclo de Vida e Desenvolvimento Humano. Temas de Psicologia do Desenvolvimento, Educação e Prática Pedagógica: funções executivas, memória, emoções e sentimentos, pensamento, linguagem e representação, socialização, psicomotricidade, atualidades.
- Bibliografia básica**
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. [1 volume].
- GAZZINGA, M. S., IVRY, R. B., & MANGUN, G. R. **Neurociência cognitiva**: a biologia da mente. Artmed, 2006.
- PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SALLES, J. F., HAASE, V. & MALLOY-DINIZ, L. **Neuropsicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- Bibliografia complementar**
- ABERASTURY, A. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

FERREIRO, Emília Teberosky, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LA TAILLE, Ives de; DANTAS, Heloysa; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias genéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1996.

LANE, S. T. M & Codo, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MUSSEN, P. H. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harbra, 1995.

OLIVIERA, Marta Kohl de. **Vygotsky, Aprendizado e Desenvolvimento : um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PIAGET, J. **Problemas de Psicologia Genética**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural: Os pensadores, 1983.

SHAFFER, David R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Tradução de Cíntia Regina Pemberton Cancissu. Revisão Técnica de Antonio Carlos Amador Pereira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

EDU0404 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE INTRODUÇÃO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Inserção em contextos educativos em espaços formais e não formais a fim de articular marcos teóricos do processo formativo e a problematização da realidade social. Observação de atividades de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; Levantamento de dados acerca da organização e funcionamento da escola. Registro. Análise. Relatório.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso: - www.basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em 28/08/2020.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002

DINIZ-PEREIRA, J. E. e LEÃO, G. (Org.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GARRIDO, Selma (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, A. **Professores. Imagens do futuro presente**. Educa: Lisboa, 2009.

REDIN, Marita Martins et al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Trad. Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

EDU0076 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM II

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: EDU0075 (PRO)

Ementa: Aprendizagem Humana: campo, objetos e pesquisa em psicologia. Psicossociogênese da Aprendizagem. Teorias Modernas de Aprendizagem: século XX e crise da escola. Teorias Contemporâneas de Aprendizagem: desafios, caminhos e perspectivas. Aprendizagem Humana, Escola e Prática Pedagógica.

Bibliografia básica

BRUNER, J. S. **O processo da educação**. Trad. Lólio L. de Oliveira. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1971. (Col. Cultura, Sociedade, Educação, 4)

CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens**. São Paulo, Avercamp, 2004.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

HEIDBREDE, E. **Psicologias do século XX**. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. KLEIN, M. **A Psicanálise de Crianças**. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do

Psicólogo, 1999.

PIAGET, J. **A Equilíbrio das Estruturas Cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SÁNCHEZ, Jesús-Nicássio García. **Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SKINNER, B.F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982. VYGOSTKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Portugal: Edições 70, 1995. **Bibliografia complementar**

ALHEIT, Peter. **Aprendizagem biográfica**: dentro do novo discurso da aprendizagem ao longo da vida. In: LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

AMBRÓSIO, M. **Avaliação, os registros e o portfólio**: ressignificando os espaços educativos no ciclo das juventudes. Petrópolis: Vozes. 2015.

BENDER, M. **Psicologia da comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CAMBAÚVA, L. G.; SILVA, L. C.; FERREIRA, W. **Reflexões sobre o estudo da história da psicologia**. Estudos de psicologia, Natal, v. 3, n. Alegre: Penso 2013. ERIKSON, Erik Homburger. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERNANDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FURTH, Hans G. **Piaget na Sala de Aula**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.

GAGNÉ, R.M. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

GARDNER, Howard. **Abordagens múltiplas à inteligência**. In: LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

JARCIS, Peter. **Aprendendo a ser uma pessoa na sociedade**: aprendendo a ser eu. In: LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

KEGAN, Robert. **Que “forma” transforma?** Uma abordagem construtivo-evolutiva à aprendizagem transformadora. In: LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LA TAILLE, Ives de; DANTAS, Heloysa; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teorias genéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1996.

LANE, S. T. M & Codo, W. (Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 1984.

MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento**: as bases da compreensão humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEZAN, Renato. **Freud**: a trama dos conceitos. São Paulo, Perspectiva, 1982.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. **Contribuições da Psicologia e Epistemologia Genéticas para a Educação IN**: CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à Psicologia da Educação**: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2004.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa**: a teoria e textos complementares. In:_. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. São Paulo: Livraria da Física, p. 123-142, cap. 5. 2011 b.

OLIVIERA, Marta Kohl de. Vygotsky, **Aprendizado e Desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SHIRAHIGE, Elena Etsuko; HIGA, Marília Matsuko. **A Contribuição da Psicanálise à Educação**. IN: CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à Psicologia da Educação**: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2004.

ZIEHE, Thomas. **“Problemas normais da aprendizagem” em jovens**: no contexto de convicções culturais subjacentes. In: LLERIS, Knud. (Org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

EDU0366 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Letramento literário. Leitura e escrita na Educação Infantil. Evolução histórica das concepções de infância, criança, papel do professor e Educação Infantil. Legislação brasileira relativa à Educação Infantil: histórico, fundamentos, repercussões para as políticas públicas e práticas pedagógicas. Especificidades da docência na Educação Infantil. Formação inicial para a docência na Educação Infantil. O currículo e a organização do tempo e do ambiente educativo na Educação Infantil. Documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil. Função sociopolítica e pedagógica das instituições de Educação Infantil e a prática docente: relações étnico-Raciais, inclusão e diversidade.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CEPPI, Giulio; ZINI, Michele. **Crianças, espaços, relações**; como projetar ambientes para a educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. Porto Alegre: Penso, 2015.

GUIMARÃES, Célia Maria; CADORNA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos (Orgs.). **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

HORN, Maria da Graça Souza. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017.

HORN, Maria da Graças S. **Sabores, Cores, Sons, Aromas**: A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **Educação Infantil e registro de práticas**. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETO, Luciana E. (Org.) **Registros na Educação Infantil**. Pappirus, 2018. OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2020.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (Org.). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL Cristine. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2019.

REDIN, Marita et al. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Bibliografia complementar

CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIGE-SMITH, Alice; CRAFF, Anna. **O desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Adriana; CALDERON, Ana Claudia (Orgs.). **Culturas infantis em creches e pré-escolas**: estágio e pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2014.

STACIOLLI, Gianfranco. **Diário de acolhimento na escola da infância**. Campinas: Autores Associados, 2013.

EDU0367 – HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Compreensão da criança e infância a partir da análise das dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas que as envolvem. A socialização da criança no contexto da modernidade. História do atendimento da infância no Brasil. Infância e cidadania. Infância e práticas pedagógicas. Infância e cultura.

Bibliografia básica

ARIÈS, PHILIPPE. **História Social da Criança e Infância e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOTO, C. **O desencantamento da criança**: entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN, M. Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOAN, Walter O. **Lugares da infância**: filosofia. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, M. & SARMENTO, M. J. (Org.). **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando campos. In: As crianças: contexto e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução Suzana Menescal. Graphia Editorial, São Paulo: 1999. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

RIZZINE, Irene e Irma - **A Institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente - Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina S. **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia complementar

STEPHANOU, Maria; CAMARA, Maria Helena. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. (v1.1)

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L.M. **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 35-82.

WARDE, Mirian Jorge. **Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil**. Perspectiva 25.1 (2007): 21-39

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito : -

Ementa: O texto e sua caracterização como formalização linguística do discurso na perspectiva da leitura e da escrita. Fatores de textualidade. Coesão e coerência textuais. Distinção entre tipos e gêneros textuais.

Bibliografia básica:

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora.

Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de artigos científicos. São Paulo: Editora Avercamp, 2004. **Manual de resumos e comunicações científicas.** São Paulo: Editora Avercamp, 2005. MACHADO, Anna Rachel. **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004. **Planejar textos acadêmicos.** São Paulo: Parábola, 2005.

Bibliografia complementar:

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LETRL0034 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: O ensino de LIBRAS na educação da Infância, como possibilidade de viabilizar um contexto linguístico bilíngue. Introdução a comunicação em libras. Pedagogia visual com práticas que lançam mão dos elementos da cultura, identidade e da língua de sinais como: contação de história ou estória, jogos, brinquedos e brincadeiras, cultura visual e literatura surda. Introdução ao SingWriting (escrita de sinais) e Atendimento Educacional Especializado. Alfabetização e letramento em Libras. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BARRETO, M; BARRETO, R. **Escrita de sinais sem mistérios.** 2. ed., Salvador, v. 1: Libras Escrita, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras,** e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.** Vol. I: Sinais de A a L. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2001. p.17-25.

CRUZ, R. S. **Análise das brincadeiras de faz-de-conta em crianças surdas usuárias de Língua Brasileira de Sinais.** Tese (doutorado). Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2008.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macêdo. **Atendimento Educacional Especializado.** SEESP /SEED / MEC Brasília/DF – 2007 45p.

DORZIAT, Ana (Org.); ARAÚJO, Joelma R. de; SOARES, Filipe Paulino. **O Direito dos surdos à Educação: que Educação é essa?** Porto Alegre: Meditação, 2011.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto:** curso básico. 9 ed., Rio de Janeiro: WalPrint

KISHIMOTO, Tizuko M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação. 2009. Gráfica e Editora. 2009.

MORATI, P. B. **Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem?** Trabalho de conclusão de curso em Informática na Educação. IM-NCE, UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema de SignWriting:** língua de sinais no papel e no computador. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

Bibliografia complementar

BARROS, M. E. Elis - **Sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais.** Editora Penso. 2015.

COSTA, E. S.; SILVA, V. S.; SOUZA, V. R. M. A escrita de língua brasileira de sinais por meio do sistema SignWriting em Sergipe. In: SOUZA, R. C. S. (Org.). **Perspectivas sobre educação inclusiva.** São Cristóvão: Criação Editora, 2015

OLIVEIRA, C. M.; SILVA, J. A. T. **O uso do lúdico no atendimento ao aluno surdo nas salas de atendimento educacional especializado** – AEE. Encontro Alagoano de Educação Inclusiva, 6., Maceió, UFAL, v. 1, nº 1, 2016.

PIMENTEL, I. F.; SABINO, E. B. **Jogos adaptados utilizados como recurso pedagógico facilitador para o ensino de Libras em Castanhal.** In: Cintedi, 2., Campina Grande, 2016. *Anais...* Campina Grande: Cintedi/Realize, 2016.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos:** efeitos de modalidade e práticas pedagógicas. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (orgs.). *Temas em Educação Especial IV.* São Carlos: EdUFSCar, 2004. p. 55- 61.

SILVA, R. G. **Educação bilíngue:** ludicidade no ensino de Libras a partir da Educação Infantil. Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico, Boa Vista, v. 1, nº 2, 2016.

SOUZA, F. F.; SILVA, D. N. H. **O corpo que brinca:** recursos simbólicos na brincadeira de crianças surdas. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, nº 4, p. 705-712, 2010.

SOUZA, R. C. S. **Educação especial em Sergipe:** uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Dissertação de

Mestrado em Educação – Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2000.

SOUZA, V. R. M. **Vivência de inclusão**. Dissertação de Mestrado em Educação – Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2000b.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

EDU0368 – EDUCAÇÃO E CULTURAS DIGITAIS

CR: 04 C.H. total: 60h C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Digitalizações e processos de subjetivações no contemporâneo. Culturas digitais, educações e formação de professores. Inclusão digital e cidadania: desafios. Pedagogias culturais nas tecnologias digitais: formas hiper desenvolvidas de subjetividades. Revolução tecno-social e crises paradigmáticas. Aprendizagens múltiplas em culturas digitais: espaços e tempos de aprender e se relacionar. Cultura da convergência, cultura participativa e educação. Culturas digitais na contemporaneidade: outras educações, outras subjetivações. Tendências. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 78).

FELDENS, Dinamara G.; VILAS-BÔAS, Ester F.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do N.; BORGES, Fabrícia T. (Orgs.)

Formação de professores e processos de aprendizagem: rupturas e continuidades. Salvador: EDUFBA, 2011. 330 p.

FILHO, José Aires C.; SILVA, Maria A. da; MAIA, Dennys Leite. **Lições do projeto um computador por aluno:** estudos e pesquisas no contexto da escola pública. Fortaleza. Editora EdUECE, 2015. 331p.

FRANÇA, Lillian Cristina Monteiro; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; GOUY, Guilherme Borba. **Educação a Distância:** ambientes virtuais, TIC e universidades abertas. Aracaju. Editora Criação, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

GARCIA, Regina Leite. **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LÉVY, Pierre. **Ciberespaço?**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MACHADO, Gláucio J. Couri; SOBRAL, Maria Neide (Orgs.). **Conexões:** Educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

OLIVEIRA, José Mário Aleluia. **Currículos-Hipertextos-Pops**. Tese [Doutorado em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte]. Unicamp. Campinas-SP, 2001, 153p.

PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres:** A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2002.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de; OLIVEIRA, José Mário Aleluia. **Questões extemporâneas das culturas digitais em educação**. Revista EDaPECI. São Cristóvão (SE) v.14. n. 2, p. 284-298 maio/ago. 2014.

SOUZA, Divanízia do N. (Org.). **Mídias na Educação sob o olhar de professores autores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

SOUZA, Divanízia do N. (Org.). **O ensino de ciências e matemática e seus protagonistas**. Curitiba: CRV, 2014.

STRAUBHAAR, Joseph D. **Comunicação, Mídias e Tecnologias**. Tradução: José Antonio Lacerda Duarte. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VALENTE, José Armando(Org.). **Formação de educadores para o uso da informática na escola**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 2003.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Biaconcini de. **Formação de Educadores a Distância e Integração de Mídias**. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

Bibliografia complementar

CANDAUI, Vera Maria. (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e no aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAUI, Vera Maria (Org). **Reinventar a Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 1.

COSTA, Marisa Vorraber. **Poder, discurso e política cultural:** contribuições dos estudos culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

EISENBERG, José e CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política:** teoria e prática da democracia eletrônica. Belo

Horizonte: Editora UFMG, 2002.

KRESS, Gunther. **O ensino na era da informação**: entre a instabilidade e a integração. In: GARCIA, Regina Leite Garcia e MOREIRA, Antonio Flávio. (Orgs.) Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 2003.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998. (Coleção TRANS).

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LINHARES, R. N. **Gestão em Comunicação e Educação**: o audiovisual no espaço escolar. Maceió: EDUFAL, 2007.

LINHARES, R. N.; LOUREIRO, M. José e RAMOS, Fernando. **Políticas de gestão pedagógicas das TIC na educação**: Reflexões sobre os modelos de Brasil e Portugal. VII Simpósio de Organização e Gestão Escolar, Universidade de Aveiro, 2012.

M.E.C. (Ministério da Educação e Cultura). **Parâmetros Curriculares Nacionais (Terceiros e Quartos Ciclos do Ensino Fundamental)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

EDU0369 – DIDÁTICA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Compreensão, a partir de sua história, dos fundamentos que constituem o objeto de estudo da Didática com ênfase no seu sentido etimológico e originário. Discussão, com base nas tendências pedagógicas, da evolução dos conceitos da Didática. Análise da Didática em suas relações, seus saberes, sua práxis, e decisões frente a ação de ensinar, em particular, no que se refere ao plano e planejamento de ensino. Didática da alfabetização e letramento.

Bibliografia básica

COMÊNIO, Johann Amos. **Didática magna**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 2014. (online).

FARIAS, Isabel Maria Sebino. **Didática e Docência**: aprendendo a profissão: Brasília: Liber Livro, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rita. **Didática**. In Presença Pedagógica. Mar. Ab. 1995.

ROMÃO, Eliana. **Conviver em rede e aprender enredado**. In: SOBRAL, ROMÃO e. al. Didática online. 2017.

ROMÃO, Eliana. **A educação do educador na sociedade maquina**: a ética e estética da docência e do desejo de docer. In: Filos e Educa, Campinas, SP, v. 10 n. 1, p. 58-89, jan/abr. 2018. (online).

SAVIANI, Dermeval. **Tendências e correntes da Educação Brasileira**. In: Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos (org.), **Temas de Pedagogia**: diálogos entre Didática e currículo. Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Celso. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político- pedagógico. Libertad, 1989.

VEIGA, Ilma Passos et. al. **Técnicas de Ensino**: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.

Bibliografia complementar

PARO, Vitor Henrique. **As implicações didático-pedagógica e apego à reprovação**. In: Reprovação Escolar: renúncia à educação. São Paulo; Xamã, 2003.

PENNAC, Daniel. **Diário da Escola**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

ROMÃO, Eliana et. al. **Arte Fílmica e práticas de formação inicial de professores**. In: Caleidoscópios por entre imagens, gêneros, educações e histórias. Ed. Unit, UFPE e Universidade de Sorbone, 2015.

ROURE, Glacy Queiróz. **Quadro-negro**: escrita, experiência, memória, história. P. 288 a 307. In: LIBÂNEO, José Carlos (org.), Temas de Pedagogia: diálogos entre Didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem e prática pedagógica bem-sucedida**: mediações do projeto político-pedagógico na escola. In: Avaliação da Aprendizagem; componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez: 2011.

EDU0370 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Histórico da educação especial. Políticas públicas de inclusão e exclusão. Fundamentos do ensino inclusivo, currículo e inclusão. Inclusão do cego, do surdo, do deficiente mental e das demais deficiências. Legislação e deficiência. Alfabetização e letramento na Educação Inclusiva. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural sobre Educação Inclusiva.

Bibliografia básica

BONETI, L. W. (org). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LARROSA, J. e SKLIAR, C. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PALHARES, M. S. (org). **Escola inclusiva**. São Paulo: EdUFSCar, 2002.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BOAVENTURA, de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**, O Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez, DA; DV; DM; DI e DF. Brasília, 2010.

LANA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles Mundo Singular, **Entenda o Autismo**. FONTANAR, 2012.

SOUZA, R. C. S, **Educação especial do século XIX ao início do século XX**: cuidar e educar para civilizar. Editora Criação: Aracaju-SE, 2013.

SOUZA, V. R. M. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. Editora-UFS: Sergipe, 2010.

Bibliografia complementar

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: os alunos com deficiência visual – baixa visão e cegueira. Universidade Federal do Ceará. V 03. Fortaleza, 2010.

LOBO, Lilian Ferreira. **Os Infames da História**: pobres, escravos e deficientes no Brasil Rio de Janeiro. Lamparina, 2008. 2

MANZINI, Eduardo José; DELIBERATO, Débora. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos para comunicação alternativa. Ed. MEC. 2ª. ed. Brasília, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. (1938) Ed. WVA. Rio de Janeiro, 1997.

EDU0371 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: EDU0366 (PRO)

Ementa: Letramento literário. Leitura e escrita na Educação Infantil. Especificidades da docência com bebês e crianças bem pequenas. Abordagens pedagógicas nacionais e internacionais para a educação de crianças em creches. Interrelações entre cuidar e educar: aspectos históricos, fundamentos e práticas educativas. Planejamento do ambiente educativo: brincadeiras, interações, espaços, materiais, tempo e atividades de atenção pessoal (alimentação, descanso e higiene). Documentação pedagógica e avaliação de bebês e crianças bem pequenas.

Bibliografia básica

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. Porto Alegre, 2010.

BONDIOLO, Anna e MANTOVANI, Silvana. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAIRUGA, Rosana Rego; CASTRO, Marilene Costa de; COSTA, Marcia Rosa da (Orgs.). **Bebês na escola**: observação, sensibilidade e experiências essenciais. Porto Alegre: Mediação, 2014.

DOURADO, Marília. **Fios da infância**: entrelaçamentos no início da vida; Didática para professores em creches. Baobá, 2019.

GANDINI, Lella; EDWARDS, C. **Bambini**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GOLDSCHMIED, Elinor e JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GONZALEZ-MENA, Janet; EYER, Widmeyer Dianne. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche**: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARTINS FILHO, Altino José. **Educar na creche**: uma prática construída par aos bebês e com os bebês. Mediação: 2016.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de O. (Org.). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; ARAÚJO, Sara Barros (Orgs.). **Modelos pedagógicos para a educação em creche**. Portugal: Porto, 2018.

RAMOS, Tacyana Karla Gomes.; ROSA, Ester. Calland de S. **Os saberes e as falas de bebês e suas professoras**. Autêntica, 2012.

SOARES, Suzana Macedo. **Vínculo, movimento e autonomia na educação até três anos**. Omnisciência: 2017.

Bibliografia complementar

FARIA, Ana Lúcia Goulart; VITA, Anastácia (Org.). **Ler com bebês**. Campinas: Autores Associados, 2014.

GUIMARÃES, Daniela de O. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. Cortez: 2011.
STAMBAK, M.; RAYNA, S.; VERBA, M.; SINCLAIR, H.; LÉZINE, I. **Os bebês e as coisas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

EDU0372 – FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Conceitos de Alfabetização e Letramento. Concepções e métodos de alfabetização e práticas de leitura, escrita e reescrita que possibilite o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade autoral. Mobilizar práticas da cultura impressa, semiótica e digital no processo de desenvolvimento dos conhecimentos linguísticos orais e escritos. Envolver práticas de leitura, escrita e reescrita que possibilitem o desenvolvimento do senso estético, criativo, crítico, imaginativo da realidade. Desenvolver ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos para que se promova práticas de Letramentos. Estabelecer relações de intertextualidade e interdiscursividade por meio do fenômeno fonológico, sintático e semântico da língua. Produção de Projeto como prática pedagógica de alfabetização e Letramento.

Bibliografia básica

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: Gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2006.
BRASIL. **Política Nacional de Educação (PNA)**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2016.
BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2012.
CURY, Carlos R.; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro A. C. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.
FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do alfabetizar letrando**: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 2012.
FERRAZ, Obdália (org.). **Educação, (multi)letramentos e Tecnologias**: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019.
FERREIRO, Emília. **Os filhos do analfabetismo**: da oralidade a escrita. Porto Alegre: Artes Medicas, 1991.
_____. **Alfabetização em Processo**. Porto Alegre /RS: Mediadora, 1989.
LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.
MORAES, José. **Alfabetizar para a Democracia**. Porto Alegre: Penso, 2014.
SANTOS, Fábio Cardoso dos; MORAES, Fabiano. **Alfabetizar Letrando com a Literatura Infantil**. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2014.
SOARES, Magda. **Alfabetização**: uma questão de método. São Paulo: Contexto, 2018.
_____. **Linguagem e Escola**. São Paulo: Contexto, 2017.
WIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

Bibliografia complementar

GASPERETTI, Marco. **Computador na educação**: guia para o ensino com as novas tecnologias. São Paulo: Esfera, 2001.
GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
KLEIMAN, Angela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995a. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).
MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil**: uma História de sua História. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
SANTOS, Fátima A. C. **Falação em sala de aula**: a indisciplina escolar em reflexão, uma reflexão dialético-dialógica da lingüística aplicada. São Paulo: Mercado das Letras 2014.
SCHILLING, Flávia. **Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

EDU0373 – FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM MATEMÁTICA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito:-

Ementa: Discussão sobre ensino e aprendizagem de matemática no processo de alfabetização na perspectiva do letramento. Estudo sobre a construção da idéia de número, a estrutura lógica do sistema de numeração decimal e as operações fundamentais. Compreensão do desenvolvimento do pensamento geométrico das crianças nas relações com o espaço e as formas. Estudo sobre os processos de medição, registro e uso de medidas. Aplicação de estratégias que envolvam estatísticas e probabilidade na produção, organização, divulgação e leitura de informações. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural. Reflexão sobre princípios e práticas de avaliação do ensino e aprendizagem em matemática.

Bibliografia básica

CASTRO, J. P. de; RODRIGUES, M. **Sentido do número e organização de dados**: texto de apoio para educadores da infância. Lisboa: DGIDC/Ministério da Educação, 2008.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MENDES, M. de. F.; DELGADO, C. C. **Geometria**: texto de apoio para educadores da infância. Lisboa: DGIDC/Ministério da Educação, 2008.

RAMOS, L. F. **Conversas sobre números, ações e operações**: uma proposta criativa para o ensino da matemática nos primeiros anos. São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia complementar

KAMII, C. **A criança e o número**. 39. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NACARATO, A. M. **Eu trabalho primeiro no concreto**. Revista de Educação Matemática, v. 9, n. 9-10, São Paulo: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2005.

SANTOS, V. M. P. dos. **Avaliação de aprendizagem e raciocínio em matemática**: métodos alternativos. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, Instituto de Matemática/UFRJ.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Figuras e formas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2003.

ZOGAIB, S. D.; SANTOS-WAGNER, V. M. P. dos. **Crianças, desenhos e resolução de problemas na educação infantil**.

EDU0374 - TEORIAS DO CURRÍCULO**

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Conhecimento das Teorias do Currículo tradicionais, críticas e pós-críticas, considerando os aspectos históricos, pedagógicos, socioeconômicos e culturais presentes nas teorias curriculares. Teorias pedagógicas, Teorias do Currículo e organização pedagógica da escola. Debates contemporâneos sobre o campo do currículo escolar. BNCC.

Bibliografia básica

ARROYO, M. G. **Currículo: Território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Pp. 9 a 33.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso: - www.basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em 28/08/2020.

DIAS, I. S. **Competências em Educação: conceito e significado pedagógico**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78.

DUARTE, N. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Revista Brasileira de Educação. SP: n. 18. Set/Out/Nov/Dez 2001. Pp. 35-40.

GALLO, Sílvio. **Disciplinaridade e transversalidade**. In: ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino). Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GOMES, N. L. **Diversidade e Currículo**. In: MOREIRA, A. F.; CADAU, V. M. Indagações sobre currículo: conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HERNÁNDES, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, A. F. B. (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias do Currículo****. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SACRISTAN, G. J. **O currículo**. Uma reflexão sobre a prática. 3 ed., Porto Alegre: ArtMed, 1996.

SACRISTÁN, A. G; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Pp. 149-195.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VEIGA NETO, Alfredo. **Currículo, cultura e sociedade**. Revista Educação Unisinos. Vol. 5, jul/dez, 2004. p. 157-171.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados. Brasília: Editora Plano, 2004.

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo: o que é e porque é importante**. Cadernos de Pesquisa. v. 44, n. 151, p.190/202. Jan/Mar. 2014.

Bibliografia complementar

DEWEY, John. **A escola, a sociedade e a criança e o currículo**. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: s.n, 1969.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. São Paulo: Papirus, 16 ed. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e democracia**. São Paulo: s.n. 1986.

TABA, Hilda. **Elaboración Del currículo: teoria y practica**. Buenos Aires, 1974.

SACRISTAN, G. J. **O currículo**. Uma reflexão sobre a prática. 3 ed., Porto Alegre: ArtMed, 1996

ZOTTI, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores

Associados. Brasília: Editora Plano, 2004.

SACRISTÁN, A. G; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Pp. 149-195.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VEIGA NETO, Alfredo. **Currículo, cultura e sociedade**. Revista Educação Unisinos. Vol. 5, jul/dez, 2004. p. 157-171.

EDU0375 - ALFABETIZAÇÃO E GÊNERO TEXTUAL

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: EDU0372 (PRO)

Ementa: Linguagem e Constituição Subjetiva; Leitura e Compreensão do Texto, Função Social e Textual em Interação Semiótica; Gênero e Tipologia Textual; Produção de Textos: esquemas e estratégias; Escrita e Reescrita de Gêneros textuais; Práticas de Análise de Textos; Canais e Suportes Textuais; Textos Híbridos: da intertextualidade a ampliação de competências. Sequência Didática dos gêneros textuais.

Bibliografia básica

ANTUNES, Irlandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação (PNA)**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2016.

BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2012. CAGLIARI, L.C. **Alfabetizando sem bá-bé-bi-bo-bu**. São Paulo: SCIPIONE, 1999.

CURY, Carlos R.; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro A. C. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. Porto Alegre /RS: Mediadora, 1989.

GOULART, C.; GONTIJO, C.M.M.; FERREIRA, N.S.A. **A Alfabetização como Processo Discursivo**: 30 anos de “A Criança na Fase Inicial da Escrita”. São Paulo: Cortez, 2017.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MICHELETTI, Guaraciaba. **Enunciação e Gêneros Discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, João B. A.; CASTRO, Juliana C. J de. **Usando textos em sala de aula**: tipos e gêneros textuais. 3ª Ed. Ver. Brasileira: Instituto Alfa e Beta, 2008 (coleção ABCD)

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e Compreende**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Fábio Cardoso dos; MORAES, Fabiano. **Alfabetizar Letrando com a Literatura Infantil**. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2014.

SMOLKA, Ana Luiza. **A criança na fase inicial da escrita**: alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1985.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: uma questão de método. São Paulo: Contexto, 2018. SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**. São Paulo: Contexto, 2017.

WIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

Bibliografia complementar

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**: leitura e produção. Campinas-SP: ASSOESTE/UNICAMP, 1984.

EDU0108 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CR: 04 C.H. total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Ética e Educação. Educação e Trabalho. Organização e funcionamento da educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/96. Plano Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Formação do Professor e Trabalho Docente. Educação Básica em Sergipe.

Bibliografia básica

ALVES, Nilda. VILLARDI, Raquel. **Múltiplas leituras da Nova LDB**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Rio de Janeiro: QualitymarkDunya, 1997.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (orgs.) **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas: Editora Alínea, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Nilson José. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. ver. amp. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

VALLE, Lílían do. **A escola e a nação**: origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: editora Letras& Letras, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição**. Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de.; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Bibliografia complementar

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Arquitetura e grupos escolares em Sergipe**: a relação entre espaço e educação na escola primária. In: Outros tempos. vol.7, n.10, p.119-142, dez. 2010.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Aracaju: SEED/UFS, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive.

500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira, v.2).

EDU0376 - EDUCAÇÃO E CORPORALIDADE

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Articular conhecimentos da corporeidade e da educação em suas diferentes dimensões no âmbito dos saberes educacionais, filosóficos, sociais e estéticos, experimentados em aulas expositivas, dialogadas e práticas de caráter extensionista.

Bibliografia básica

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas-SP: Papirus, 1994.

MOREIRA, W. W. et al. **Corporeidade aprendente**: complexidade do aprender viver, In: Moreira, W. W. (Org.). *Século XXI: a era do corpo ativo*. Campinas: Papirus, 2006. p. 137-154.

Bibliografia complementar

ASSMANN, H. **Paradigmas educacionais e corporeidade** 5. ed. Piracicaba: UNIMEP, 2014.

GALLO, S. **Corpo ativo e filosofia**. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Século XXI: a era do corpo ativo*. Campinas, SP: Papirus, 2016.

GARCIA, Regina Leite. **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NOVAES, Adauto. **O homem-máquina**: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

EDU0405 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

C.H. total: 90 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão: 0) Pré-requisito: EDU0371 (PRO)

Ementa: Desempenho de atividades de caráter teórico-prático que possibilitem vivenciar processos de investigação e problematização da educação infantil como indispensáveis ao exercício da docência na Educação Infantil, considerando o campo de estágio e o arcabouço teórico da pedagogia e da infância. Observação, elaboração e desenvolvimento de propostas na Educação Infantil, considerando a importância dessa etapa na formação da criança para os demais estágios/etapas de seu desenvolvimento escolar.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da (Org.). **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **A Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GHEDIN, Evandro, et. al. **Estágio com Pesquisa**. Cortez, São Paulo: 2015.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. (Orgs.).

Educação Infantil: Formação e Responsabilidade. Campinas: Papirus, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática?

8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar

LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA-FORMOZINHO (org). **A Escola Vista pelas Crianças**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Col. Docência em Formação).

SÁ, Eduardo. **Chega-te a mim e deixa-me estar**. Lisboa, Portugal: Oficina do livro, 2010. ZABALZA, Miguel Angel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

EDU0377 – AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito : -

Ementa: Pressupostos teórico - metodológicos da avaliação. Avaliação de Políticas de Educação, Programas, Projetos e currículos. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Instrumentos e procedimentos de avaliação. Sistemas avaliativos do desempenho escolar em nível nacional, estadual e municipal no Brasil. Influências na avaliação do desempenho e aprendizagem do aluno.

Bibliografia básica

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
AMANTE, Lúcia; OLIVEIRA, Isolina. (coords.). **Avaliação das aprendizagens: perspectivas, contextos e práticas**. Lisboa: Universidade Aberta, 2016.
HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
HOFFMAN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 22.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
HOFFMAN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista**. 41.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar: julgamento ou construção**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 2016

Bibliografia complementar

DIAS SOBRINHO, Jose. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação** in: RISTOFF, D. & ALMEIDA JUNIOR, V.P. **Avaliação Participativa, perspectivas e desafios**. Brasília, INEP, 2005.
FERNANDES, D. **Avaliar para aprender**. Fundamentos, práticas e políticas SP: Editora Unesp, 2009.
FREITAS, L.C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v.26, n.92, p.911-933, out 2005.
FREITAS, L.C. SORDI, M.R.L. MALAVASI, M.M. S; FREITAS, H.C.L. **Avaliação educacional Caminhando pela contramão**. Petrópolis : Vozes, 2009.
NOVAES, Ivan Luiz; PARENTE, Cláudia da Mota Darós (Org.) **Múltiplos olhares sobre avaliação, Política e Gestão Educacional**. Salvador: EDUNEB, 2012.
PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PARENTE, Juliano Mota. **Avaliação, política e gestão da educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
RICO, Elizabeth Melo Rico (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2009.
SORDI, M.R.L **Implicações ético-epistemológicas da negociação nos processos de avaliação institucional participativa**. Educ. Soc, Campinas, v.33, n.119, abr-jun 2012, p.485-512.
SORDI, M.R.L. & SOUZA, E. **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública : a Rede Municipal de Educação de Campinas como espaço de aprendizagem** Campinas: Millenium, 2009
TENÓRIO, Robinson Moreira. FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçaí de Magalhães (orgs.). **Avaliação e resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar**. Salvador: EDUFBA, 2012.

EDU0378 – FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Aspectos históricos, sociais e políticos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Legislação Educacional da EJA. Políticas públicas educacionais envolvendo as agendas internacionais e os temas das Conferências Mundiais no que tange a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Desafios contemporâneos para a Educação de Jovens e Adultos na modalidade escolar e não escolar. Experiências escolares e não escolares e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos com especial atenção aos movimentos da sociedade civil organizada como os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos de Sergipe e do Brasil. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no âmbito do trabalho na contemporaneidade. Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos.

Bibliografia básica

BEISIEGEL, C. R. **Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.
BRANDÃO, C. R.. **Lutar com a palavra**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985. FREIRE, Paulo. **A importância do ato**

de ler. 51ed. São Paulo: Cortez: 2011. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. & ROMÃO, E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

HADDAD, S. **Estado e Educação de Adultos**. Tese (doutorado). São Paulo: FEUSP, 1991. PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, Jane. **Direito formal e realidade social da Educação de Jovens e Adultos**. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. pp.21-64.

Bibliografia complementar

ARROYO, M. G. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES RIO BONITO

DO IGUAÇU – PR. **Caderno Pedagógico EJA. Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos**. Paraná: Rio Bonito do Iguaçu, 2005-2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **De angicos e ausentes: 40 anos de educação popular**. Porto Alegre: MOVA-RS; CORAG, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

OLIVEIRA, Martha Khol de. **Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago.2004. p. 211-229.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação.n 12, Set/Out/Nov/Dez, 1999.

PAIVA, Jane. **Direito formal e realidade social da Educação de Jovens e Adultos**. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2009. (p 21-64).

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de educação de jovens e adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Estudos em EJA).

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Uma história da alfabetização de adultos no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, 440 pp.(p. 257 – 277).

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Alfabetização de pessoas jovens e adultas: outras miradas, novos focos de atenção**. In: SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2009. (pp.65 – 89).

EDU0379 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 15) Pré-requisito: -

Ementa: Formação social brasileira e as relações étnico-Raciais no Brasil. Legislação que institui o Ensino da História da África e dos Afro-brasileiros, lei 10.639/2003, da lei

11.645/2008 que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Conceituação e a reflexão sobre raça, racismo, preconceito, miscigenação, culturas e etnias no plural; interculturalidade; oralidade e africanidade em práticas sociais escolares e não escolares. Educação das relações étnico-Raciais na formação de professores. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos indígenas e ensino de História: a lei 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade**. In: Barroso, Vera Lucia Maciel et all (org.) **Ensino de História – Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: ST: Exclamação: Anpuh/RS, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura)**. Brasília/DF, 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CANDAUI, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MEIRELES, Mariana Martins de. **Educação, diversidade e diferenças: olhares (des)colonizados e territorialidades múltiplas**. 1. ed., Curitiba: CRV, 2015.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.

PEREIRA, Amílcar Araujo (org.) **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Júnia Sales. **Diálogos sobre o Exercício da Docência** – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. Educação & Realidade - ISSN 0100-3143. v. 36, n. 1 (2011).

WALSH, C. **Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial**: in-surgir, re-existir e re- viver. In: CANDAU, V. M. Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2009. pp. 12-42.

Bibliografia complementar

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. IN: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith Pompeu (Org.). Tânia Mara Pedrosa Müller 2 Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes. p. 25-57, 2002.

BRITO Angela Ernestina Cardoso de. **Educação de mestiços em famílias inter-Raciais**. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2004.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica**: A supremacia racial e o branco anti- racista. Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv, p. 607-630, 2010.

_____. O branco-objeto: **O movimento negro situando a branquitude**. Instrumento Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 13, n. 1, 2011.

CAVALLERO, Eliane. **Racismo e anti-racismos na educação**: repensando a escola. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001, p. 11-37.

FERREIRA, Paulo. A. B., MÜLLER, Tânia M. P. **O ensino de história no ensino médio e as relações Raciais**: para além da lei nº 10.639/2003. Educere et Educare (versão eletrônica), v. 10, p. 729 - 740, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Depois da Democracia racial**. Tempo Social. SP: 2006, p.269-286.

HASENBALG, Carlos et GONZALES, Lélia. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LANDER, E. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In: LANDER, E (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

MIRANDA, Claudia; PASSOS, Ana Helena. **Estudos críticos da branquitude e Educação afrocentrada**: novos aportes para uma educação anti-racista. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador: Editora da UFBA, 2011.

MÜLLER, Tânia M. P. **A África e o Negro no livro didático do ensino fundamental** In: Estudos Africanos: múltiplas abordagens. 1 ed. Niterói: Eduff, 2014, v. 1, p. 306-336.

COELHO, Wilma B. N. **A Lei 10.639/03 e a formação de professores**: trajetória e perspectivas In: Relações Étnico-Raciais e Diversidade. 1 ed. Niterói: EdUFF/Alternativa, 2014, v.1, p. 59-86.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Varrendo a sala para levantar poeira**: o branco numa aula sobre a história e cultura afro-brasileira. Revista da ABPN. Dossiê Branquitude. Brasília, ABPN, v. 6, n. 13 mar. – jun. 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957](a). Revista da ABPN. Dossiê Branquitude. Brasília, ABPN, v. 6, n. 13 mar. – jun. 2014.

ROSSATTO, César; GESSER, Verônica. **A experiência da branquitude diante de conflitos Raciais**: estudos de realidades brasileiras e estadunidense. 2001 In: CAVALLERO, Eliane. Racismo e anti-racismos na educação: repensando a escola. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001, p. 11-37.

REIS, Eneida de Almeida dos. **Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não-branco**. São Paulo/ SP: Editora Altana, 2002.

SANTOS, Boaventura. S. e MENESES, Maria. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, CES, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). SP: Cia das Letras, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Annablume Ed., 2015.

EDU0406 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

C.H. total: 90 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão: 0) Pré-requisito: EDU0378 (PRO)

Ementa: Contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem do jovem e/ou adulto na educação básica. Abordagem teórico-prática para a modalidade, numa perspectiva crítico- reflexiva e investigativa, considerando as realidades dos diferentes contextos da Educação de Jovens e Adultos. Diferenciadas possibilidades de recursos didáticos para a alfabetização de jovens e adultos. Produção escrita a partir da observação, investigação da realidade escolar e da prática pedagógica desenvolvida.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARLINI, Alda Luiza. Procedimentos de Ensino: Escolher e Decidir. In: SCARPATO, Marta (Org.) **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.p. 25-84.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CONEPE - Conselho de Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Universidade Federal de Sergipe. **Resolução 10/2018**. Regulamenta estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios de graduação e estágios para egressos/trainee no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, e dá outras providências. São Cristóvão: Sala das sessões, 23 de abril de 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e propostas. 2.ed.. São Paulo: Cortez, 2000. (Guia da escola cidadã: Instituto Paulo Freire, 5).

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Papirus, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

Bibliografia complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 11. ed. Paz e Terra, 2003.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Leôncio José, Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

EDU0380 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Aspectos históricos e legais da Educação Ambiental no mundo e no Brasil. Meio Ambiente, crise ambiental e o movimento ambientalista. Formação de professores para Educação Ambiental. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural. Práticas e atividades em Educação Ambiental nos espaços escolares e não escolares.

Bibliografia básica

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental**: a formação de sujeito ecológico. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal, o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 1996.

LEFF, Enrique (Org.) **A complexidade Ambiental**. Blumenau: Cortez, EDIFURB, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAN, Emilio F. **Meio ambiente e ciências sociais**: interações homem-ambiente e sustentabilidade. Tradução Carlos Slak. São Paulo: SENAC São Paulo, 2011.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org) **Metodologias em Educação Ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,

2007.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 4.reimpr., 2006. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores** : redes de saberes. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2008.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira. **Educação ambiental**: o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju, SE: Editora Criação, 2010. 328

BRANCO, Sandra. **Meio ambiente e educação ambiental na educação infantil e no ensino fundamental** 1. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010 (Oficinas aprender fazendo).

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. (Docência em formação Saberes pedagógicos).

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SATO, Michéle (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 120 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. (Coleção Papirus Educação).

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARCONDES, Ayrton Cesar; SOARES, Paulo Antônio de Toledo. **Curso básico de educação ambiental**. São Paulo: Scipione, 1991.

OLIVEIRA, Elísio Marcio de. **Educação ambiental uma possível abordagem**. 3. ed. Brasília, DF: IBAMA, 2006. (Coleção Meio Ambiente; Série Educação Ambiental 2).

PELOZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI** : no Brasil e no mundo. São Paulo, SP: E. Blucher, 2010.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

SANTOS, Felipe Alan Souza; PARDO, Maria Benedita Lima. **Educação ambiental**: um caminho possível. Porto Alegre, RS: Redes Editora, 2011.

EDU0381 - PESQUISA EM EDUCAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Bases histórico-filosóficas sobre a pesquisa em educação. Produção científica como instrumento para pensar criticamente o fenômeno da educação. Relação entre teoria e prática no processo da investigação científica em educação. A ética na pesquisa em ciências humanas e educação. O cotidiano da prática educativa em instituição escolar ou não escolar como fonte de pesquisa. Etapas básicas de elaboração do projeto acadêmico (temática. escolha do tipo de trabalho de TCC, problema, hipótese, procedimentos metodológicos e técnicas). Normas acadêmicas do trabalho científico.

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023- **Informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - **Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 – **Informação e documentação – citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002. AZANHA, J. P. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BARROS, I. G. e SANTANA, J. M. F. ABNT. **Manual ilustrado para normalização de trabalhos acadêmicos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015.

BRETAS, S. A. e SOBRAL M. N. (org.) **Pesquisa em educação**: Interfaces, experiências e orientações. Maceió: EDUFAL, 2014

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A pesquisa em educação e a qualidade da educação básica**. JC e-mail 4281, de 16 de junho de 2011.

FAZENDA, I. (Org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento** – 2ª ed. – Campinas: Papirus, 1997.

FAZENDA, I. ; LINHARES, C. & TRINDADE, V. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo

Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

FEITOSA, V.C. **Redação de texto científico**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1991.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. I FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan/abr. 2004.

GERALDI, C. M. C. (et. all.) **Cartografia do trabalho docente: professor (a) pesquisador** (a). Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.

GUERREIRO, I. C. Z. ; MINAYO, M. C. S. **O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas**: a necessidade de diretrizes específicas. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 23 [3]: 763-782, 2013.

SANCHEZ GAMBOA, S. A. **As diversas formas do conhecimento** : bases histórico- filosóficas da pesquisa em educação. In Filosofia e Educação [RFE] – Volume 9, Número 3 – Campinas, SP Outubro de 2017-Janeiro de 2018 – ISSN 1984-9605 – p. 120-148.

GATTI, M.B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil** – Brasília: Plano, 2002.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar

ALVES, M. A. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. In **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004, 312p.

FRANCO, Maria Laura Publi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. Ed. Liber Livro Editora, 2008.

UMA CIDADE SEM PASSADO. Filme. Direção: Michael Verhoeven. Alemanha Ocidental. 1990.

EDU0382 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Essa disciplina propõe compreender aspectos determinantes da formação da estrutura agrária brasileira e sua conformação como projeto de educação na educação rural. Relações econômicas e sociais contemporâneas no campo e na cidade e os projetos de educação para o campo. Práticas educativas escolares e não escolares nas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. O currículo das escolas do campo em escolas seriadas e multisseriadas. O papel dos movimentos sociais na educação do campo. Alfabetização e letramento em classes multisseriadas. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural sobre Educação do Campo.

Bibliografia básica

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo** : processos históricos e pedagógicos em relação. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

ARROYO, Miguel et.al. (orgs.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação Escolar Indígena**: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-214, maio/ago. 2007.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** , Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória** . In: THERRIEN, Jaques e DAMASCENO, Maria Nobre (orgs). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, R. **Por uma educação do campo** : traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez;

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. p.147-158.

CALDART, Roseli Caldart. **Intencionalidade na Formação de Educadores do Campo** . Cadernos do ITERRA. Ano VII. nº 11 – Maio, 2007.

ENQUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola** : educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MONARCHA, Carlos. **Cânon da reflexão ruralista no Brasil** : Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Editora da Unijuí, 2007.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P.; VELLOSO, A. D. **A educação para quilombolas** : experiência de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO). Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma Educação do Campo**: campo – políticas públicas – Educação. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2008.

SHOR, Ira. FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOARES, Maria José Nascimento Soares. **Processo Formativo-educativo e a prática pedagógica no MST/SE**. São Cristóvão: EDUFS, 2010.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Márcia Regina et al. **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma. São Paulo: Ação Educativa, PRONERA, 2004.

ARROYO, Miguel. **Os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo**. In: Cadernos Temáticos – A educação do campo. Curitiba, SEED, 2005.

BORGES, Heloisa da Silva. VILHENA JUNIOR. Waldemar Moura. **Educação do campo e as políticas sociais públicas**. Boa Vista: Editora UFRR, 2015.

CALDART, Roseli & CERIOLI, Paulo Ricardo & KOLLING, Edgar Jorge (orgs.). **Educação do Campo**: identidades e políticas públicas. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

JESUS, Sonia Meire S. A. **Por um tratamento público da educação do campo**. In.: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de Souza. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, F. J. dos; MOURA, T. V. **Políticas Educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente**: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M (orgs.). Escola de direito: reiventando a escola multisseriada. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2012.

EDU0383 – SABERES E CONHECIMENTOS DA ARTE EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA*

CR.: 04 C.H. total: 60h C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Pedagogia dos projetos. A criança e o imaginário. Funções e princípios das Artes na educação. As Artes como produtoras de saberes e de conhecimentos. O fazer criativo e processo de alfabetização e letramento. Percepção visual do mundo das artes: visuais, ciências, musicais e corporais, contribuindo para construção de um olhar crítico no exercício de sua cidadania. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural. Saberes e conhecimentos das Artes na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Competências e habilidades em Artes conforme a BNCC. Avaliação no ensino da Arte.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Milton José de. **Introdução à leitura das imagens e dos sons no cinema e na televisão**. São Paulo, Cortez, 2001.

BACHELARD, Gastor. **O Ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso: - www.basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em 28/08/2020.

BUORO, Anamélia Bueno. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Ludmila. **Aspectos de uma estética Deleuziana**. In: <http://www.rizoma.net/hp01.htm>.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.

CANDAUI, Vera Maria. (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e no aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. **Poder, discurso e política cultural**: contribuições dos estudos culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. (Org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Tradução: Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Cinema 2).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte**: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GARCIA, Regina Leite. **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: Danças, piruetas e mascaradas**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. (Org.). **Disciplina e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: EDUSP, 1993.

NASCIMENTO, Evandro. **Derrida e a Cultura**. IN: NASCIMENTO, Evandro, GLENADEL, Paula (orgs.) Em torno de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 9-26.

OLIVEIRA, José Mário Aleluia. **Currículos-Hipertextos-Pops**. Tese [Doutorado em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte]. Unicamp. Campinas-SP, 2001, 153p.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Cinema e poética de Subjetivação**. IN: BARTUCCI, Giovana (org.). *Psicanálise, Cinema e Estética de Subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

Bibliografia complementar

BIDDINGTON'S POP ART GALLERY. In: <http://www.biddingtons.com/content/pedigreepop.html>.

CANDAU, Vera Maria (org). **Reinventar a Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.V. 1.

CRUZ, Décio Torres. **O pop: literatura, mídia e outras artes**. Salvador: Quarteto, 2003. DALI, Salvador. In: <http://www.dali-gallery.com>.

FADIGAS, Nuno. **Inverter a Educação: de Gilles Deleuze à filosofia da educação**. Portugal: Porto Editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas para quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

HONNEF, Klaus, Andy Warhol 1928-1987: **El arte como negocio**. Germany: Taschen, 2000.

GALERIA PINHOLE. <http://eba.ufmg.br/cfaliери/intro.html>.

PORTAL DA ARTES. In: http://www.portalartes.com.br/portal/historia_arte_pop_art.asp. Visitado em 30 de setembro de 2004.

PORTAL BOSSA NOVA. In: <http://www.bossanova.mus.br/musicas/atequemsabe.htm>.

RIOS, Guillermo. **A captura da diferença nos espaços escolares: um olhar deleuziano**. Revista Educação & Sociedade. Jul/Dez 2002. Porto Alegre: UFRS, 2002.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROLNIK, Suely. **Despachos no museu: sabe se lá o que vai acontecer...** In: RAGO, Margareth.

ORLANDI, Luiz B. L. VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAMPAIO, Camila Pedral. O cinema e a potência do imaginário. IN: BARTUCCI, Giovana (org.). **Psicanálise, Cinema e Estética de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EDU0384 – SABERES E CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA INFÂNCIA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15)

Pré-requisito: EDU0375 (PRO)

Ementa: Pedagogia dos projetos. Processo de compreensão escrita alfabética pela criança. Aspectos fonológicos, semânticos, morfológicos e sintáticos no processo de compreensão da escrita alfabética. O que a criança deve aprender a respeito da Língua Portuguesa nos primeiros anos do ensino fundamental. Oralidade. Leitura. Escrita. Análise lingüística. Ensino da ortografia nas séries iniciais do ensino fundamental. Literatura e alfabetização. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular (Educação Infantil e Ciências da Natureza)** Brasília, DF, 2016.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 2008. CAGLIARI, L. C. **Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 2009.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo Ática, 2004.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**: perspectivas lingüísticas. São Paulo: Contexto, 2010.

VAL, M.G.C. **Alfabetização e língua portuguesa**: livros didáticos e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Bibliografia complementar

ABRAMOVICCH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2008.

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2003.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. G. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. MORAIS, A. G. **Ortografia**: ensinar e aprender. São Paulo Ática, 1998.

RANGEL, J.N.M. **Leitura na escola**: espaço para gostar de ler. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017. VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. VIGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

EDU0385 – SABERES E CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA INFÂNCIA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: EDU0373 (PRO)

Ementa: Pedagogia de projetos. Reflexão sobre documentos oficiais e curriculares que normatizam o trabalho com matemática na infância, com ênfase na BNCC. Discussão a respeito da relação entre a história da matemática e a compreensão de conceitos matemáticos. Análise da metodologia de resolução e elaboração de problemas envolvendo números naturais e racionais, grandezas e medidas, álgebra, geometria, estatística e probabilidade. Aprofundamento de questões relacionadas à avaliação da aprendizagem em matemática. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular (Educação Infantil e Ciências da Natureza)** Brasília, DF, 2016.

ITERACAMBI, Ruth Ribas; BERTON, Ivani da Cunha Borges. **Geometria, brincadeira e jogos**: 1º ciclo do ensino fundamental. São Paulo: Livraria da Física, 2008.

LOPES, Celi Espasandin. **O ensino da estatística e da probabilidade na educação básica e a formação de professores**. Caderno CEDES, Campinas, v. 28, n. 74, p. 57-73, jan./abr. 2008.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos**

iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RAMOS, Luzia Faraco. **Conversas sobre números, ações e operações**: uma proposta criativa para o ensino da matemática nos primeiros anos. São Paulo: Ática, 2009.

SILVA, Célia Leme da; VALENTE, Wagner Rodrigues. (Orgs.). **A geometria nos primeiros anos escolares**: história e perspectivas atuais. Campinas, SP: Papirus, 2014.

Bibliografia complementar

FIorentini, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

KALEFF, A. M. M. R. **Vendo e entendendo poliedros**. 2.ed. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.

LORENZATO, S. (Org.). **O laboratório do ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SANTOS, V. M. P. dos. **Avaliação de aprendizagem e raciocínio em matemática**: métodos alternativos. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, Instituto de Matemática/UFRJ.

EDU0386 - SABERES E CONHECIMENTOS DA HISTÓRIA NA INFÂNCIA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: As concepções da História e relações no processo de ensino e aprendizagem. Desenvolvimento do conceito de tempo na infância. Alfabetização e letramento histórico. A aprendizagem e a avaliação no ensino da História. Relações entre memória e História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a História local. Os conceitos básicos do Ensino de História. Políticas públicas para o ensino de História. Reflexões sobre a BNCC para o Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Projetos de trabalho no Ensino de História. O livro didático para o Ensino de História. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2004. 408 p.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993. 82 p.

FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. (Org.s) 1ª edição.

PMA/SEPLAN, 2005. 236 p.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju – 1855/1865**: ensaio de evolução urbana. 1ª edição. Aracaju: [s.n.] 1945. 62 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida D. de. (Org.s) **Dicionário de História**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 247 p.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense.

SOUTO, Paulo Heimar. **"É como se tivesse a roça e faltasse a enxada"**: Formação em serviço de professores de história em áreas interioranas. 1ª edição. Macapá: UNIFAP. 2015. 264 p.

Bibliografia complementar

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) **Textos para a História de Sergipe**. 1ª edição. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. 294 p.

KARNAL, Leandro. (Org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.

SIMAN, Lana Mara de C.; FONSECA, Thaís Nívea de Lima e Fonseca. (Org.s)

Inaugurando a História e construindo a nação. 1ª edição. São Paulo: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Luciano. **Caminhos de uma escrava da África a Sergipe**. 1ª edição. Aracaju: IFS, 2019 125 p.

EDU0387 - SABERES E CONHECIMENTOS DA GEOGRAFIA NA INFÂNCIA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Pedagogia dos projetos. Alfabetização geográfica na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Geografia crítica, Sociedade em transformação e Educação. Noções espaciais topológicas, projetivas e relacionais na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Competências e habilidades no ensino de Geografia na BNCC. O livro didático de Geografia, sua análise e avaliação. O meio em que se vive sua orientação e localização geográfica. A ambiência e as formas de representação do espaço geográfico. Currículo, Aprendizagem e Avaliação do ensino de Geografia nos anos iniciais. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução**

CNE/CP Nº 2, de 22 de novembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

CASTROBIOVANNI, A. Carlos e COSTELLA, Roselane Zordan. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos**: A alfabetização espacial. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006.

TONINI, I. M.; Goulart, L. B. et alli. **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: o ensino e a representação. São Paulo. Contexto. 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2004.

EDU0388 – SABERES E CONHECIMENTOS DA NATUREZA NA INFÂNCIA*

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Pedagogia dos projetos. Saberes e Conhecimentos no cotidiano da Educação Infantil. Meio Ambiente e recursos naturais. Corpo Humano. Noções de Saúde e Higiene. Origem e evolução dos seres vivos. Alfabetização e Letramento científico. Avaliação e metodologia do ensino da Ciência. O livro didático de ciências para os anos iniciais do ensino fundamental. Perspectivas do Ensino de Ciências em documentos oficiais, em especial na BNCC. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BRANCO, Sandra. **Meio ambiente e educação ambiental na educação infantil e no ensino fundamental**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010 (Oficinas Aprender Fazendo).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular (Educação Infantil e Ciências da Natureza)** Brasília, DF, 2016.

BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil**. 2ª ed. São Paulo: Biruta, 2009.

KRAMER, Sonia et al. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 14. Ed. São Paulo, SP: Ática, 2007. (Série Educação em Ação).

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho (Org.). **Ensino de ciências naturais**: saberes e práticas docentes. Teresina: EdUFPI, 2013.

Bibliografia complementar

ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. **A Didática das ciências**. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n.05, d 17 dez. 2009. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 120p. (Questões da Nossa Época; 26).

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. **Metodologia do Ensino de Ciências**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

DELIZOICOV, Demétrio; PIERSON, Alice; ANGOTTI, José André. **Metodologia do ensino de ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério - 2º grau. Serie Formação do Professor).

GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção Formação de Professores.)

KRAMER, Sonia. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KINDEL, Eunice Aita Isaia. **A docência em ciências naturais: construindo um currículo para o aluno e para a vida**. Erechim, RS: EDELBRA, 2012. (Entre nós, Anos Finais do Ensino Fundamental).

LLEIXÀ ARRIBAS, Teresa. **Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sonia (Org.). **Educação infantil: enfoques em diálogo**. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Série Prática Pedagógica).

SOUSSAN, Georges. **Como ensinar as ciências experimentais: Didática e formação**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

TIRIBA, Léa. **Crianças, Natureza e Educação Infantil**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2005.

VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis/RS: Nova Harmonia, 2012.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

EDU0389 - POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Estudo das características das instituições de ensino no aspecto de administração e de gestão. Limites e perspectivas para a gestão democrática da escola. Tipos de gestão e papel do gestor. Desenvolvimento organizacional e planejamento estratégico. Comunicação institucional. Avaliação da eficácia institucional. Financiamento da educação. Avaliação de políticas públicas.

Bibliografia básica

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: lei nº 9.394/96/ apresentação Esther Grossi. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 104p.

FORTUNATI, J. **Gestão da educação Pública: caminhos e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRANCISCO Fº, G. **A administração Escolar analisada no processo histórico**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

FREITAS, L.C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. 6.ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Rio de Janeiro, ano base 2005.

LIBÂNEO, J.C. (et. al.) **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez: 2003. Página 5 de 5.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PARO, V. H. **Educação Como Exercício do Poder: Crítica ao Senso Comum em Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de Diretores: A Escola Pública Experimenta a Democracia**. 2ª ed. rev. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Bibliografia complementar

AFONSO, A.J **Para uma conceptualização alternativa de accountability em Educação**. Educ. Soc, Campinas, v.33, n.119, abr-jun 2012, p.471-484.

AFONSO, A.J. Um **olhar sociológico em torno da accountability em educação** In: ESTEBAN, M.T. & AFONSO, A.J Olhares e interfaces. Reflexões críticas sobre a Avaliação São Paulo: Cortez 2010.

AFONSO, Natercio A Direcção Regional de Educação: um espaço de regulação intermédia In: BARROSO, J (org) **A regulação das políticas públicas de educação**. Espaços, dinâmicas e actores, Lisboa: Educa, 2006.

ÂNGULO RASCO, J.F. O planeamento da qualificação da escola: o leigo graal da mudança educacional In: MURILLO, F JAVIER & NUNOZ-REPISO, M. **A qualificação da escola um novo enfoque**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.103-

- BARROSO, J. (org.) **A escola pública: regulação, desregulação e privatização Portugal**: Asa Edições, 2003.
- BARROSO, J. **A formação dos professores e a mudança organizacional das escolas** in: FERREIRA, N.S.C. Formação continuada e gestão da educação 2. ed São Paulo: Cortez 2006.
- BARROSO, J. **Políticas educativas e organização escolar**. Lisboa, 2005.
- BROOK, N & SOARES, J.F **Pesquisa em eficácia escolar**. Origem e trajetórias Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BRYK, A.S & SCHNEIDER, B Trust in schools. **A core resource for improvement New York** : Russell Sage Foundation 2002.
- DIAS SOBRINHO, J. & BRITO, M.R. F. **La educacion superior en Brasil**: principales tendencias y desafios In: SEGRERA, F.L.; BROCK, C ; DIAS SOBRINHO, J La educacion superior em America Latina y El Caribe 2008 (Principales tendencias y desafios (Ed especial) Avaliação 2008 Campinas, Sorocaba, V.13, N 2 , Julho
- FREITAS, L.C **Os reformadores empresariais da educação** : da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação Educ. Soc, Campinas, v.33, n.119, abr-jun 2012, p.379-404
- FREITAS, L.C. **Qualidade negociada**: avaliação e contra-regulação na escola pública. Educação & Sociedade, Campinas, v.26, n.92, p.911-933, out 2005.
- MAC BEATH, J et AL. **A história de Serena**. Viajando rumo a uma escola melhor. Porto, Portugal: Asa, 2000
- NOVAES, Ivan Luiz; PARENTE, Cláudia da Mota Darós (Org.) **Múltiplos olhares sobre avaliação, Política e Gestão Educacional**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PARENTE, Juliano Mota. **Avaliação, política e gestão da educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
- REYNOLDS, D et al **Conectando a eficácia e o melhoramento escolar** In: BROOK,N & SOARES, J.F Pesquisa em eficácia escolar. Origem e trajetórias Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008
- RICO, Elizabeth Melo Rico (org.) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2009.

EDU0407 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C.H. total: 90 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão:0)

Pré-requisito: EDU0375 e EDU0369 (PRO)

Ementa: Desempenho de atividades de caráter teórico-prático que possibilitem vivenciar processos de investigação e problematização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como indispensáveis ao exercício da docência neste nível de ensino, considerando o campo de

estágio e o arcabouço teórico da pedagogia, da alfabetização e da Didática. Observação, elaboração e desenvolvimento de propostas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SCARPATO, Marta (Org.) **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- CONEPE - Conselho de Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Universidade Federal de Sergipe. **Resolução 10/2018**. Regulamenta estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios de graduação e estágios para egressos/trainee no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, e dá outras providências. São Cristóvão: Sala das sessões, 23 de abril de 2018.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Papirus, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

Bibliografia complementar

- ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.). **O sentido da escola**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Col. Questões da Nossa Época, v. 6).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 18. Ed. São Paulo: Libertad, 2010.

EDU0085 - TRABALHO E EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: A categoria trabalho na forma societal contemporânea. O novo ordenamento legal e suas repercussões no

processo de trabalho. As diferentes mediações sociais entre trabalho, educação e práxis. Trabalho e educação e formação humana: da realidade a possibilidade. As mudanças no mundo do trabalho e as consequências para o trabalho docente.

Bibliografia básica

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Aurea, NETO, Edgard, SOUZA, Gilberto. **A proletarianização do professor:** neoliberalismo na educação. São Paulo, Sudermann, 2009.

FERRETTI, Celso, SILVA JR, João dos Reis, OLIVEIRA, Maria Rita (Orgs). **Trabalho, formação e currículo**. São Paulo, Xamã, 1999.

FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora, FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs). **A intensificação do trabalho docente:** tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Bibliografia complementar

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luis (Orgs).

Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Autores Associados, 2002.

.ORSO, Paulino José (Org.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

EDU0390 – EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Estudos feministas. Gênero enquanto categoria analítica e histórica. Formas de poder e movimentos sociais minoritários: mulheres, feministas e LGBTQI. Diversidade sexual e Teoria *queer* no campo da educação. Políticas Culturais e Currículo: gênero, corpo, sexualidade, inclusão, raça/etnia, geração, campo.

Bibliografia básica

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu. Campinas, n. 42, p. 249- 274, jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis: Vozes. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às Teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Bibliografia complementar

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EDUFERN, 2014.

BENTO, B. **Transviad@s:** gênero, sexualidades e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

CARVALHO, M. E. P.; et al . **Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI** : inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. João Pessoa: EDUFPA, 2016.

COLETIVAS, G. T. **Nós Trans:** escrituras de resistência. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017.

CONCEIÇÃO, N. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

JUNQUEIRA, R. D. Escola e Homofobia. **Pátio Revista Pedagógica**. RS, Artmed, mai/jul 2009, PP. 28-31.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia na escola. Brasília, MEC/SECAD, 2009, PP.13-52.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, J. M. Trânsitos de gênero: leituras queer/trans* da potência do rizoma gênero. In: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

PEREIRA, M. M. **Fazendo gênero no recreio:** a negociação do gênero em espaço escolar. Lisboa: ICS – Instituto de Ciências Sociais, 2012.

PLATERO, R.L., LANGARITA, J. A. La docencia encarnada, sexuada y generizada. Dos experiencias incómodas. Pedagogia i Treball Social. **Revista de Ciències Socials Aplicades**, 5 (1): 57-78, 2016.

EDU0409 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

C.H. Total: 120 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão:0) Pré-requisito: EDU0381 (PRO)

Ementa: Levantamento bibliográfico com base na temática e tipo de TCC escolhidos que possam fundamentar os processos formativos estudados. Levantamento de referências complementares para auxiliar nas análises e sistematizações de escrita do texto. Preparação do relatório do trabalho acadêmico. A escrita e reescrita do texto. Normas de apresentação do trabalho acadêmico. O processo de comunicação do trabalho acadêmico – o debate público da razão.

Bibliografia básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Bibliografia complementar

MARCHIONI, R. **Escrita Criativa**: da ideia ao texto. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

EDU0410 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

C.H. Total: 120 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão:0) Pré-requisito: EDU0409 (PRO)

Ementa: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme o tipo de TCC escolhido: produção de artigo científico; projeto de intervenção pedagógica em realidade escolares e/ou não escolares, individual orientado; produto pedagógico (material didático impresso e/ou digital); produção bibliográfica de livros infantis, memorial ou monografia.

Bibliografia básica

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**. Buscando Rigor e Qualidade. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: Feusp, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

EDU0391 - VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Memórias e narrativas do próprio processo de alfabetização. Formação de espaço de convergência e integração dialógica sobre observações e estudos dos processos de alfabetização obtidos a partir das disciplinas que versaram sobre a alfabetização e letramento e dos Estágios Curriculares. Vivências em atividades de Educação Infantil, e, em alfabetização e letramento com a produção/socialização de projetos e sequências Didáticas interdisciplinares para os anos iniciais do ensino fundamental, com enfoque nos eixos da oralidade, leitura, escrita e análise linguística, considerando os contextos educativos em espaços formais e não formais, articulando marcos teóricos do processo formativo e a problematização da realidade social. Elaboração de sínteses reflexivas sobre vivência/experiência em situação de ensino e aprendizagem com alunos com deficiência e com não deficiência. Memórias e narrativas de processos avaliativos ao longo do curso de Pedagogia resultando em montagem de portfólio. Ações potencializadoras de aproximação da ação pedagógica extensionista. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico- cultural.

Bibliografia básica

BATISTA, Ingrid Naiara. **As práticas pedagógicas das professoras alfabetizadoras e a análise das escritas espontâneas de seus estudantes**. Um estudo no ciclo de alfabetização. Monografia. Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2018.

BRANDÃO, Ana Carolina Perussi; LEAL, Telma Ferraz. Em busca da construção de sentidos: o trabalho de leitura e produção de textos na alfabetização. In: Brandão, Ana Carolina Perussi e ROSA, Ester Calland de Sousa (orgs). **Leitura e produção de textos na alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

MORAIS, Arthur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. QUANDO SINTO QUE JÁ SEI. TODO MUNDO APRENDE DO MESMO JEITO? Direção:

Antonio Sagrado, Raul Perez, Anderson Lima. **Documentário**. Distribuição: Despertar filmes, 2010.

SCHNEUWLY, Bernard; Dolz Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo; Mercado de letras, 2004

Bibliografia complementar

BAFFI, M. A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
SOARES, Magda. **Alfabetrar**. Toda criança pode aprender ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

EDU0109 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:15) Pré-requisito: -

Ementa: Natureza e especificidade do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares. Relações entre o trabalho pedagógico-educacional e o trabalho em geral. Alterações na organização social e seus reflexos na organização do trabalho pedagógico da escola. Dimensões e instrumentos de planejamento, organização, avaliação, participação e gestão pedagógica. Concepções e construção coletiva do Projeto Político-pedagógico da Escola. Desenvolvimento de ação extensionista de caráter científico-cultural.

Bibliografia básica

BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. **Avaliação e organização do trabalho pedagógico**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 08, p. 81-129, 1993.
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. (rev e ampl.). Goiânia: Alternativa, 2004.
LÜCK, Heloísa. **Planejamento e organização do trabalho escolar** In: LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Cap. 2, p. 31-42.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar

FREITAS, Luiz Carlos de. **Críticas da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas, Papirus, 1995.
GADOTTI, Moacir. **A organização do trabalho na escola**. São Paulo: Ática, 1993.
GADOTTI, Moacir; Romão, José E. (orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2002.
PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2008.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Aula**: Gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2008.
ENGUITA, Mariano F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993. FERRETTI, Celso; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs).
Trabalho formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo, Xamã, 1999.
FERRETTI, Celso; ZIBAS, Dagmar; MADEIRA, Felícia; FRANCO, Maria Laura (Orgs).
Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.
GOMES, Alvaro (Org). **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2001.
RAMOS, Marize Nogueira. **Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo, Cortez, 2001.

EDU0408 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL

C.H. total: 90 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 60 Extensão:0) Pré-requisito: EDU0389 (PRO)

Ementa: Desempenho de atividades de caráter teórico-prático que possibilitem vivenciar processos de investigação e problematização da gestão escolar. Observação, registro, planejamento e execução de atividades de gestão em espaços educativos formais e não formais. Análise, avaliação, elaboração de Plano de Ação e socialização de resultados.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.
CONEPE - Conselho de Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Universidade Federal de Sergipe. **Resolução 10/2018**. Regulamenta estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios de graduação e estágios para egressos/trainee no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, e dá outras providências. São Cristóvão: Sala das sessões, 23 de abril de 2018.
CURY, Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão Educacional**: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.
FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
MACHADO, Lourdes Marcelino. Quem “embala” a escola? Considerações a respeito da gestão da unidade escolar. **Administração e Supervisão Escolar**: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2003, p. 71 a 91.
PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo, Editora Ática. 1997.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

Bibliografia complementar

BATISTÃO, Marci. Estágio Supervisionado em Gestão da Educação Escolar. In: **Revista Eletrônica Pro-Docência/UEL**. Ed. 4, Vol 1, jul-dez de 2013. p. 15 a 23.

CARVALHO, Gislene Teresinha Rocha Delgado de; ROCHA, Vera Helena Rosa (orgs.). **Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões**. São Paulo: Andross, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2008.

ZABALZA, Miguel Angel. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

EDU0392– EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

CR:04 C.H. total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré-requisito: -

Ementa: Pressupostos e tendências didático pedagógicas com tecnologias digitais. Uso de aplicativos educacionais em sala de aula. Relação professor-aluno. Reflexões acerca das tecnologias digitais na formação docente. Aprendizagens múltiplas em culturas digitais: espaços e tempos de aprender e se relacionar. Ensino híbrido.

Bibliografia básica

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BEHAR, Patricia Alejandra. **O planeta dos nativos digitais**. Fundamental. A Revista do Professor. Belo Horizonte, n. 8, p.22, maio, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 78).

COLARES, Maria L. I. S.; PACÍFICO, Juracy M.; ESTRELA, George Q. **Gestão Escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

FELDENS, Dinamara G.; VILAS-BÔAS, Ester F.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do N.; BORGES, Fabrícia T. (Orgs.) **Formação de professores e processos de aprendizagem: rupturas e continuidades**. Salvador: EDUFBA, 2011. 330p.

FILHO, José Aires C.; SILVA, Maria A. da; MAIA, Dennys Leite. **Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública**. Fortaleza. Editora EdUECE, 2015. 331p.

FRANÇA, Lillian Cristina Monteiro; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; GOUY, Guilherme Borba. **Educação a Distância: ambientes virtuais, TIC e universidades abertas**. Aracaju. Editora Criação, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

GARCIA, Regina Leite. **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. KHAN, Salman. Um mundo, uma Escola – Educação Reinventada. Rio de Janeiro, RJ: 2013.

MACHADO, Gláucio J. Couri; SOBRAL, Maria Neide (Orgs.). **Conexões: Educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Editora UFMG, 2006.

PRATA, Carmem L.; NASCIMENTO, Anna C. A. de A. (Orgs.). **Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico**. Brasília: MEC, SEED, 2007.

PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

SAMPAIO, Marisa N.; LEITE, Lígia S. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.

SOUZA, Divanízia do N. (Org.). **Mídias na Educação sob o olhar de professores autores**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 195 p.

SOUZA, Divanízia do N. (Org.). **O ensino de ciências e matemática e seus protagonistas**. Curitiba: CRV, 2014. 276p.

STRAUBHAAR, Joseph D. **Comunicação, Mídias e Tecnologias**. Tradução: José Antonio Lacerda Duarte. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VALENTE, José Armando(Org.). **Formação de educadores para o uso da informática na escola**. Campinas, SP:

UNICAMP/NIED, 2003.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Biaconcini de. **Formação de Educadores a Distância e Integração de Mídias**. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

Bibliografia complementar

EISENBERG, José e CEPIK, Marco (Orgs). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

KRESS, Gunther. **O ensino na era da informação**: entre a instabilidade e a integração. In: GARCIA, Regina Leite LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LINHARES, R. N. **Gestão em Comunicação e Educação**: o audiovisual no espaço escolar. Maceió: EDUFAL, 2007.

LINHARES, R. N; LOUREIRO, M. José e RAMOS, Fernando . **Políticas de gestão pedagógicas das TIC na educação**: Reflexões sobre os modelos de Brasil e Portugal. VII Simpósio de Organização e Gestão Escolar, Universidade de Aveiro, 2012.

LITWIN, Edith (org.). **Tecnologia educacional**: políticas, histórias e propostas. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. (Org.). **Disciplina e integração curricular**: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

M.E.C. (Ministério da Educação e Cultura). **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Terceiros e Quartos Ciclos do Ensino Fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

RODRIGUES, A. M. M. (2001). **Por uma filosofia da tecnologia**. In: Grinspun, M.P.S.Z.(org.). Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001.p.75-129.

SANTOS, Júlio César F. **Aprendizagem Significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 2 ed. Porto Alegre, RS: Mediação Distribuidora e Livraria Ltda, 2008.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 7. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.

EDU0411 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM PEDAGOGIA

C.H. Total: 210 C.H. Teórica: 210 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré- requisito:-

Ementa: Atividades extracurriculares, realizadas no âmbito da universidade ou fora dela, relacionadas a programas de estudos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como cursos, seminários, encontros, congressos, conferências, palestras e outros, reconhecidos pelo Colegiado do Curso.

7.2 COMPONENTES OPTATIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

EDU0082 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: A escolarização nos diferentes períodos históricos. Política e educação em Sergipe. Fontes e historiografia da educação em Sergipe.

Bibliografia básica

BRETAS, Silvana Aparecida. **A criação da Universidade Federal de Sergipe**: história, política e formação da comunidade acadêmica (1950-1970). São Cristóvão: Editora da UFS, 2014.

FREITAS, A. G. B.; DANTAS, M. J. **O pesquisador e a lupa**: um olhar para a História da Educação por meio da cultura material escolar. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE- UFES, v. 17, p. 356-379, 2011.

LIMA, José Fernandes de. **Pólo de Novas Tecnologias**: um caminho para o desenvolvimento tecnológico de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2003.

LOIOLA, Inácio. **O olhar de Adilson Andrade sobre a UFS**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação. São Cristóvão: Editora da UFS, 2003.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional**: um estudo das monografias sobre Educação do Departamento de História da UFS (1996-2002). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2003.

SERGIPE, Universidade Federal de. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2021- 2025**.

SOUZA, Eliana. **História e memória**: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012). São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

Bibliografia complementar

CRUZ, José Vieira da. **A autonomia à resistência democrática**: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe (1950-1985).

NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizeti. **A cidade, o trapiche e a Universidade**: UFS Campus de

Laranjeiras. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

SERGIPE, Universidade Federal de. **Relatório de Gestão da UFS: 2004-2012**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

SERGIPE, Universidade Federal de/ Conselho Diretor da UFS. **Galeria dos ex-presidentes**.

São Cristóvão: Editora da UFS, 2015.

EDU0393 - ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito:-

Ementa: O papel da quantificação na pesquisa em educação. Estudos demográficos em educação. Procedimentos, técnicas e algoritmos da estatística como referencial de abordagem do fenômeno educativo. Elaboração de estudo estatístico aplicado à realidade educacional local.

Bibliografia básica

BARBETA, P. A. **Estatística aplicada à Ciências Sociais** – 5ª ed. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

COSTA, S. F. **Estatística aplicada à pesquisa em educação** - Brasília: Plano Editora, 2004.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIR, J. **Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, vol. 81, nº 198, p. 229-243, maio/ago. 2000.

FERRARO, A. R. **Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares** : uma tipologia de análises. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 253-266, jul./set. 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. **Normas de apresentação tabular**. 3ª ed.; Rio de Janeiro, 1993.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Revista Educação e Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, abril 2004, vol. 30, nº 1, p. 11-30.

Bibliografia complementar

CORREIA, E. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe** : territórios em disputa (2007-2015). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2018.

FERRARO, A. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **Educação e desenvolvimento**: onde estamos, e para onde vamos? In Seminário “Brasil em Desenvolvimento” – Instituto Econômico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

HIST0016 - HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0) Pré-requisito: HIST00117 (PRO)

Ementa: Introdução à historiografia brasileira; implantação do novo regime – o Bloco republicano no poder; Messianismo e Bandidismo social; indústria, cidade e movimento operário; crise dos anos 20; revolução de 1930; memória e poder; o golpe de 37 e o Estado Novo; 1945: continuidade e ruptura; nacional – desenvolvimentismo e populismo; o golpe de 1964 e os movimentos sociais; “Nova República”: limites da “redemocratização. A disciplina deverá propiciar elementos para que os alunos produzam conhecimentos e sejam capazes de articular seus próprios discursos, tanto quanto a pesquisa, como no que se refere ao ensino.

Bibliografia básica:

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p

CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975. 518p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário e a república que não foi. SP: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. IN: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados** – escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. SP: LECH, 1979.

DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida fora das Fábricas**. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 16. ed. rev. e ampl. 2ª reimpressão São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 159p.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social** (1890-1920). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 283p.

FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel A. **A formação das tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 1)

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”, in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320p.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio**...modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 116p.

HALL, Michael. “A imigração na cidade de São Paulo”, in: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo**. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, v. 3.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991. 336p.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LEAL, Vitor N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MORAIS, Eduardo J. **Modernismo revisitado**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.220- 238.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. A atuação e a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 209p.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1976. 127p.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol 3: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930). SP: Cia das Letras, 1995.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001

Bibliografia Complementar:

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 117p.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 318p.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio**. O Modernismo e os intelectuais cariocas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, p. 62-77, 1993

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Gilberto Freyre e Oliveira Lima**: Casa Grande e Senzala e o contexto historiográfico do início do século XX. História: [São Paulo], São Paulo, v.20, p.29-44, jan 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

EDU0394 - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL - DUA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré- requisito: -

Ementa: Bases epistemológicas e metodológicas para uma pedagogia inclusiva e não normatizadora; Inclusão e o Processo de Alfabetização e Letramento na perspectiva do desenho universal de aprendizagem-DUA, de pessoas com Deficiências Visual (cegueira e baixa visão), Deficiência Física e/ou Múltiplas Deficiências, Deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autismo -TEA; Atendimento Educacional Especializado –AEE e Tecnologia Assistiva.

Bibliografia básica

- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988. BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017.
- BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.
- BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL, **A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. Caderno de Educação Especial. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. 2012.
- BRASIL, **Coleção a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**, O Atendimento Educacional Especializado para DV; DM; DI; DF e TEA. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2016.
- BRASIL. **Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: Senado, 2012.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988. BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017.

Bibliografia complementar

- CUNHA, E. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- FERRAZ, Obdália (org.). **Educação, (multi)letramentos e Tecnologias**: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. Porto Alegre /RS: Mediadora, 1989.
- FERREIRO, Emília. **Os filhos do analfabetismo**: da oralidade a escrita. Porto Alegre: Artes Medicas, 1991.
- FRAGO, António Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do alfabetizar letrando**: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 2012.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GONÇALVES, F. B. M.; DURAU, K. **Alfabetização e letramento**: quando iniciar o processo de ensino da leitura e da escrita? Fac. Sant'Ana em Revista, v.1, n.2, p.154- 177, 2 sem. 2017.
- JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Série educação contemporânea)
- KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995a. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).
- LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação em Educação**: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.
- MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2010.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil**: uma História de sua História. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- OLIVEIRA, João B. A.; CASTRO, Juliana C. J de. **Usando textos em sala de aula**: tipos e gêneros textuais. 3. Ed. Ver. Brasileira: Instituto Alfa e Beta, 2008 (coleção ABCD).
- PARREIRA, S. L. S. e col. Equipe Interdisciplinar para Utilização de Tecnologias de Comunicação Alternativa e Aumentativa. Fronteiras: **Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.4, n.1, p. 334-342, jan.-jul. 2015.
- PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In.: ARANTES, V. A. (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.
- SANTOS, Fábio Cardoso dos; MORAES, Fabiano. **Alfabetizar Letrando com a Literatura Infantil**. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2014.
- SCHUCHTER, T. M. Políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes pobres no Brasil. In: VICTOR, S. L.;

VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. de (Org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 36-57.

SOARES, Magda. **Alfabetização: uma questão de método**. São Paulo: Contexto, 2018.

SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

VALLE, Luciana de L. D. **Metodologia da Alfabetização**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

ZANARDI, Teodoro A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

ZANELLA, A. V. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. **Temas psicológicos.**, v. 2, n. 2, Ribeirão Preto, p. 97- 110, ago. 1994.

PSIC0093 - AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão: 0) Pré- requisito:-

Ementa: A contribuição da Linguística Gerativa, Funcionalista, Sociolinguística e Teorias do Discurso; teorias, métodos e pesquisas da Psicologia do desenvolvimento em interface com a Educação: especificidades e interdisciplinaridade. Formação do professor/a tradicionalista, construtivista e contemporânea. Ciclo de Vida e Desenvolvimento Humano. Educação e Prática Pedagógica: linguagem verbal e não verbal, comunicação, representação inata e social da fala; linguagem formal e informal na sala de aula - memória, emoções, sentimentos, pensamento, linguagem.

Bibliografia básica

IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CAVALCANTE, M. M.; FILHO, V.C.; BRITO, M. A. P. **Coerência, Referenciação e Ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, I.L.; GORSKI, E. M.; SOUZA, C.M.; MAY, G. H. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e Modernidade: presente e futuro da escola**. Seminário Nacional Infância, Escola, Modernidade. Universidade Federal do Paraná, 1995.

IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IMPROTA, A.. **A Interface Linguística: neurociência da linguagem**. Cad. Est. Ling., Campinas, vol. 49 (2), 2007, p. 151-165.

TRAVAGLIA, L.C. **Na Trilha da Gramática: conhecimento linguístico na Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAUSSURE, F. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar:

BARTHES, Roland. **A morte do autor**. O rumor da língua. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 65.

ZANELLA, A. V. **Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas**. Temas psicol., v. 2, n. 2, Ribeirão Preto, p. 97-110, ago. 1994.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes. 2001.

EDU0395 – BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: O brincar como eixo curricular e sua prática no cotidiano na Educação da infância. O brincar e suas teorias. A brincadeira na infância em diferentes abordagens: filosofia, psicologia, antropologia, sociologia da infância. Brincadeira e construção de conhecimentos. Brincadeira como experiência cultural. Jogo, brinquedo e brincadeira: definições. As culturas infantis na contemporaneidade e o repertório de brinquedos, brincadeiras e práticas lúdicas ao longo da história. Os espaços e tempos do brincar no contexto da Educação Infantil.

Bibliografia básica

ATZINGEN, Maria Cristina Von. **História do brinquedo: para as crianças conhecerem e os adultos se lembrarem**. São Paulo: Alegro, 2001.

BROUGÈRE, Gilles; Wajskop, Gisela. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2005.

COLLARES, Darli. **O jogo no cotidiano da escola: uma forma de ser e de estar na vida**. Porto Alegre: Projeto, 2008.

GARVEY, Catherine. **A brincadeira**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko. **O brincar e suas teorias**. Cengage Learning, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez, 2017.

MOYLES, J. R. **Só brincar? O papel do brincar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIOSKI, Ghandi. **Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário, o brincar**. Editora Peirópolis, 2016.

Bibliografia complementar

CARVALHO, Alysson et al. **Brincar(es)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. GUTTON, Philippe. **O brincar da criança**. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Vera Barros; SOLÉ, Maria Borja; FORTUNA, Tânia Ramos. **Brincar com o outro**. Petrópolis: Vozes, 2010.

EDU0396 – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CR: 04 C.H. total: 60h C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: O que é Educação a distância e seus vários modelos. As Comunidades virtuais de aprendizagem e os ambientes Virtuais de Aprendizagem: definições, fundamentos e práticas. Processos educativos no E-Learning, Blended learning e Mobile learning. Perspectivas na educação de adultos em educação à distância e educação online.

Bibliografia básica

BARRETO, Raquel Goulart(Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância** : avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

FRANÇA, Lílían Cristina Monteiro; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; GOUY, Guilherme Borba. **Educação a Distância**: ambientes virtuais, TIC e universidades abertas. Aracaju. Editora Criação, 2010.

GARCIA, Regina Leite. **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather.Blended. **Usando a Inovação disruptiva para aprimorar a Educação** . Porto Alegre, RS: Penso, 2015.

MACHADO, Gláucio J. Couri; SOBRAL, Maria Neide (Orgs.). **Conexões**: Educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

PRATA, Carmem L.; NASCIMENTO, Anna C. A. de A. (Orgs.). **Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico**. Brasília: MEC, SEED, 2007.

SAMPAIO, Marisa N.; LEITE, Lígia S. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de; OLIVEIRA, José Mário Aleluia. **Questões extemporâneas das culturas digitais em educação**. Revista EDaPECI. São Cristóvão (SE) v.14. n. 2, p. 284-298 maio/ago. 2014.

SOUZA, Divanízia do N. (Org.). **Mídias na Educação sob o olhar de professores autores** . São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 195 p.

STRAUBHAAR, Joseph D. **Comunicação, Mídias e Tecnologias**. Tradução: José Antonio Lacerda Duarte. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Biaconcini de. **Formação de Educadores a Distância e Integração de Mídias**. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

Bibliografia complementar

EISENBERG, José e CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Glaucia dos. **A ação docente do tutor a distância no curso de Licenciatura em Matemática do CESAD/UFS**. Dissertação (Mestrado NPGCIMA). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SILVA, Marco; SANTOS, Edimeia (org). **Avaliação da Aprendizagem em Educação Online**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

EDU0397 – LITERATURA INFANTO-JUVENIL

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Trajetória da Arte literária para crianças e adolescentes: meios e formas de comunicação autor/leitor/texto mediados pelo professor. A formação do gosto pela leitura. Conceitos, características, obras e autores de histórias infantis: clássicas, modernas e contemporâneas. Folclore, teatro e poesia infantil. A literatura na educação escolar. A relação texto e ilustração na Literatura infantil e infanto-juvenil. Técnicas e estratégias da criação literária para jovens leitores na atualidade (intertextualidade, metaficção, paródia, polifonia, etc.) e seus efeitos de sentido. Expressões literárias indígenas e afro-descentes no universo literário infantil e infanto-juvenil brasileiro: temas e propostas estéticas. Proposições metodológicas para elaboração de material didático e de projetos para a leitura literária infantil e infanto-juvenil na escola.

Bibliografia Básica

ANDRUETTO, M. T. **Por uma Literatura sem adjetivos**. Trad. de Carmem Cacciaccaro. São Paulo: Pulo do Gato, 2013.

ANTUNES, B.; CECCANTINI, J. L. C. T. Os clássicos: entre a sacralização e a banalização. In: PEREIRA, R. F.;

BENITES, S. A. L. (Orgs). **À roda de leitura**: língua e literatura. Jornal Proleitura. São Paulo: ARROIO, L. **Literatura Infantil brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

BASTAZIN, V; FURTADO, A. M. G. **Literatura infantil e juvenil**: uma proposta interdisciplinar. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

CADEMARTORI, L. **O que é Literatura infantil**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: LIMA, Aldo de. **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

CASTRILLON, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil** – das origens indo- europeias ao Brasil contemporâneo. 4. ed. revista. São Paulo: Amarelly, 2010.

COLOMER, T. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. (Trad.) Laura, Sandroni, São Paulo: Global, 2017.

GIROTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. (org.). **Literatura e educação infantil**: livros, imagens e práticas de leitura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016

LINDEN, S. V. der. **Para ler o livro ilustrado**. Tradução: Dorothée de Bruchard. São Paulo: SESI-SP, 2018.

MELLO, S. A. Leitura e literatura na infância. In: GIROTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. de (org.). **Literatura e educação infantil**: livros, imagens e prática de leitura. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016

SANDRONI, L. **De Lobato a Bojunga**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 4ª Reimpressão, São Paulo: Global, 2014

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Vera; MARTHA, Alice Áurea. **Conto e reconto**, das fontes à invenção. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

AGUIAR, Vera Teixeira; CECCANTINI, João Luís (Org.). **Poesia infantil e juvenil brasileira**: uma ciranda sem fim. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BARBOSA, Alexandre. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BERALDO, Alda. **Trabalhando com poesia**. São Paulo: Ática, 1990. MELLO, T. de. **Faz escuro, mas eu canto**. São Paulo: Global, 2017

SOARES, Magda. **Literatura infantil, políticas e concepções**. São Paulo: Autêntica, 2008.

EDU0398 - TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Aprofundamento de temáticas específicas em função das demandas do curso.

Bibliografia Básica

Organizada e apresentada com base na demanda de cada semestre letivo, de modo a atender à produção/construção do conhecimento.

EDU0399 - POLÍTICA PÚBLICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Teorias sobre o Estado. Relação Estado-Sociedade civil. Concepção de Educação Laica e financiamento. Questões acerca do Estado de capitalismo periférico e a interferência de setores no investimento da Educação. Educação como Direito. Reforma na educação e Organismos Internacionais – década de 1990. Políticas Educacionais no Brasil. Princípios e práticas de gestão da Educação Nacional: planos, programas, financiamentos.

Bibliografia básica

IANNI, O. **Globalização e a crise do Estado-Nação**. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara: FCL, UNESP, Ano 3, nº 6, 1999.

SHIROMA, E., MORAES M. C. M., EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2011 (4ª Ed.) 37.014 S558p 4. ed.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. In: Revista Outubro, 1.3, p. 19-30, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**, DF, 2014.

Plano Nacional de educação: proposta da sociedade brasileira, 1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2006. In: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

Bibliografia complementar

ANDERSON, P. **Balanco do neoliberalismo**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

EDU0400 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Concepções de Recursos Pedagógicos, Tecnologia Assistiva e sala de Recursos multifuncional. A tecnologia assistiva em prol da inclusão social e educativa. Divisão das categorias assistivas. Softwares de acessibilidade, funções e usos. O objetivo e a importância da comunicação alternativa. Símbolos gráficos. Recursos e serviços de acessibilidade. Sala de recursos multifuncional, materiais e estratégias.

Bibliografia básica

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S.. (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOUZA, Rita de Cácia S., ALVES, Lucas Aribé e Nelma de Cássia. S. S. Galvão (Org.). **A tecnologia assistiva a serviço da inclusão social** – 1. ed. Aracaju/SE: Criação Editora, 2020.

SOUZA, Rita de Cácia S. **Educação, arte e diversidade**. 1. Ed. Aracaju –SE, 2016.

BERCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf.

Bibliografia complementar

BRASIL/MEC/SEESP. **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007.

BROWNING, Nádia, SCHIRMER, Carolina R. Rita Bersch, Rosângela, Machado. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Física. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007.

GOMES, Adriana L. Limaverde (et al). **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência mental. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007.

SÁ, Elizabet Dias de. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência visual. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007.

SOUZA, Rita de Cácia S.(Org.) **Perspectivas sobre educação Inclusiva**. Aracaju: Criação, 2017.

SOUZA, Rita de Cácia S., BORDAS, Miguel Angel Garcia e SANTOS, Clécia Souza.

Formação de professores e cultura inclusiva. 1. Ed. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2014.

SOCIA0010 – CULTURA BRASILEIRA

CR: 04 C.H. total: 60 C.H. Teórica: 45 C.H. Prática (Exercício: 15 Extensão:0)

Pré-requisito: SOCIA0003 (PRR)

Ementa: A cultura brasileira se caracteriza pela diversidade de contribuições e a consequente multiplicidade desse universo: negros, de etnias e culturas diversas, objetos do tráfico e da escravização; índios e suas múltiplas configurações, escravizados, perseguidos e/ou mutilados culturalmente; e brancos de origem cultural europeia, apresentados na qualidade de puros, mas misturados ao longo de seus respectivos processos de construção histórica; a busca da compreensão desse processo polissêmico servirá para a identificação dos padrões, das representações e das práticas sociais e culturais que caracterizam a identidade nacional.

Bibliografia básica

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras (1823-1988)**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de e BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

SAVIANI, Dermeval (et al.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez, 2008.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo:

Cortez, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

LETR0429 - INGLÊS INSTRUMENTAL

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré- requisito:

Ementa: Estratégias de leitura de textos autênticos escritos em língua inglesa, visando os níveis de compreensão geral, de pontos principais e detalhados. Estudo das estruturas gramaticais básicas implicadas no processo de compreensão dos textos.

Bibliografia básica

AMORIM, Jose Olavo de. Longman. **Gramática Escolar da Língua Inglesa: com exercícios e respostas**. São Paulo: Longman, 2004.

GUANDALINI, Otavio Eiter. **Técnicas de leitura em Inglês: ESP - English for specific purposes** : estágio 1. São Paulo: Texto novo, 2002.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura: Módulos I e II. São Paulo: Texto Novo, 2000.

MURPHY, Raymond. **Essential grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Bibliografia complementar

SOUZA, Adriana Grade F. et al. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

MUSIC0025 – FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO MUSICAL I

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0)

Pré- requisito: -

Ementa: Análise reflexiva sobre a Educação Musical até o final da primeira metade do Século XX: abordagem histórica, compreensão da prática pedagógica. Principais pedagogos e seus métodos, filosofias e sua relação com teóricos da Educação.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Alda; CAJAZEIRA, Regina (org.). **Educação Musical no Brasil**. Salvador: Sonare, 2007.

Bibliografia Complementar

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil**: propostas para formação integral da criança. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MUSIC0026 – FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO MUSICAL II

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0) Pré- requisito: MUSIC0025 (PRO)

Ementa: Análise reflexiva sobre a Educação Musical após a primeira metade do Século XX: abordagem histórica, compreensão das práticas pedagógicas. Principais pedagogos musicais e seus métodos, filosofias e sua relação com teóricos da Educação.

Bibliografia Básica

FONTEERRADA, Marisa Trench. **De tramas e fios**: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PAZ, Ermelinda. **Pedagogia Musical Brasileira no Século XX**: Metodologias e Tendências, Brasília: MUSIMED, 2000.

OLIVEIRA, Alda; CAJAZEIRA, Regina (org.). **A Educação Musical no Brasil**..Salvador: DP&A, 2007.

Bibliografia Complementar

AVILA, Marli Batista. **Aprendendo a ler música com base no método Kodály** : repertório 2: São Paulo: MUSICI, 1996.

ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. In: **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n.5 p.13-20, 2000.

HARDER, Rejane. **O sistema de educação musical de Villa-Lobos Vs. o ensino de músicas nas escolas brasileiras da atualidade**; um olhar comparativo. Revista Formadores: vivências e estudos. Vol. I, N.3, 2006, p-417-432.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura/Conservatório Brasileiro de Música. **Música na escola; Ritmo e Movimento**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação da Bahia. 1990.

SOUZA, Jusamara. A Educação Musical no Brasil nos anos de 1930-45. In: OLIVEIRA, A. e Regina Cajazeira (org). **Educação musical no Brasil**. Salvador. P&A, 2007, p.13-17.

VALIENGO, Camila. **Pesquisa em Debate**. Ano II. N2. jan-jun2005, p.74- 80.

MUSIC0047 – METODOLOGIA DO ENSINO DA MÚSICA I

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0)

Pré- requisito: -

Ementa: Conhecimento e prática das metodologias ativas em Educação Musical. Material instrucional e estratégias didáticas para a iniciação musical. Os PCN e o ensino de música.

Bibliografia Básica

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v. 3, 1998.

CAMPOS, Moema Craveiro. **A Educação Musical e o Novo Paradigma**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

GARCIA JUNIOR, Eduardo Antonio Conde; FREIRE, Priscila Gambary. “**Criteria for Performance Evaluation in Arts: the quest for the balance between objectiveness and subjectiveness**”. *International Journal of Arts & Sciences*, v. 4, p. 81-90, 2011.

JORDÃO, Gisele; ALUCCI, Renato; MOLINA, Sergio; TERAHATA, Adriana (coordenadores). **A música na escola**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012.

PRÉSENT, Richard. **Charting your course: how to prepare to teach more effectively**. Madison, WI: Magna Publications, 1994.

SUZIGAN, Geraldo de Oliveira; SUZIGAN, Maria Lucia Cruz. **Educação Musical: um fator preponderante na construção do ser**. São Paulo: CLR Balieiro, 1986.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar

GARCIA JUNIOR, Eduardo Antonio Conde; FREIRE, Priscila Gambary. “Criteria for Performance Evaluation in Arts: the quest for the balance between objectiveness and subjectiveness”. *International Journal of Arts & Sciences*, v. 4, p. 81-90, 2011.

MUSIC0092 – TÉCNICA VOCAL E FISIOLOGIA DA VOZ

CR: 02 C.H. Total: 30 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Conhecimento fisiológico do aparelho fonador e cuidados com a voz.

Bibliografia Básica

AMATO, Rita de Cássia Fucci. **Manual de saúde vocal**: teoria e prática da voz falada para professores e comunicadores. São Paulo: Atlas, 2010.

BEHLAU, Mara; DRAGONE, Maria Lúcia S.; NAGANO, Lúcia. **A voz que ensina**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BEHLAU, Mara; PONTES, Paulo. **Higiene Vocal**: Cuidando da Voz. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal**: para o canto coral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

BEHLAU, Mara; GASPARINI, Gisele (Org.). **A voz do Especialista**. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

BEHLAU, Mara (Org.). **Voz: o livro do especialista**. V. 1. Rio de Janeiro: Revinter, 2013. (Anato, Respiração, Voz e Idades – Teorias de produção, Tipos de voz)

BEHLAU, Mara (Org.). **Voz: o livro do especialista**. V. 2. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

PACHECO, Claudia. BAË, Tutti. **Canto – equilíbrio entre corpo e som**: princípios da fisiologia vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006.

PICCOLOTTO, Léslie; SILVA, Marta Assumpção de A. e Silva. **Saúde Vocal**: Práticas Fonoaudiológicas. São Paulo: Roca, 2002.

Bibliografia complementar

PINHO, Sílvia; TSUJI, Domingos; BOHADANA, Saramira. **Fundamentos em Laringologia e voz**. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

PINHO, Sílvia; PONTES, Paulo. **Músculos Intrínsecos da Laringe e Dinâmica Vocal**. V.1. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PINHO, Sílvia. **Temas em Voz Profissional**. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

EDU0401 - FUNDAMENTOS E PRÁTICAS EM PEDAGOGIA HOSPITALAR

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: A Pedagogia Hospitalar: Breve Histórico e aspectos legais; Trabalho com as Classes Especiais e/ou Brinquedoteca; A Formação do Pedagogo para o Atendimento Hospitalar; a Pedagogia Hospitalar em Sergipe; as Instituições Públicas e Privadas de Sergipe da área de saúde com ações educacionais e o Uso do Brinquedo na Ala Hospitalar como mediador no processo ensino aprendizagem.

Bibliografia básica

ASSIS, Walkíria de. **Classe hospitalar: um olhar pedagógico singular**. São Paulo: Phorte, 2009.

BERTO, Carlos Eduardo de Oliveira; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. **A importância do brincar no contexto hospitalar**: percepção e compreensão da equipe de enfermagem. *Revista de Psicologia da UNESP*, v.8, nº 2, 2009.

BRASIL, **Direitos da criança e do adolescente hospitalizados**. Diário Oficial, Brasília, 17 out. 1995. Seção 1, p. 319-320.

BRASIL, Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2002. FRIEDMANN, A. **O**

direito de brincar: a brinquedoteca. 4ª ed. São Paulo: Abrinq, 1996.

GOMES, I. L. V. et al. **Humanização na produção do cuidado à criança hospitalizada**: concepção da equipe de enfermagem. Trabalho, Educação e Saúde, v. 9, n. 1, p. 125-135, 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2001. MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas.

Pedagogia hospitalar: A humanização integrando educação e saúde. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAES, Myrian Soares. **Quando Tudo Parte de um Jaleco Colorido**: Um estudo sobre pedagogia hospitalar. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 11.104, de 21 de março de 2005. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 mar. 2005.

CECCIM, Ricardo Burg. **Classe Hospitalar**: encontro de educação e saúde no ambiente hospitalar. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRA, N. A. S. et al. **Representação social do lúdico no hospital**: o olhar da criança. Journal of Human Growth and Development, v. 24, n. 2, p. 188-194, 2014.

RODRIGUES, Janine. **Classes Hospitalares: O Espaço Pedagógico nas Unidades de Saúde**. Editora, Wak, Rio de Janeiro, 2012.

VIEGAS, D. **Brinquedoteca hospitalar**: isto é humanização. Rio de Janeiro, WAK. 2008.

EDU0402 – CINEMA E INFÂNCIA

CR: 04 C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 30 C.H. Prática (Exercício: 30 Extensão:0)

Pré-requisito: -

Ementa: Experiência estética do filme: entre o saber histórico do espectador e a experiência vivida. Análise fílmica. Representações de infância(s) no cinema. Reflexões sobre as potências pedagógica e estética das imagens de infância(s) no cinema.

Bibliografia básica

AUMONT, Jacques et al. **A estética do filme**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FANTIN, Mônica. **Crianças, cinema e educação**: além do arco-íris. São Paulo: Annablume, 2011.

FRESQUET, Adriana. **Aprender com as experiências do cinema**: desaprender com imagens na educação. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

LOPES, José de Sousa Miguel. **Educação e cinema**: novos olhares na produção do saber. Porto: Profedições, 2007.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Cinema e educação: da criança que nos convoca à imagem que nos afronta. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 13, p. 343-356, 2008.

SARMENTO Manoel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria R. (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, 2007.

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L (Org.). **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TEIXEIRA, Inês Assunção de C.; LARROSA, Jorge; LOPES, José de Souza M. (Orgs.). **A infância vai ao cinema**. São Paulo: Autêntica, 2006.

TRUFFAUT, François. Reflexões sobre as crianças e o cinema. In: TRUFFAUT, François. **O prazer dos olhos**: textos sobre o cinema. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

YOEL, Gerardo (Org.). **Pensar o cinema**: imagem, ética e filosofia. São Paulo: Cosacnaify, 2015.

Bibliografia complementar

BENJAMIN, Walter. **A hora das crianças**: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin, tradução Aldo Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2015.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NOGUEIRA, Adriana Dantas; FRANÇA Lilian Cristina Monteiro; SILVA Renato Izidoro da. (Org.). **Cinema e interdisciplinaridade**: convergências, gêneros e discursos. 1 ed. Aracaju: Criação, 2019.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Ed. Graphia Editorial, 2012.

EDU0403– OBJETOS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM

CR:02 C.H. total: 30 C.H. Teórica:30 C.H. Prática (Exercício: 0 Extensão:0) Pré-requisito: -

Ementa: Características e modelos dos Objetos Digitais de Aprendizagem. Usabilidade dos objetos digitais de

aprendizagem na Educação. Padrões de objetos de aprendizagem.

Avaliação de Objetos Digitais de Aprendizagem. Construção de Objetos Digitais de Aprendizagem: página web, vídeos, jogos, figuras, gráficos, animações, simulações, dentre outros, para serem utilizados na educação.

Bibliografia Básica

PRATA, C. L.; NASCIMENTO, A. C. A. A. (Orgs.). **Objetos de Aprendizagem**: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC/SEED, 2007.

WILEY, D. A. (Org.) **The Instructional Use of Learning Objects**: Online Version, 2000.

SILVA, R. S. **Objetos de Aprendizagem para Educação a Distância**. São Paulo: Novatec, 2011.

Bibliografia complementar

LOPES, C. R.; FERNANDES, M. A. (Org.). **Informática na educação**: elaboração de objetos de aprendizagem. Uberlândia: EDUFU, 2007

MATTAR, J. **Games em educação**: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

TAROUCO, L. M. R.; FABRE, M. J. M; TAMUSINAS, F. R. **Reusabilidade de objetos educacionais**. CINTED. Porto Alegre, v. 1 n. 1, p. 2, fev. 2003.

EDU0412 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM PEDAGOGIA

C.H. Total: 60 C.H. Teórica: 60 C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:0) Pré- requisito:-

Ementa: Atividades extracurriculares, realizadas no âmbito da universidade ou fora dela, relacionadas a programas de estudos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como cursos, seminários, encontros, congressos, conferências, palestras e outros, reconhecidos pelo Colegiado do Curso.

EDU0231 - ATIVIDADE DE EXTENSÃO INTEGRADORA DE FORMAÇÃO I - SEMAC

C.H. Total: 15 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:15)

Ementa: Programação específica elaborada por cada Departamento sob coordenação do Conselho de Centro.

EDU0413 - ATIVIDADE DE EXTENSÃO INTEGRADORA DE FORMAÇÃO II - SEMAC

C.H. Total: 15 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:15)

Ementa: Programação específica elaborada por cada Departamento sob coordenação do Conselho de Centro.

EDU0414 - ATIVIDADE DE EXTENSÃO INTEGRADORA DE FORMAÇÃO III - SEMAC

C.H. Total: 15 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:15)

Ementa: Programação específica elaborada por cada Departamento sob coordenação do Conselho de Centro.

EDU0415 - ATIVIDADE DE EXTENSÃO INTEGRADORA DE FORMAÇÃO IV - SEMAC

C.H. Total: 15 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:15)

Ementa: Programação específica elaborada por cada Departamento sob coordenação do Conselho de Centro.

EDU0420 - AÇÃO COMPLEMENTAR DE EXTENSÃO (ACEX)

CH: 30h CR: - CH Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:30)

Ementa: A definir pelo Colegiado do Curso.

EDU0421 - AÇÃO COMPLEMENTAR DE EXTENSÃO (ACEX)

CH: 60h CR: - CH Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:60)

Ementa: A definir pelo Colegiado do Curso.

EDU0416 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

CH: 15h CR: - CH Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:15)

Ementa: A definir pelo Colegiado do Curso.

EDU0417 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

CH: 30h CR: - CH Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:30)

Ementa: A definir pelo Colegiado do Curso.

EDU0418 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

CH: 45h CR: - CH Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:45)

Ementa: A definir pelo Colegiado do Curso.

EDU0419 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO**CH: 60h****CR: - CH Teórica: -****C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:60)****Ementa:** A definir pelo Colegiado do Curso.**EDU0232 - UFS-COMUNIDADE****C.H. Total: 30 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:30)**

Ementa: Atividades de extensão que permitam reconstruir metodologias de ensino de disciplinas tradicionais pela inclusão de um conjunto de mecanismos formativos de produção de conhecimento, vinculado à sociedade e as reais necessidades de cada campus, facilitando a articulação, integração e comunicação inter e intracampus, tendo como foco o diálogo com a sociedade.

EDU0233 - UFS-COMUNIDADE**C.H. Total: 60 C.H. Teórica: - C.H. Prática (Exercício:0 Extensão:60)**

Ementa: Atividades de extensão que permitam reconstruir metodologias de ensino de disciplinas tradicionais pela inclusão de um conjunto de mecanismos formativos de produção de conhecimento, vinculado à sociedade e as reais necessidades de cada campus, facilitando a articulação, integração e comunicação inter e intracampus, tendo como foco o diálogo com a sociedade.

ANEXOS

NORMAS DE ESTÁGIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA VESPERTINO E NOTURNO

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho de estudantes e que possui um conjunto de horas nas quais o(a) aluno(a) matriculado(a) no ensino regular da Universidade Federal de Sergipe executa atividades de aprendizagem profissional e sociocultural, em situações reais de vida e de trabalho, em espaços educativos escolares e não escolares, sob responsabilidade e coordenação desta instituição.

§1º O estágio faz parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), além de integrar o itinerário formativo do(a) aluno(a).

§2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) aluno(a) para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O Estágio Curricular deve atender aos seguintes objetivos, além dos já mencionados no artigo anterior:

- I. oferecer às/aos graduandas/os, a oportunidade de desenvolver atividades típicas de sua futura profissão na realidade social do campo de trabalho;
- II. contribuir para a formação de uma consciência crítica em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;
- III. representar a oportunidade de integração de conhecimentos, visando à aquisição de competências técnico-científicas;
- IV. participar, quando possível ou pertinente, da execução de projetos, estudos, extensão ou pesquisas.
- V. permitir a adequação dos componentes curriculares e dos cursos ensejando as mudanças que se fizerem necessárias na formação dos profissionais, em consonância com a realidade encontrada nos campos de estágio; e,
- VI. contribuir para o desenvolvimento da cidadania, integrando a universidade à comunidade.

CAPÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 3º O Estágio pode ser caracterizado como:

- I. Estágio Curricular Obrigatório – previsto pela Lei 11.788/2008 e constante no currículo padrão, ou,
- II. Estágio Curricular Não Obrigatório – previsto pela Lei 11.788/2008, realizado voluntariamente, pelo(a) aluno(a), para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, podendo ou não gerar créditos para a integralização do currículo pleno.

Art. 4º O Estágio Curricular Obrigatório terá como objetivos:

- I. propiciar a futura inserção das/dos graduandas/os no mundo do trabalho;
- II. promover a articulação da UFS com a comunidade;
- III. complementar o desenvolvimento de competências e habilidades previstas no perfil do egresso, e,
- IV. atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 5º O Estágio Curricular Obrigatório nos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura, configura-se como um estágio nas áreas da docência e da gestão, sob supervisão e orientação de um(a) professor(a) da atividade de estágio e acompanhamento de um(a) supervisor(a) técnico(a) de estágio, lotado(a) no campo de estágio e nomeado(a) pela instituição concedente para acompanhar o estagiário(a).

Parágrafo Único. O estágio curricular obrigatório dos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura é caracterizado como Atividade Acadêmica de Orientação Coletiva, permitindo abertura de turma e podendo ter matrícula

discente online.

Art. 6º O Estágio Curricular Não-Obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do(a) aluno(a), acrescida à carga horária regular e obrigatória, realizada por livre escolha do(a) discente, pode ser realizado nas formas de:

- I. estágio técnico, ficando a cargo da instituição concedente a supervisão e avaliação dos(as) estagiários(as), sob a orientação do(a) coordenador(a) de Estágio Curricular Não Obrigatório e um(a) supervisor(a) técnico(a) de estágio nomeado(a) pela instituição concedente para acompanhar o(a) estagiário(a);
- II. estágio na área da docência desenvolvido em cursos que objetivem a formação de profissionais da área de Educação com supervisão do(a) coordenador(a) de Estágio Curricular Não Obrigatório do curso e acompanhamento de um(a) supervisor(a) técnico(a) de estágio, lotado(a) no campo de estágio e nomeado(a) pela instituição concedente para acompanhar o(a) estagiário(a).

Art. 7º Esta Resolução considera o Estágio Curricular Não-Obrigatório, para fins de integralização curricular, com a possibilidade de aproveitamento como atividade complementar até o limite de **45** (quarenta e cinco) horas, desde que aprovada pelo Colegiado do Departamento de Educação.

Parágrafo Único. Será permitido considerar um Estágio Curricular Não-Obrigatório como Estágio Curricular Obrigatório, desde que as atividades desenvolvidas pelo(a) aluno(a) no campo de estágio estejam dentro da área de formação conforme PPC, e correspondam à carga horária mínima prevista para o Estágio Curricular Obrigatório; bem como sejam cumpridas todas as demais atividades de socialização e registro de dados previstas na atividade de estágio supervisionado.

Art. 8º O Estágio Curricular Obrigatório está previsto na matriz curricular padrão dos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura, na forma das Atividades Acadêmicas específicas: Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação, Estágio Supervisionado na Educação Infantil, Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional.

Parágrafo Único. A carga horária total definida para o estágio obrigatório é de **420** (quatrocentas e vinte) horas.

Art. 9º Constituem atividades de Estágio Curricular Obrigatório, desde que atendam aos objetivos indicados no Artigo 2º:

- I. observação do campo de estágio visando identificar e discutir os segmentos da comunidade escolar;
- II. ministrar aulas e desenvolver pesquisas e projetos de ensino-aprendizagem em educação formal e não formal;
- III. ministrar aulas e desenvolver pesquisas e projetos de ensino-aprendizagem em educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como educação do/no campo, educação quilombola, educação indígena, educação de jovens e adultos e educação especial.

CAPÍTULO III **DA REGULAMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES**

Art. 10. Para a realização do estágio curricular, obrigatório ou não obrigatório, deverá ser celebrado Termo de Compromisso, por meio do SIGAA, entre o(a) aluno(a), a unidade concedente do estágio curricular, a agência de integração, quando houver, e a UFS.

Parágrafo único. O plano de atividades do(a) aluno(a) deve ser apresentado e constar nas cláusulas do Termo de Compromisso.

Art. 11. São requisitos indispensáveis para o início de atividades de estágio obrigatório e não obrigatório os documentos "Termo de Compromisso e Plano de Atividades ou de Trabalho", com o preenchimento dos documentos anexados nas Orientações para a realização do Estágio Curricular.

Parágrafo Único. O Plano de Atividades ou de Trabalho, anual ou semestral, deverá ser validado pelo(a) supervisor(a) técnico(a) de estágio da parte concedente, pelo(a) professor(a) orientador(a) do estágio e pelo(a) aluno(a).

Art. 12. O Termo de Compromisso deverá ser compatível ao horário acadêmico do(a) discente.

Art. 13. O Plano de trabalho a ser desenvolvido no Estágio Curricular Obrigatório deverá ser apresentado pelo(a) aluno(a) ao(à) professor(a) orientador(a) do estágio, antes da data prevista para início da atividade de estágio, para análise e aprovação.

Art. 14. O Termo de Compromisso poderá ser rescindido por meio de termo de rescisão cadastrado no SIGAA.

CAPÍTULO IV DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 15. Campo de estágio é aqui definido como a unidade ou o contexto espacial que tenha condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do(a) estagiário(a), vinculado às atividades com orientação pedagógica do professor da disciplina e sob supervisão do responsável técnico na instituição concedente do estágio.

§ 1º O estágio curricular pode ser realizado em espaços educativos escolares e não escolares, sob a responsabilidade e coordenação do professor(a) de estágio da UFS e dos(as) supervisores(as) técnicos(as) que estão lotados(as) nos campos de estágios.

§ 2º O Estágio Curricular pode ser desenvolvido em escolas da rede pública e privada de ensino e em instituições educativas não-escolares e somente pode ocorrer em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação da/o estagiária/o, e,
- II. dispor de um profissional da área de formação pedagógica, que dialogue na perspectiva interdisciplinar e possa assumir a supervisão das atividades.

§ 3º São condições mínimas para a categorização de um campo de estágio definido no parágrafo anterior:

- I. existência de demandas ou necessidades que possam ser atendidas, no todo ou em parte, pela aplicação de métodos e técnicas da área de formação profissional do(a) estagiário(a);
- II. existência de infraestrutura em termos de recursos humanos e materiais, definidas e avaliadas pelo(a) coordenador(a) do estágio não obrigatório ou pelo professor de estágio obrigatório, em cada caso;
- III. possuir profissionais graduados vinculados às áreas afins da Educação para supervisão e avaliação dos estagiários.
- IV. Celebração de convênio entre a Universidade Federal de Sergipe e a unidade concedente do Estágio, no qual serão acordadas todas as condições para sua realização, através de órgão responsável pelo estágio na UFS, e definida a relação entre a unidade concedente e o estagiário.

Art. 16. A delimitação do campo de estágio obrigatório para o Curso de Pedagogia é definida pela Comissão de Estágio e oficializada no sistema, via Coordenação Geral de Estágios da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), Coordenação de Programas, Convênios e Contratos (COPEC)/Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Art. 17. A Comissão de Estágio divulgará os campos para a realização do estágio supervisionado antes do período de matrícula.

Art. 18. O aluno poderá escolher campo de estágio não divulgado pela Comissão de Estágio, desde que seja aprovado pela mesma, e que esteja de acordo com os objetivos estabelecidos no Art. 2º.

CAPÍTULO V DA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 19. O Estágio Curricular Obrigatório visa proporcionar a experiência acadêmica e profissional do(a) aluno(a), por meio do desenvolvimento de atividades compatíveis com a profissão na qual está sendo formado(a).

Art. 20. O Estágio Curricular Obrigatório é uma atividade acadêmica específica, com objetivos próprios, que têm o mesmo funcionamento em relação às demais disciplinas do curso, no que se refere à matrícula, início, controle de assiduidade e eficiência, término e, conseqüentemente, registro das avaliações e desempenho.

§ 1º A efetivação do estágio será precedida de Plano de Trabalho elaborado pelo(a) aluno(a) com supervisão do(a) professor(a) orientador(a) e supervisor(a) técnico(a), de acordo com as áreas de atuação, devendo o plano conter:

- I. a definição e natureza da organização onde se efetivará o estágio;

- II. objetivos de aprendizagem;
- III. justificativa;
- IV. etapas de desenvolvimento;
- V. cronograma de atividades, e,
- VI. referências.

§ 2º O número de estagiários(as) por professor(a) orientador(a), por semestre letivo, deverá ser de até **5** (cinco) alunos(as).

§ 3º Por se tratar de atividade de orientação coletiva, será necessário a abertura de turma para registro da carga horária de orientação pedagógica.

Art. 21. O primeiro Estágio de Introdução ao Campo da Educação terá carga horária total de 60 (sessenta) horas, com 30 (trinta) horas de orientação e 30 (trinta) de vivência no campo de estágio, enquanto os demais Estágios terão carga horária de 90 (noventa) horas, sendo destas, 30 (trinta) horas de orientação, 20 (vinte) horas de observação dirigida, 40 (quarenta) horas de vivência na unidade de estágio.

Parágrafo único. Os estágios podem ser realizados em escolas da rede pública e privada de ensino e em instituições educativas não-escolares respeitados o nível de ensino e a modalidade de atuação correspondente a cada estágio, assim distribuídos:

- I. Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação;
- II. Estágio Supervisionado na Educação Infantil;
- III. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- IV. Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos, e,
- V. Estágio Supervisionado na Gestão Educacional.

Art. 22. O Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação não possui pré-requisito. Para a matrícula no Estágio Supervisionado na Educação Infantil, o(a) aluno(a) deve ter cursado e concluído com aprovação a disciplina Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II. Para a matrícula no Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o(a) aluno(a) deverá ter concluído com aprovação as disciplinas Alfabetização e Gênero Textual e Didática. Para a matrícula no Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos, o(a) aluno(a) deverá ter cursado e concluído com aprovação a disciplina Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos. Para a matrícula no Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, o(a) aluno(a) deverá ter concluído com aprovação a disciplina Política e Gestão Educacional.

Art. 23. A matrícula no componente curricular de Estágio é o procedimento através do qual o(a) aluno(a) se vincula ao estágio curricular obrigatório.

§1º A oferta do componente será de responsabilidade do Departamento de Educação, cabendo a este definir o seu período de realização.

§2º A matrícula dos(as) discentes nos componentes de Estágio será realizada via SIGAA.

§3º O Departamento deverá ofertar vagas suficientes para atender a todos os alunos, dentro das condições disponíveis previamente.

§4º Para a matrícula dos(as) discentes nos componentes curriculares de estágio devem ser respeitados os pré-requisitos estabelecidos pelo Departamento de Educação e dispostos na Estrutura Curricular Padrão (Anexo II desta Resolução).

Art. 24. São condições para a realização do Estágio Curricular Obrigatório:

- I. termo de Compromisso constando as devidas condições de estágio, bem como as assinaturas do responsável pela entidade concedente do estágio, supervisor(a) técnico(a), aluno(a) estagiário(a) e a UFS;
- II. celebração em meio digital, pelo(a) estagiário(a), do Termo de Compromisso aprovado pelo orientador de estágio, assim como pela unidade concedente;
- III. garantia de seguro contra acidentes pessoais a favor do(a) estagiário(a), pela unidade concedente;
- IV. orientação do(a) estagiário(a) por um(a) supervisor(a) técnico(a) de estágio, e,

V. entrega ao Orientador de Estágio, do relatório de estágio e cumprimento das atividades previstas no cronograma da disciplina.

Art. 25. A supervisão do estágio corresponde ao acompanhamento e à avaliação das atividades desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) no campo de estágio e será realizada, respectivamente, pelo(a) professor(a) orientador(a), no âmbito da UFS e, também, pelo(a) supervisor(a) técnico(a) no campo de estágio.

CAPÍTULO VI

DA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 26. O Estágio Curricular Não Obrigatório é atividade essencialmente acadêmica, com objetivos próprios, que têm funcionamento diferenciado em relação às demais atividades de ensino, no que se refere à inscrição, início, controle de assiduidade e eficiência, término e, conseqüentemente, registro das avaliações e desempenho.

§ 1º A inscrição nas atividades de Estágio Curricular Não-Obrigatório deve ser feita no Departamento de Educação, dentro do prazo pertinente e das condições estabelecidas pela Resolução nº 10/2018/CONEPE.

§ 2º A efetivação do estágio em organizações públicas e privadas, concedentes, será precedida de Plano de Trabalho elaborado pelo(a) aluno(a) com acompanhamento do(a) supervisor(a) técnico(a) com visto do aluno, de acordo com as áreas de atuação, devendo o plano conter:

- I. definição e natureza da organização onde se efetivará o estágio;
- II. objetivo de aprendizagem;
- III. justificativa;
- IV. etapas de desenvolvimento;
- V. cronograma de atividades, e,
- VI. referências.

Art. 27. O Estágio Curricular Não-Obrigatório visa ampliar a experiência acadêmica e profissional do(a) aluno(a), por meio do desenvolvimento de atividades compatíveis com a profissão na qual está sendo formado(a).

§1º O Estágio Curricular Não Obrigatório poderá ser realizado pelos(as) alunos(as), desde que não prejudique a integralização de seus currículos plenos dentro dos prazos legais.

§2º O(A) aluno(a) matriculado(a) no curso poderá realizar Estágio Curricular Não- Obrigatório para fins de integralização curricular, atividade complementar até o limite máximo de **45** (quarenta e cinco) horas por, no máximo, um período de **2** (dois) anos.

Art. 28. São condições para a realização do Estágio Curricular Não- Obrigatório:

- I. termo de compromisso constando as devidas condições de estágio, bem como as assinaturas da entidade concedente do estágio, supervisor(a) técnico(a), aluno(a) estagiário(a) e PROEX;
- II. celebração em meio digital, pelo(a) estagiário(a), do termo de compromisso aprovado pelo coordenador de estágio não obrigatório, assim como pela unidade concedente;
- III. garantia de seguro contra acidentes pessoais a favor do(a) estagiário(a), pela unidade concedente;
- IV. orientação do(a) estagiário(a) por um(a) supervisor(a) técnico(a) no campo de estágio, e,
- V. entrega ao coordenador de estágio não-obrigatório do curso e à Central de Estágios, pelo(a) estagiário(a), de relatórios de atividades desenvolvidas no estágio.

Art. 29. A validação do estágio não obrigatório pelo(a) coordenador(a) será concluída somente após o preenchimento dos relatórios pelo(a) estagiário(a) e pelo(a) supervisor(a) da entidade concedente do estágio.

Parágrafo único. A aluna ou o aluno que tiver seu estágio suspenso antes do prazo de finalização do termo de compromisso deverá apresentar relatório parcial das atividades.

CAPÍTULO VII

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTÁGIO

Art. 30. São considerados elementos fundamentais da dinâmica do Estágio Curricular Obrigatório:

- I. Colegiado de curso;
- II. Comissão de estágio;
- III. Coordenador(a) de estágio obrigatório;
- IV. Coordenador(a) de estágio não obrigatório;
- V. Professor(a) orientador(a);
- VI. Supervisor(a) técnico(a);
- VII. Estagiário(a), e,
- VIII. Campo de estágio.

Art. 31. É da competência do Colegiado do Curso:

- I. definir a composição da Comissão de Estágio;
- II. deliberar sobre a política de estágio do curso definida pela comissão de estágio;
- III. eleger o(a) coordenador(a) de estágio obrigatório e o(a) coordenador(a) de estágio não obrigatório;
- IV. delimitar o campo de estágio obrigatório em cada uma das quatro disciplinas de estágio ofertadas;
- V. aprovar as Orientações para a realização do Estágio Curricular propostas pela Comissão de Estágio;
- VI. homologar os pareceres da Comissão de Estágio referentes aos processos de convalidação de Estágio Curricular Não-Obrigatório em Atividades complementares ou Estágio Curricular Obrigatório, e,
- VII. avaliar os casos omissos a esta Resolução.

Art. 32. A Comissão de Estágio é responsável pela definição da política de estágio, através do desenvolvimento dos programas, dos projetos e acompanhamento dos planos de estágio, cabendo-lhes, também, a tarefa de propor mudanças em função dos resultados obtidos.

Art. 33. A Comissão de Estágio, designada em votação pelo Colegiado do Curso, é composta pelos seguintes membros e será renovada a cada **02** (dois) anos:

- I. Coordenador(a) de estágio obrigatório;
- II. Coordenador(a) de estágio não obrigatório;
- III. Professores(as) ministrantes de cada uma das atividades de estágio, e,
- IV. Um(a) representante discente eleito pelo Diretório Acadêmico do curso.

Parágrafo único. A Comissão de Estágio será presidida pelo(a) professor(a) eleito(a) coordenador(a) de estágio obrigatório.

Art. 34. Compete à Comissão de Estágio:

- I. definir as normas de estágio do curso, a serem aprovadas pelo colegiado do curso e homologadas pelo conselho departamental;
- II. zelar pelo cumprimento das normas de estágio;
- III. promover ações interdisciplinares que visem à atualização dos currículos a partir das experiências nos campos de estágio;
- IV. propor, ao Colegiado do Curso, modelos de planos de trabalho e de relatório final de Estágio Curricular Obrigatório e modelo de relatório semestral de Estágio Não Obrigatório, bem como orientações para a realização dos estágios, e,
- V. avaliar processos de aproveitamento de estágio e de convalidação de Estágio Curricular Não Obrigatório em Atividades Complementares ou Estágio Curricular Obrigatório, quando for o caso.

Art. 35. Compete ao(à) Coordenador(a) de Estágio obrigatório:

- I. encaminhar, para a Coordenação Geral de Estágios/PROEX fichas cadastrais com nomes, endereços e responsáveis de novas instituições, visando ampliar as possibilidades de campos de estágio;
- II. articular a atuação dos professores(as) orientadores(as) de alunos(as) designados pelo Departamento;
- III. presidir a Comissão de Estágio;
- IV. prestar informações sobre os estágios à Comissão de Estágio do Centro de Educação e Ciências Humanas;
- V. acompanhar junto aos setores competentes a celebração dos Termos de Compromisso, e,
- VI. no processo de elaboração da oferta semestral, auxiliar a distribuição, junto à chefia departamental, da demanda por vagas de Estágio Curricular Obrigatório pelos orientadores(as) de estágio disponíveis nas áreas afins.

Parágrafo único. O mandato do(a) coordenador(a) de estágio obrigatório deverá ser de 02 (dois) anos, podendo

ser reconduzido, apenas mais uma vez, a um período de 02 (dois) anos.

Art. 36. Compete ao (à) coordenador(a) de Estágio não-obrigatório:

- I. encaminhar para a Coordenação Geral de Estágios/PROEX fichas cadastrais com nomes, endereços e responsáveis de novas instituições, visando ampliar as possibilidades de campos de estágio;
- II. analisar os planos de estágio não-obrigatório, a partir de seu recebimento, encaminhando-os à Coordenação Geral de Estágios/PROEX;
- III. acompanhar e gerenciar periodicamente os processos de contratação e de rescisão de alunos(as) relativos aos estágios não obrigatórios no SIGAA;
- IV. avaliar e aprovar, quando pertinente, os aditamentos ao Termo de Compromisso de estágio inicial no SIGAA, e,
- V. avaliar e validar os relatórios de estágio não obrigatório apresentados pelo(a) estagiário(a) e pelo(a) supervisor(a) da entidade concedente do estágio.

Parágrafo único. A validação do estágio não obrigatório pelo(a) coordenador(a) será concluída somente após o preenchimento dos relatórios pelo(a) estagiário(a) e pelo(a) supervisor(a) da entidade concedente do estágio.

Art. 37. São atribuições do(a) Orientador(a) Pedagógico(a):

- I. disponibilizar aos alunos e alunas, a cada início de semestre letivo, as orientações para a realização do Estágio Curricular;
- II. orientar a/o estagiária/o em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio obrigatório, elencadas no Plano de Trabalho, mantendo uma relação dialógica com o(a) supervisor(a) técnico(a) do estágio;
- III. discutir as diretrizes do Plano de Trabalho com o(a) supervisor(a) técnico(a);
- IV. aprovar o Plano de Trabalho dos(as) estagiários(as) sob sua responsabilidade e acompanhar o seu cumprimento na forma prevista nas normas específicas do Curso de Licenciatura em Pedagogia.
- V. estabelecer, com seus(as) estagiários(as), nos encontros de orientação, os mecanismos de acompanhamento, os quais devem estar de acordo com as orientações da Comissão de Estágio;
- VI. acompanhar a frequência do(a) estagiário(a) por meio de procedimentos definidos nas orientações para a realização do Estágio Curricular;
- VII. contribuir para o desenvolvimento, no(a) estagiário(a), de conduta estética, ética e pedagógica em relação à prática profissional;
- VIII. orientar o(a) estagiário(a) na utilização dos aportes teórico-metodológicos necessários ao desenvolvimento das atividades no campo de estágio;
- IX. orientar o(a) estagiário(a) na elaboração do relatório final de estágio, cujo modelo é estabelecido pela Comissão de Estágio e aprovado pelo Colegiado do Curso e que se encontra nas orientações para a realização do Estágio Curricular;
- X. comparecer às reuniões e demais atividades relacionadas ao processo de estágio, sempre que convocado(a);
- XI. responsabilizar-se pela avaliação do estágio, efetivando seu devido registro no SIGAA;
- XII. encaminhar, em meio digital, os relatórios elaborados pelos(as) estagiários(as) para arquivamento no Departamento, para que seja possível gerar um banco de dados dos relatórios feitos, a ser utilizado como fonte de pesquisas futuras;
- XIII. homologar as solicitações de cancelamento do estágio obrigatório no SIGAA;
- XIV. orientar, por semestre, o máximo de **05** (cinco) estagiários(as) por turma, e
- XV. ao final do processo, protocolar a documentação comprobatória de estágio para arquivamento junto ao Departamento de Educação.

§ 1º O(A) Orientador(a) Pedagógico(a) deverá analisar a possibilidade de acolher a iniciativa do(a) aluno(a) que deseje viabilizar seu próprio campo de estágio.

§ 2º Nas Atividades Estágio, a carga horária relativa ao trabalho de orientação pedagógica será de **30** (trinta) horas por semestre em cada uma das atividades.

Art. 38. São atribuições do(a) Supervisor(a) Técnico(a):

- I. supervisionar, discutir, acompanhar e avaliar o estagiário em relação às atividades desenvolvidas por meio de uma relação dialógica com o(a) orientador(a) pedagógico, atividades estas definidas pelas partes envolvidas e descritas no Plano de Atividades de estágio;

- II. acompanhar e validar a frequência do(a) estagiário(a);
- III. preencher o relatório de estágio ou parecer sobre o desempenho do(a) estagiário(a) do estágio não-obrigatório, e,
- IV. emitir, ao final do estágio, um parecer sobre o desempenho do estagiário do estágio obrigatório.

CAPÍTULO VIII DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Art. 39. Estagiário, ou Estagiária, é o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a) na atividade de Estágio Curricular Obrigatório ou que está vinculado ao Estágio Curricular Não- Obrigatório.

Art. 40. São atribuições, responsabilidades e direitos do(a) estagiário(a):

- I. celebrar eletronicamente Termo de Compromisso com a UFS e com a unidade concedente;
- II. participar da elaboração do Plano de Estágio curricular, sob o acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a) e do(a) supervisor(a) técnico(a);
- III. desenvolver as atividades previstas no Plano de Estágio dentro do prazo previsto no cronograma de estágio curricular obrigatório e não-obrigatório;
- IV. apresentar conduta adequada (ética, técnica e pedagógica) no campo de estágio e cumprir as normas disciplinares da instituição concedente, mantendo sigilo com relação às informações a que tiver acesso;
- V. elaborar (e preencher no SIGAA, no caso de Estágio Não-Obrigatório), o relatório parcial e final e o encaminhar ao(à) professor(a) orientador(a) e/ou supervisor(a) técnico(a) para a avaliação do estágio;
- VI. executar demais atribuições e responsabilidades relacionados ao estágio e conferidas pela coordenação de estágio (estágio não-obrigatório) ou pelo(a) professor(a) orientador(a) (estágio obrigatório);
- VII. cumprir a jornada de atividade de estágio, que deve ter no máximo 20 (vinte) horas semanais, não ultrapassando, por dia, a carga horária de quatro horas, e definida em comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o(a) aluno(a) estagiário(a);
- VIII. apresentar relatório final de Estágio Curricular Obrigatório e Estágio Não- Obrigatório, seguindo o modelo definido pelo Colegiado do Curso, que se encontra nas Orientações para a realização do Estágio Curricular, documento disponibilizado, aos estagiários, no início de cada semestre, e,
- IX. submeter-se aos processos de autoavaliação, avaliação e socialização de resultados, quando solicitado.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO

Art. 41. A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório dar-se-á através da atuação e desempenho do(a) estagiário(a) no campo de estágio, realizada pelo(a) professor(a) orientador(a) e além do(a) supervisor(a) técnico(a), utilizando-se das informações e experiências trocadas entre eles, da observação da frequência do(a) estagiário(a), do cumprimento de todas as atividades necessárias para a conclusão do estágio e de suas comprovações no corpo do relatório final de estágio entregue pelo(a) discente.

§ 1º O relatório final de cada estágio deverá levar em consideração os planos de estágio elaborados pelo(a) estagiário(a) bem como sua atuação no campo de estágio e após entrega e avaliação do(a) orientador(a), será arquivado em banco de dados do Departamento de Educação da UFS.

§ 2º Ao final dos Estágios Supervisionados, o(a) orientador(a) pedagógico(a) deverá promover a participação do estagiário na elaboração de produção acadêmica proveniente da experiência vivenciada, por meio de: apresentações em seminários, portfólios, banner, artigos e outras publicações.

§ 3º A nota final dos Estágios Supervisionados será calculada a partir do relatório, da apresentação e do desempenho ao longo das atividades.

§ 4º Os(as) alunos(as) que comprovem o exercício de atividade docente regular, na área correspondente ao respectivo estágio, conforme disposto no Art. 21 em instituições de ensino formal ou não formal, poderão ter aproveitamento da carga horária prática, desde que aprovado pela Comissão de Estágio, sem prejuízo dos demais

requisitos teóricos da disciplina e das atividades de socialização e registro, desenvolvidas sob supervisão pedagógica na universidade.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Os casos omissos serão avaliados pelos(as) coordenadores(as) de estágio, juntamente com a Comissão de Estágio e o Colegiado do Curso.

NORMAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia fica condicionada à integralização de 210 (duzentas e dez) horas em Atividades Complementares, de caráter obrigatório e, adquiridas ao longo do curso.

Parágrafo único. Além das 210 (duzentas e dez) horas que o aluno deverá integralizar como carga horária obrigatória poderá usar até 60 (sessenta) horas enquanto atividades complementares de caráter optativo, desde que não sejam utilizadas as comprovações já consideradas para computar a carga horária das atividades complementares obrigatórias.

Art. 2º As Atividades Complementares dos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura, a serem desenvolvidas ao longo do curso, compõem um conjunto de experiências didático-pedagógicas que admitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. Estas devem assegurar flexibilização curricular e interdisciplinaridade à formação acadêmica.

CAPÍTULO II DA NATUREZA

Art. 3º Atividades complementares são aquelas extracurriculares, realizadas no âmbito da universidade ou fora dela, relacionadas a programas de estudos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como cursos, seminários, encontros, congressos, conferências, palestras e outros, reconhecidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 4º Serão consideradas Atividades Complementares para efeito de integralização do Curso, aquelas realizadas e requeridas pelo discente durante a vigência do Curso de acordo com as normas constantes nesta Norma.

Parágrafo único. Nos casos de solicitação de integralização das atividades complementares realizadas por alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES ou mudança de curso, as Atividades Complementares por eles requeridas, serão avaliadas pelo Colegiado do Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela instituição ou curso de origem, em conformidade com as disposições desta Norma.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 5º As atividades complementares têm o objetivo de diversificar o espaço acadêmico e cultural de formação do graduando, proporcionar maior aperfeiçoamento crítico-teórico e aprofundamento do grau da interdisciplinaridade na formação acadêmica, possibilitando ao aluno ganhar experiência no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 6º Para os cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura, as atividades complementares serão aglutinadas em quatro grandes grupos, quais sejam:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão, e,

IV. Outras Atividades.

Parágrafo único. A indicação das atividades específicas que compõem cada uma das dimensões elencadas, bem como suas cargas horárias máximas serão consideradas nos termos do seguinte quadro, acompanhadas de seus respectivos documentos comprobatórios:

DIMENSÃO I: ENSINO			
TIPO DE ATIVIDADE	CH Mínima	CH Máxima	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
Participação em eventos da Instituição	15 h	45h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Programa de apoio pedagógico/aulas de nivelamento	15 h	45h	Certificado constando carga horária de relatório
Estágio não- obrigatório	15 h	45h	Relatório de Estágio
Curso de Ensino à distância	15 h	45h	Certificado ou Declaração
Cursos e/ou Oficinas não caracterizados como extensão (línguas, informática, aperfeiçoamento profissional, etc.)	15 h	45h	Certificado ou Declaração
DIMENSÃO II: PESQUISA			
Publicação de artigo científicos correspondente a Iniciação Científica ou afins	15h	15h	Cópia da publicação
Apresentação de trabalhos científicos: Evento local Cópia da publicação ou Declaração da apresentação	15h	15h	Cópia da publicação ou Declaração/Certificado da apresentação
Evento regional	15h	30h	Cópia da publicação ou Declaração/Certificado da apresentação
Evento nacional	15h	45h	Cópia da publicação ou Declaração/Certificado da apresentação
Evento internacional	15h	60h	Cópia da publicação ou Declaração/Certificado da apresentação
Participação na publicação de capítulos de livros	15h	60h	Cópia da publicação
Publicação de artigo em revista: Revista nacional	15h	60h	Cópia da publicação
Revista internacional	15h	45h	Cópia da publicação
Relatórios de pesquisa desenvolvida sob orientação de docente da UFS	15h	60h	Relatório de desempenho emitido pelo Professor Orientador
DIMENSÃO III: EXTENSÃO			
Participação em seminários, palestras, congressos, encontros, conferências	15h	45h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Participação em cursos de extensão	15 h	45h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Visitas técnicas/feiras/exposições	15 h	30h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Produção cultural e/ou esportiva na UFS	15 h	60h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Participação na organização de eventos cultural	15 h	60h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Assistência de defesa de monografia ou projetos finais em áreas afins	15 h	30h	Certificado ou Declaração CH constando programação e
Participação em Projetos de Extensão	15 h	60h	Certificado ou Declaração constando programação e CH
Participação na organização de eventos	15h	45h	Certificado ou Declaração constando programação e CH

Atividade de trabalho voluntário	15h	45h	Certificado ou Declaração
Representação estudantil em órgãos	15h	45h	Certificado ou Declaração juntamente com a ata de posse
Atividade comunitária desenvolvida na UFS	15h	45h	Certificado ou Declaração
OUTRAS ATIVIDADES			
Curso de aperfeiçoamento correspondente ao processo pedagógico	15 h	Até 100 horas com o limite de 20h por ação	Certificado ou Declaração

Art. 7º Para que possa validar a atividade complementar, o aluno deverá apresentar o requerimento padrão acompanhado do relatório, do certificado ou original e cópia de cada uma das atividades desenvolvidas, conforme prescrito no quadro do Art. 6º.

§ 1º O(A) aluno(a) deverá apresentar solicitação através de requerimento ao Colegiado do Curso, protocolado na secretaria do Departamento de Educação, assim que integralizar **210** (duzentas e dez) horas de atividades complementares.

§ 2º O(A) aluno(a) deverá guardar o protocolo do requerimento, até verificar o lançamento da carga horária solicitada.

Art. 8º Compete ao Colegiado do Curso promover a validação da participação dos alunos nas atividades complementares.

Art. 9º Fica definido que o estudante tem o prazo máximo até o penúltimo semestre antes da conclusão de seu curso, seja qual for o semestre letivo, para efetuar o pedido de validação das atividades cursadas durante o curso.

Art. 10. Não serão computadas como complementares as horas das seguintes atividades:

- I. elaboração de monografias;
- II. os Estágios Supervisionados integrantes da Estrutura Curricular do Curso;
- III. outras que, após apresentação e avaliação do certificado, forem indeferidas em parecer fundamentado do relator do processo referente à validação de atividade complementar.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

NORMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de Graduação em Pedagogia é o resultado de uma pesquisa acadêmica desenvolvido com base em referencial teórico coerente com temas relativos à pesquisa em Educação, que deve ser apresentado pelo discente como requisito obrigatório para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Parágrafo Único. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade acadêmica de orientação individual com carga horária total de 240 (duzentas e quarenta) horas e distribuído nos componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, com 120 (cento e vinte) horas cada.

Art. 2º O TCC tem por finalidade assegurar ao licenciando(a) em Pedagogia o desenvolvimento de pesquisas que

garantam autonomia intelectual para pensar e fazer da Educação.

Art. 3º O desenvolvimento do TCC dos cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

- I. pesquisa individual orientada e relatada sob a forma de uma monografia;
- II. relatório circunstanciado dos Estágios Curriculares Obrigatórios e também não obrigatório, individual orientado;
- III. relatório circunstanciado dos Programas Institucionais como Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, Programa de Institucional de Bolsas Iniciação Científica - PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBIT, e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão – PIBIEX, individual orientado; produção de artigo científico para fins de publicação em anais ou periódicos no campo da educação, individual orientado;
- IV. projeto de intervenção pedagógica em realidade escolares e/ou não escolares, individual orientado;
- V. produto pedagógico (material didático impresso e/ou digital), individual orientado;
- VI. produção bibliográfica de livros infantis, individual orientado, e,
- VII. memorial que poderá ser desenvolvido em qualquer área do conhecimento educacional.

Art. 4º Nos Cursos de Graduação em Pedagogia Licenciatura a Atividade de TCC é composta pelos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

§ 1º O Projeto de TCC em Educação será desenvolvido no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, em horário a definir, em que o(a) aluno(a) desenvolverá sua atividade acadêmica sob a orientação de seu(sua) professor(a) orientador(a), em comum acordo com o cronograma estipulado no início do processo de orientação.

§ 2º O Trabalho de Conclusão de Curso II, ofertado como atividade, com carga de 120 (cento e vinte) horas em horário a definir, em que o(a) aluno(a) elaborará o resultado final de seu TCC, sob a orientação de seu(sua) professor(a) orientador(a), em comum acordo com o cronograma estipulado no início do processo de orientação.

CAPÍTULO II

DA MATRÍCULA NA ATIVIDADE DE TCC

Art. 5º A matrícula em cada componente curricular deverá respeitar as normas e resoluções da UFS, bem como o calendário acadêmico estabelecido pela UFS e pelo Departamento, homologado pelo Colegiado do Curso.

§ 1º A matrícula em TCC I e TCC2 deverá se efetivar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início do período letivo, mediante formulário de inscrição assinado pelo(a) orientador(a) e entregue no Departamento de Educação (DED).

§ 2º Com o aceite do(a) orientador(a) do TCC I e do TCC II, a Secretaria do DED procederá com a vinculação do(a) discente no SIGAA, para efetivação da matrícula.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE TCC

Art. 6º A estrutura do TCC é formada por:

- I. Coordenação de TCC;
- II. Professores(as) Orientadores(as);
- III. Alunos(as) orientandos(as).

Art. 7º A coordenação da atividade de TCC será composta por uma Comissão de planejamento, acompanhamento e avaliação.

Parágrafo único. Essa Coordenação é formada por 01 (um) Coordenador(a) e 03 (três) docentes do Departamento de Educação dentre os(as) Professores(as) Orientadores(as), a serem indicados pelo Colegiado do Curso e aprovados pelo Conselho Departamental.

Art. 8º Compete à Coordenação de TCC:

- I. organizar a relação orientador(a) e orientando(a), acompanhando o desenvolvimento da produção do TCC;
- II. proceder a divulgação das normas das atividades de TCC aos estudantes do curso de Pedagogia;
- III. designar os professores-orientadores do corpo docente do DED, no início de cada período letivo, para atuação no processo de elaboração do TCC;
- IV. designar, caso necessário, integrantes de bancas examinadoras, mediante indicação do(a) professor(a) orientador(a);
- V. divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, horários e salas destinadas às defesas do TCC;
- VI. propor alterações a este regulamento, com vistas ao aprimoramento das atividades de TCC, e,
- VII. encaminhar os casos omissos neste regulamento ao Colegiado do Curso para as providências necessárias.

Parágrafo único. A coordenação do TCC, incluindo a respectiva comissão, será exercida com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovável por igual período.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido sob a orientação de um(a) professor(a) do Departamento de Educação, com a possibilidade de coorientação de professor(a) universitário(a) de outra unidade, ambos com titulação mínima de Mestre, e aprovado em reunião do Colegiado do Curso, priorizando professores(as) cuja área de pesquisa tenha afinidade com o assunto ou tema abordado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único. Há também a possibilidade de coorientação de professores(as) da Educação Básica que cumpriram papel de supervisores de Estágio Curricular Obrigatório I, II, III, IV e V, assim como do estágio não obrigatório, dos Programas Institucionais como Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, desde que aprovada em reunião do Colegiado do Curso.

Art. 10. O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos(as) professores(as) à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da UFS.

Art. 11. Cabe ao(a) aluno(a) escolher o(a) professor(a) orientador(a) no ato de sua matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração os prazos estabelecidos nesta norma e ciente da necessidade de anuência do(a) possível orientador(a).

Art. 12. Na escolha do(a) professor(a) orientador(a), o(a) aluno(a) e o(a) professor(a) deverão levar em consideração, sempre que possível, a distribuição das quotas de orientandos entre os(as) professores(as) e as áreas de interesse e atuação dos(as) mesmos(as).

Parágrafo único. O(A) orientador(a) será definido(a) a partir de apresentação de interesse mútuo, através de carta de anuência ou preenchimento de formulário padrão, entre orientando(a) e orientador(a), com posterior homologação em reunião de Colegiado do Curso.

Art. 13. A substituição de orientador(a) só é permitida quando outro(a) docente assumir formalmente a orientação, mediante anuência expressa do(a) professor(a) substituído(a).

Parágrafo único. É da competência do(a) coordenador(a) de TCC a solução de casos especiais, podendo, caso entenda ser necessário, encaminhá-los para análise pelo Colegiado do Curso.

Art. 14. O(A) professor(a) orientador(a) tem os seguintes deveres específicos:

- I. frequentar as reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) de TCC;
- II. disponibilizar atendimento semanal presencial a seus/suas alunos(as) orientandos(as), em horário previamente acordado;
- III. analisar e avaliar os trabalhos parciais que lhes forem entregues pelos(as) orientandos(as);
- IV. preencher e assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as atas finais das sessões de defesa;
- V. requerer ao(a) coordenador(a) de TCC a inclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso de seus(suas) orientandos(as) na pauta semestral de defesas;
- VI. participar como debatedor(a) nos seminários de apresentação de TCC II;
- VII. decidir, juntamente com seu(sua) orientando(a), a composição da banca examinadora do TCC, indicando,

inclusive, suplente em caso de ausência de algum dos membros;

VIII. efetuar o convite aos membros da banca examinadora (especificando data e horário da apresentação);

IX. orientar a banca examinadora quanto à avaliação nos termos desta norma, ou seja, sob os critérios: construção e fundamentação teórica, problemática, objetivos, metodologia; Organização, coesão e ordenação lógica do plano da obra (partes, capítulos, subdivisões, entre outras); utilização adequada dos conceitos e de um referencial teórico; correção ortográfica e gramatical; e correção e pertinência dos referenciais (bibliográficos, videográficos, entrevistas, documentais e outros);

X. participar da defesa do TCC de seu(sua) orientando(a) presencialmente;

XI. cumprir e fazer cumprir a Resolução nº 09/2016/CONEPE que define normas para responsabilização pela prática de plágio acadêmico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, ou outras resoluções que venham a alterá-la, e,

XII. cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Art. 15. Cada professor(a) poderá orientar, no máximo, **05** (cinco) alunos dos por semestre, ocupando **04** (quatro) horas semanais do seu planejamento.

Parágrafo único. A carga horária docente relativa ao trabalho de orientação pedagógica do TCC I e II, por período, será de cerca de **60** (sessenta) horas em cada atividade.

CAPÍTULO IV

DOS(AS) ALUNOS(AS) EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16. O(A) aluno(a) em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I. frequentar as reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) do TCC ou pelo(a) seu(sua) orientador(a);

II. manter contatos, no mínimo, semanais com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III. cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do TCC para apresentação do trabalho de conclusão de curso;

IV. elaborar a versão final de seu TCC, de acordo com a presente norma e as instruções de seu(sua) orientador(a) e do(a) coordenador(a) de TCC;

V. entregar à banca examinadora as cópias de seu TCC para avaliação, juntamente com a anuência assinada pelo(a) seu(a) orientador(a) e resguardado os prazos aqui estipulados;

VI. comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

VII. garantir os direitos autorais de outros(as) autores(as) seguindo Leis Federais (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988); Código Civil (Lei nº 10.406/2002); Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/1940); e a Lei nº 9.610/1998 (Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais); Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015); Decreto nº 8.469/2015 disciplinam e protegem os direitos autorais, além de convenções internacionais Convenção de Berna (Decreto 75.699, de 6.12.75); Convenção de Roma (Decreto 57.125, de 19.10.65); Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio – ADPIC (Decreto 1.355, de 30.12.94) promulgadas para resguardar esses mesmos direitos;

VIII. cumprir a Resolução nº 09/2016/CONEPE que define normas para responsabilização pela prática de plágio acadêmico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, ou outras resoluções que venham a alterá-la, e,

IX. cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Art. 17. O não cumprimento do disposto nos incisos do artigo anterior autoriza o(a) professor(a) a desligar-se dos encargos de orientação, através de comunicação oficial ao(a) coordenador(a) de TCC.

Parágrafo único. Nesses casos, o(a) coordenador(a) de TCC convocará reunião ou pauta em reunião de Colegiado para definição de novo(a) orientador(a).

CAPÍTULO V

DO TCC I

Art. 18. O(A) aluno(a) deve de acordo com este regulamento e com as recomendações do(a) seu(sua) professor(a) orientador(a), no curso da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, considerando normas regulamentares da UFS, coerente com a estrutura formal dos critérios técnicos estabelecidos pela ABNT.

Art. 19. A estrutura do projeto de TCC compõe-se de:

- I. Pré-textuais – capa, folha de rosto, lista (opcional: dados quantitativos e ilustrativos, figuras), sumário.
- II. Textuais – introdução, justificativa, objetivos, fundamentação teórica (ou estado da arte, ou revisão bibliográfica, ou revisão da literatura), questões de pesquisa, metodologia, cronograma.
- III. Pós-textuais – apêndices (material desenvolvido pelo pesquisador) e/ou anexos (material desenvolvido por outras pessoas) ambos opcionais, glossário (opcional), referências.

Art. 20. Cabe ao(a) professor(a) orientador(a) da atividade TCC I a avaliação da proposta apresentada pelo(a) aluno(a) orientando(a), conforme modalidade de TCC escolhida.

Art. 21. Aprovada a proposta de TCC I, a mudança de tema e/ou modalidade só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I. haver a aprovação do(a) professor(a) orientador(a);
- II. em caso de não concordância do(a) orientador(a), existir a concordância expressa de outro(a) docente em substituí-lo(a).

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que sejam feitas com a autorização do(a) professor(a) orientador(a).

CAPÍTULO VI DO TCC II

Art. 22. O TCC II deve ser elaborado considerando-se:

- I. na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT;
- II. no seu conteúdo, as modalidades estabelecidas no artigo 3º desta norma, com a vinculação direta do seu tema a um dos ramos do conhecimento correspondentes aos eixos do Curso, e,
- III. mínimo de **25** (vinte e cinco) páginas de conteúdo, ou seja, de elementos textuais.

Art. 23. A estrutura da monografia compõe-se de:

- I. Pré-textuais – capa, folha de rosto, folha de aprovação, agradecimentos (opcional), sumário, listas de figuras e tabelas etc. (caso haja), resumo;
- II. Textuais – introdução, desenvolvimento, considerações finais (ou conclusões), e,
- III. Pós-textuais – referências, anexos (quando for o caso), apêndices (quando for o caso).

Art. 24. Quanto à estrutura, o memorial segue o mesmo padrão dos elementos pré-textuais e pós-textuais da monografia, apresentando fundamentação teórica, ética e política de sua formação em Pedagogia.

Art. 25. O relatório circunstanciado deve apresentar o mesmo padrão dos elementos pré, textuais e pós-textuais da monografia, enfatizando os procedimentos e orientações relativos aos estágios ou à participação em programas institucionais, descrição das atividades realizadas bem como, análise crítica e conclusão referente à contribuição destas atividades ao processo de formação em Pedagogia.

Art. 26. O artigo científico deve apresentar o mesmo padrão dos elementos pré-textuais e pós-textuais da monografia, como resultado de processos de iniciação científica, apresentando resultado de pesquisa acadêmica no campo da educação.

Art. 27. O projeto de intervenção pedagógica em realidade escolares e/ou não escolares deve apresentar o mesmo padrão dos elementos pré, textuais e pós-textuais da monografia, apresentando o contexto sócio educacional, planejamento, desenvolvimento das ações educativas e resultados.

Art. 28. O produto pedagógico deve apresentar o mesmo padrão dos elementos pré-textuais e pós-textuais da monografia, apresentando concepção do produto, processo de elaboração, constituição e finalidade(s).

Art. 29. A produção bibliográfica de livros infantis, por ser produção literária, deve apresentar projeto editorial, texto narrativo e ilustração em formato impresso e/ou digital.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA DO TCC II

Art. 30. O TCC é defendido pelo(a) aluno(a) perante banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a), que a preside, e por outros 2 (dois) membros com qualificação adequada (título de mestre e/ou doutor) para o julgamento do trabalho, sendo que pelo menos um(a) deles(as) deve integrar o corpo docente do Departamento de Educação da UFS.

Parágrafo único. Apenas um(a) dos(as) professores(as) avaliadores(as) da banca poderá participar através de videoconferência, caso não possa estar presente na apresentação pública. Em casos excepcionais a videoconferência é aceitável como recurso necessário.

CAPÍTULO VIII DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC II

Art. 31. Os TCCs, após aprovados por seus respectivos(as) orientadores(as), deverão ser entregues pelo(a) orientando(a) à banca com um prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência com relação à data da apresentação pública.

Art. 32. O(a) coordenador(a) de TCC divulgará publicamente a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinadas às suas defesas.

Art. 33. As sessões de apresentação dos TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros da banca examinadora tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes da defesa dos mesmos.

Art. 34. Na defesa pública do TCC, o(a) aluno(a) terá entre 15 (quinze) e 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora terá igual tempo para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de 15 (quinze) para responder a todas as questões.

Art. 35. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, em reunião restrita à banca examinadora.

§ 1º Cada examinador(a) atribuirá uma nota individual ao Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a), segundo os critérios de avaliação elencados por barema do DED/UFS (anexo ao Projeto Pedagógico do Curso), levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa em arguição à banca examinadora.

§ 2º A nota final do(a) aluno(a) é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 3º Para aprovação o(a) aluno(a) deve obter nota igual ou superior a 5 (cinco) na média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 4º A banca examinadora, no caso da apresentação pública do TCC, pode sugerir ao(a) aluno(a) alterações ou complementações, que poderão ser acatadas ou não pelo(a) orientador(a) e orientando(a).

Art. 36. Os critérios de avaliação do TCC são:

- I. construção e fundamentação teórica, problemática, objetivos, metodologia;
- II. organização, coesão e ordenação lógica do plano da obra (partes, capítulos, subdivisões, etc.)
- III. utilização adequada dos conceitos e de um referencial teórico;
- IV. correção ortográfica e gramatical;
- V. correção e pertinência dos referenciais (bibliográficos, videográficos, entrevistas, documentais, dentre outros);
- VI. clareza e objetividade da exposição oral, e,

VII. coerência de argumentos em resposta à arguição da banca examinadora.

Art. 37. O(A) aluno(a) que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua exposição e defesa pública, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado(a).

Art. 38. A avaliação final, assinada pelos(as) membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata ao final da sessão de apresentação pública.

Parágrafo único. Se reprovado(a), o(a) aluno(a) poderá entrar com recurso solicitando reavaliação de sua nota, competindo ao Colegiado do Curso analisar os recursos das avaliações.

CAPÍTULO IX DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TCC II

Art. 39. A versão definitiva do TCC II, após apresentação pública e aprovação final pelo(a) orientador(a), deve ser encaminhada pelo(a) aluno(a) à secretaria do Departamento de Educação, em até 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de apresentação pública, em meio digital.

Art. 40. A consolidação da nota de TCC II só será efetuada pelo(a) professor(a) orientador(a) após a entrega da versão final da monografia com as devidas recomendações da Banca Examinadora, expostas na defesa, e que foram acatadas pelo(a) orientador(a).

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Os casos omissos serão avaliados pelo(a) coordenador(a) do TCC, pela Comissão de TCC e pelo Colegiado do Curso.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA LICENCIATURA

Código	Currículo Atual	CR	CH	Código	Currículo Proposto	CR	CH
EDU0071	Fundamentos Filosóficos da Educação	05	75	EDU0362	Fundamentos Filosóficos da Educação	04	60
EDU0073	Introdução à História da Educação	05	75	EDU0364	História da Educação	04	60
EDU0081	Política e Educação	04	60	EDU0404	Estágio Supervisionado de Introdução ao Campo da Educação	-	60
EDU0117	Seminário de Estudos I	02	30	EDU0365	Direitos Humanos e Educação	04	60
LETR0340	Produção e Recepção de Texto I	04	60	LETRV0059	Produção e Recepção de Texto I	04	60
EDU0072	Fundamentos Sociológicos da Educação	05	75	EDU0363	Fundamentos Socioantropológicos da Educação	04	60
EDU0111	Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil	04	60	EDU0366	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil I	04	60
EDU0083	Educação Brasileira	04	60	EDU0379	Educação das Relações Étnico-Raciais	04	60
EDU0086	Linguística Aplicada a Alfabetização	04	60	EDU0372	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento	04	60
EDU0087	Alfabetização Matemática	04	60	EDU0373	Fundamentos e Práticas da Alfabetização e Letramento em Matemática	04	60
EDU0089	Arte/Educação	04	60	EDU0383	Saberes e Conhecimentos da Arte Educação na Infância	04	60
EDU0116	Teorias da Educação e da Comunicação	04	60	EDU0368	Educação e Culturas Digitais	04	60
EDU0074	Antropologia na Educação (e)	04	60	EDU0375	Alfabetização e Gênero Textual	04	60
EDU0088	Alfabetização	05	75				
EDU0118	Seminários de Estudos II	02	30	EDU0371	Fundamentos e Práticas da Educação Infantil II	04	60
EDU0078	Pesquisa em Educação	04	60	EDU0381	Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas	04	60
EDU0092	Ens Matemática Anos iniciais do Ensino Fundamental	04	60	EDU0385	Saberes e Conhecimentos Matemáticos na Infância	04	60
EDU0093	Ensino de Ciências nos Anos iniciais do Ensino Fundamental	04	60	EDU0388	Saberes e Conhecimentos da Natureza na Infância	04	60
EDU0097	Estágio Supervisionado I	-	75	EDU0405	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	-	90
EDU0101	Educação de Adultos	04	60	EDU0378	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04	60
EDU0091	Ensino Ling Port anos iniciais Ensino Fundamental	04	60	EDU0384	Saberes e Conhecimentos da Língua Portuguesa na Infância	04	60
EDU0094	Ensino de História nos Anos iniciais Ensino Fundamental	04	60	EDU0386	Saberes e Conhecimentos da História na Infância	04	60
EDU0095	Ensino de Geografia nos Anos iniciais Ensino Fundamental	04	60	EDU0387	Saberes e Conhecimentos da Geografia na Infância	04	60
EDU0098	Estágio Supervisionado II	-	75	EDU0407	Estágio Supervisionado nos anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	90
EDU0100	Estágio Supervisionado IV	-	75	EDU0408	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	-	90
EDU0102	Educação do Campo	05	75	EDU0382	Fundamentos e Práticas da Educação do Campo	04	60

EDU0105	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	04	60	LETRL0034	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	04	60
EDU0120	Monografia II	-	120	EDU0410	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	120
EDU0122	Seminários Integradores II	02	30	EDU0390	Educação, Gênero e Sexualidade	04	60
EDU0229	Atividades Complementares de Pedagogia	-	120	EDU0411	Atividades Complementares em Pedagogia	-	210

TABELA PARA DISPENSA DE CARGA HORÁRIA DO GRUPO DE OPTATIVAS DE EXTENSÃO (60H)

Currículo Proposto			Currículo Atual
Componente Curricular			Percentual de integralização de carga horária do discente no currículo atual
Código	Nome	Carga horária	
EDU0416	Atividades de Extensão	15h	0 a 29%
EDU0417	Atividades de Extensão	30h	30 a 49%
EDU0418	Atividades de Extensão	45h	50 a 69%
EDU0419	Atividades de Extensão	60h	A partir de 70%

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MAURICIO CONCEICAO DE SOUZA, Presidente**, em 12/09/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufs.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1121688** e o código CRC **1102B0B5**.